



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Ciências Sociais

Faculdade de Administração e Finanças

Paulo Paganoto Tinoco

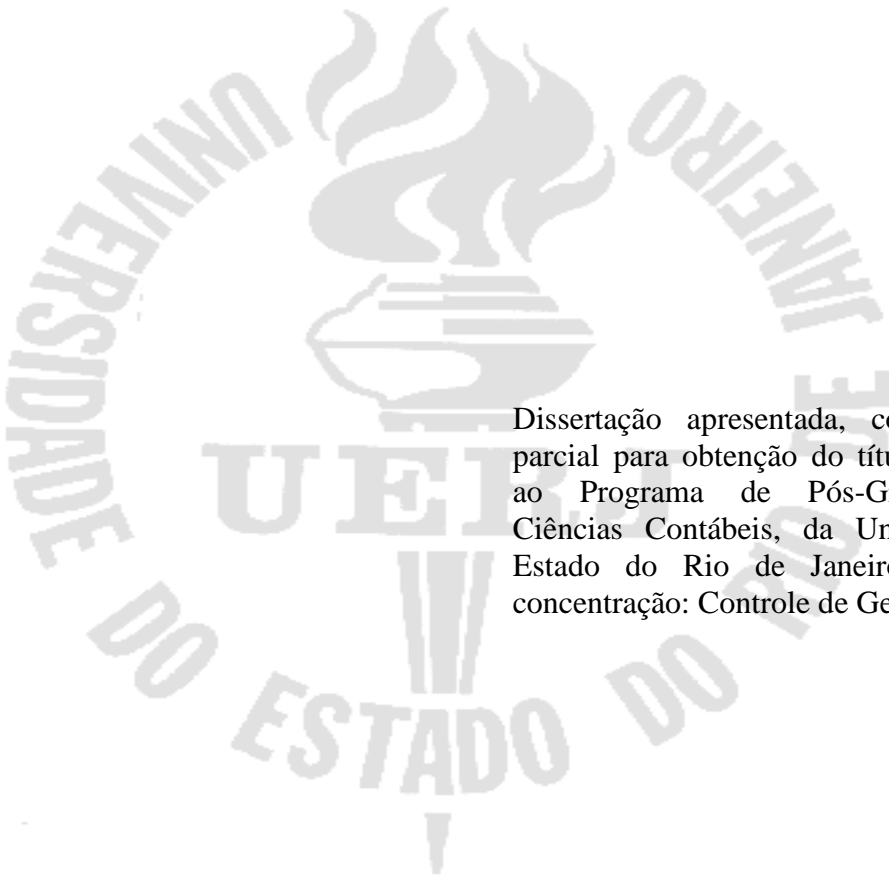
**Conhecimento teórico-prático das normas IFRS por contadores recém-contratados: percepção de gestores e contadores de uma empresa petrolífera brasileira**

Rio de Janeiro

2016

Paulo Paganoto Tinoco

**Conhecimento teórico-prático das normas IFRS por contadores recém-contratados:  
percepção de gestores e contadores de uma empresa petrolífera brasileira**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Controle de Gestão.

Orientador: Prof. Dr. Manoel Marcondes Machado Neto

Coorientadora: Profa. Dra. Andréa Paula Osório Duque

Rio de Janeiro

2016

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CCS/B

T591 Tinoco, Paulo Paganoto.  
Conhecimento teórico-prático das normas IFRS por contadores recém-contratados: percepção de gestores e contadores de uma empresa petrolífera brasileira / Paulo Paganoto Tinoco. – 2016.  
118 f.  
Orientador: Prof<sup>o</sup> Dr. Manoel Marcondes Machado Neto.  
Coorientadora: Prof<sup>a</sup> Dra. Andréa Paula Osório Duque.  
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Administração e Finanças.  
Bibliografia: f.80-90.  
1. Contadores – Brasil – Teses. 2. Contabilidade – Normas – Teses. 3. Aprendizagem organizacional – Teses. I. Machado Neto, Manoel Marcondes. II. Duque, Andréa Paula Osório. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Administração e Finanças. IV. Título.  
CDU 657.1.08(81)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação.

---

Assinatura

---

Data

Paulo Paganoto Tinoco

**Conhecimento teórico-prático das normas IFRS por contadores recém-contratados:  
percepção de gestores e contadores de uma empresa petrolífera brasileira**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Faculdade de Administração e Finanças, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Controle de Gestão.

Aprovada em 14 de abril de 2016.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Manoel Marcondes Machado Neto (Orientador)  
Faculdade de Administração e Finanças - UERJ

---

Profa. Dr. Andrea Paula Osório Duque (Coorientadora)  
Faculdade de Administração e Finanças - UERJ

---

Prof. Dr. Francisco José dos Santos Alves  
Faculdade de Administração e Finanças - UERJ

---

Prof. Dr. José Francisco de Carvalho Rezende  
Universidade do Grande Rio - UNIGRANRIO

Rio de Janeiro

2016

## **DEDICATÓRIA**

A minha família pelo apoio incondicional e ajuda em todos os momentos que preciso.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente mais uma vez e sempre a minha família, que sempre esteve ao meu lado nos momentos difíceis e fáceis.

A Laís Falcão, que no meio dessa caminhada entrou para somar me fazendo crescer e ser uma pessoa melhor.

Ao meu orientador professor Dr. Manoel Marcondes Machado Neto, que aceitou meu tema e sempre esteve disposto a ajudar e orientar no que fosse necessário e a professora Dr<sup>a</sup>. Andréa Paula Osório Duque por sempre ajudar encontrar um caminho para seguir em frente essa jornada. Aos demais professores com quem pude conviver aprender sempre um pouco mais com cada um. Agradeço a cada funcionário da FAF por sempre estarem dispostos a ajudar em todo esse período.

Aos membros da banca examinadora, Prof. Dr. Francisco José dos Santos Alves e Prof. Dr. José Francisco de Carvalho Rezende, por aceitarem avaliarem essa dissertação tendo a certeza que as contribuições, críticas e sugestões serão de grande valia.

A Dr<sup>a</sup>. Fabíola Willis, que me permitiu dar continuidade aos meus estudos, aos meus chefes Sérgio Rabello e Jefferson Silva, pela inspiração em seguir a busca pelo conhecimento, a Ligia Magno, por toda sua experiência passada e aos demais integrantes da equipe; Isabel Sá, Gabriel Hass, Luiza Franco e Laport, por sempre me incentivarem a fazer as minhas tarefas do mestrado e me cobrindo quando necessário.

A família 44, amigos que são sempre motivo de risadas que comemorarão essa conquista bebendo. Um agradecimento especial a Thiago Pedrosa, que onde ele estiver vai estar feliz e orgulhoso de mim.

A todos da turma de mestrado da UERJ 2014 que sem vaidade e muita união e companheirismo por parte de todos tornou essa jornada mais fácil, porém não menos complicada que é a obtenção do grau de mestre.

A todos que de alguma forma ou em algum momento me ajudaram para a realização desse trabalho.

Eu vou descendo esse rio, guiando a minha canoa  
Não fujo do desafio, que cabe a minha pessoa  
Deixo que as águas me levem, mas, quando é preciso eu remo  
Invoco a calma e a coragem nas tempestades que enfrento.

*Forfun*

## RESUMO

TINOCO, Paulo. *Conhecimento teórico-prático das normas IFRS por contadores recém-contratados: percepção de gestores e contadores de uma empresa petrolífera brasileira*, 2016. 118 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Faculdade de Administração e Finanças, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

O objetivo deste estudo consiste em analisar a percepção dos gestores sobre o conhecimento teórico-prático acerca das normas IFRS, dos contadores recém-contratados de uma empresa petrolífera brasileira. O estudo justifica-se pela observação de que o ensino tradicional em instituições de ensino superior não está atendendo as exigências do mercado, sendo em muitas empresas complementadas através de cursos nas universidades corporativas e cursos externos. A metodologia utilizada foi a de um estudo de caso único. Para consecução dos objetivos propostos foram levantados documentos, aplicado questionários aos gestores da companhia e realizadas entrevistas com contadores da mesma companhia e utilizada a técnica de triangulação. Os resultados encontrados apontaram que apesar dos contadores recém-contratados terem cursado sua graduação durante o período de atualização e adaptação dos professores e instituições de ensino às normas IFRS, os gestores avaliaram o desempenho dos contadores recém-contratados atribuindo um grau de satisfação de desempenho de 71%. Dentre os destaques positivos encontra-se o conhecimento teórico-prático a respeito das normas que versam sobre Ativo Imobilizado; Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro; Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e Apresentação das Demonstrações Contábeis. As normas com pior avaliação foram que tratam sobre instrumentos financeiros, adoção inicial dos pronunciamentos técnicos CPCs 15 a 41, divulgação sobre partes relacionadas, combinação de negócios e operações de arrendamento mercantil. A universidade corporativa da companhia ofereceu cursos que abordam as normas IFRS nos últimos anos, e obteve bom grau de satisfação por parte dos gestores além de ser lembrada pelos contadores como importante papel de atualização das normas internacionais de contabilidade e teorias com o foco da organização, apesar de apenas um ter realizado curso sobre as normas IFRS.

Palavras-chave: IFRS. Normas Internacionais. Contabilidade. Universidade Corporativa.



## ABSTRACT

TINOCO, Paulo. *Knowledge theoretical and practical of IFRS for newly hired accountants: perception of managers and accountants of a Brazilian oil company*, 2016. 118 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Faculdade de Administração e Finanças, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

This study aims to analyze managers' perception about the theoretical and practical knowledge of IFRS for newly hired accountants of a Brazilian oil company. The study is justified by the observation that the traditional teaching of colleges and universities are not meeting the market demands, and in many companies complemented by courses in corporate universities and external courses. The survey was conducted through a methodology of a single case study. The methodology was that of a single case study. To achieve the proposed objectives were documents, questionnaires to the company's managers and accountants interviewed the same company and held triangulation. The results showed that despite the newly hired accountants have attended his graduation during the updating and adaptation of teachers and educational institutions to IFRS, managers assessed the performance of newly hired accountants assigning a level of performance satisfaction 71%. Among the positive highlights is the theoretical and practical knowledge about the rules that deal with Fixed Assets, The Conceptual Framework for Financial Reporting, Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets and Presentation of Financial Statements. Standards worst evaluation were dealing in financial instruments, the initial adoption of the technical pronouncements CPCs 15-41, disclosure of related parties, business combination and leasing operations. The corporate university company offered courses that address IFRS in recent years, and achieved good degree of satisfaction of managers as well as being remembered by accountants as important role update of international accounting standards and theories with the focus of the organization, although only one to have made progress on IFRS.

Keywords: IFRS. Accounting Standards. Accounting. Corporate University.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - CPC e sua correlação com norma original e assunto abordado .....	27
Quadro 2 - Proposta de componentes curriculares por eixo temático conteúdo de formação básica .....	33
Quadro 3 - Proposta de componentes curriculares por eixo temático conteúdo de formação profissional .....	34
Quadro 4 - Proposta de componentes curriculares por eixo temático conteúdo de formação teórico-prática .....	34
Quadro 5 - Proposta de Componentes Curriculares por Eixo Temático Conteúdo de Disciplinas Optativas .....	35
Quadro 6 - Blocos de conhecimento sugeridos pela ONU/ISAR/UNCTAD .....	37
Quadro 7 - Gerências aptas a responder ao questionário .....	49
Quadro 8 - Objetivos, valores e fontes das questões da seção 1 do questionário .....	52
Quadro 9 - Quadro 9 – Objetivos, valores e fontes das questões da seção 2 do questionário .....	52
Quadro 10 - Objetivos, valores e fontes das questões da seção 3 do questionário .....	53
Quadro 11 - Quantidade de questões de contabilidade e IFRS a cada ano e temas abordados .....	58
Quadro 12 - Temas sobre as normas IFRS abordados nas provas de admissão na companhia e a recorrência .....	58
Quadro 13 - Gerências que responderam a pesquisa .....	59
Quadro 14 - Ranking médio por CPC e assunto abordado .....	65
Quadro 15 - Posição no ranking médio das normas IFRS/CPCs abordados na prova para ingresso na companhia .....	66
Quadro 16 - Ranking médio com a satisfação da quantidade, qualidade e programação dos cursos e treinamentos oferecidos pela universidade corporativa .....	70
Quadro 17 - Deficiências detectadas e cursos oferecidos pela universidade corporativa	71
Quadro 18 - Respostas das três primeiras perguntas da entrevista .....	72
Quadro 19 - Auto avaliação do conhecimento das normas IFRS/CPCs pelos contadores .....	73
Quadro 20 - Importância das normas IFRS/CPC para o trabalho executado pelos contadores .....	74
Quadro 21 - Objetivos e fontes das questões da entrevista .....	98

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Passo a passo dos procedimentos realizados e tratamento dado .....	50
Gráfico 1 -	Normas IFRS que obtiveram 50% de Respostas como Insuficiente .....	62
Gráfico 2 -	Normas IFRS que Obtiveram Mais de 70% de Respostas como Suficiente	63
Gráfico 3 -	Percentual Total da Avaliação dos Gestores Acerca do Conhecimento Teórico-Prático das normas IFRS por Contadores Recém-Contratados .....	64
Gráfico 4 -	Grau de Satisfação com a Quantidade de Cursos e Treinamentos Oferecidos pela Universidade Corporativa .....	67
Gráfico 5 -	Grau de Satisfação com a Qualidade de Cursos e Treinamentos Oferecidos pela Universidade Corporativa .....	68
Gráfico 6 -	Grau de Satisfação com a Programação de Cursos e Treinamentos Oferecidos pela Universidade Corporativa .....	69

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRASCA	Associação Brasileira das Companhias Abertas
APIMEC	Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais
BACEN	Banco Central do Brasil
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
CES	Câmara de Educação Superior
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DFC	Demonstração de Fluxo de Caixa
DOAR	Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos
DVA	Demonstração do Valor Adicionado
FEBRABAN	Federação Brasileira dos Bancos
IAS	International Accounting Standards
IASB	International Accounting Standard Board
IASC	International Accounting Standard Committee
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
ICPC	Interpretações Técnicas Contábeis
IES	Instituição de Ensino Superior
IFAC	International Federation of Accountants
IFRS	International Financial Reporting Standards
IMCP	Instituto Mexicano de Contadores Públicos
IOSCO	International Organization of Securities Commissions
ISAR	International Standards of Accounting and Reporting
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MP	Medida Provisória
NBCT	Norma Brasileira de Contabilidade

OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OCPC	Orientações Técnicas Contábeis
RFB	Secretaria da Receita Federal
RH	Recursos Humanos
RTT	Regime Tributário de Transição
S/A	Sociedade Anônima
SEC	Securities and Exchange Commission
SNC	Superintendência de Normas Contábeis
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados
TI	Tecnologia da Informação
UC	Universidade Corporativa
EU	União Europeia
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UNCTAD	United Nations Conference on Trade and Development
US GAAP	Generally Accepted Accounting Principles In The United States

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
1	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	17
1.1	<b>A Evolução da Contabilidade</b> .....	17
1.2	<b>A Nova Contabilidade e o Processo de Convergência Contábil</b> .....	19
1.2.1	<u>O processo de convergência no Brasil</u> .....	22
1.3	<b>As Normas Internacionais de Contabilidade</b> .....	26
1.4	<b>O Ensino da Contabilidade no Brasil</b> .....	29
1.5	<b>Regulamentação e Proposta de Ensino da Contabilidade</b> .....	30
1.5.1	<u>Resolução CNE/CES nº10/2004</u> .....	30
1.5.2	<u>Proposta nacional de conteúdo para o curso de graduação em Ciências Contábeis</u> .	33
1.5.3	<u>Currículo Mundial de Ciências Contábeis ONU/UNCTAD/ISAR</u> .....	35
1.6	<b>Ensino Teórico e Prático da Contabilidade</b> .....	38
1.7	<b>A Universidade Corporativa</b> .....	40
1.8	<b>Estudos Sobre o Ensino das Normas Internacionais de Contabilidade no Brasil</b> .....	42
2	<b>METODOLOGIA</b> .....	47
2.1	<b>Método de Pesquisa</b> .....	47
2.2	<b>O Estudo de Caso Único</b> .....	48
2.2.1	<u>Unidades de Análise do Estudo de Caso</u> .....	49
2.3	<b>Procedimentos de Coleta e Levantamento de Dados</b> .....	50
2.3.1	<u>Limitações de Pesquisa</u> .....	53
2.4	<b>Tratamento dos Dados</b> .....	54
3	<b>ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b> .....	56
3.1	<b>Análise dos Dados Solicitados e Pesquisados</b> .....	56
3.1.1	<u>Perfil do contador recém-contratado</u> .....	56
3.1.2	<u>A universidade corporativa</u> .....	56
3.1.3	<u>Prova de Admissão para Contador Júnior</u> .....	57
3.2	<b>Análise do Questionário</b> .....	59
3.2.1	<u>Perfil</u> .....	59
3.2.2	<u>Avaliação do Gestor sobre o Conhecimento Teórico-Prático do Contador Recém-</u>	60

	<u>Contratado</u> .....	
3.2.3	<u>Avaliação do Gestor sobre o Conhecimento Teórico-Prático do Contador Recém-Contratado Através do Ranking Médio</u> .....	64
3.2.4	<u>Avaliação do Gestor sobre a Universidade Corporativa</u> .....	67
3.2.5	<u>Avaliação do Gestor sobre a Universidade Corporativa através do Ranking Médio</u> .....	69
3.3	<b>Triangulação entre avaliação do gestor sobre o a universidade corporativa e os cursos oferecidos</b> .....	70
3.4	<b>Análise das entrevistas</b> .....	72
4	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	76
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	80
	<b>ANEXO A</b> – Dados dos cursos abordando IFRS oferecido em 2015 pela companhia .....	91
	<b>ANEXO B</b> – Dados do curso de aperfeiçoamento para contabilistas .....	93
	<b>ANEXO C</b> - Conteúdo programático de prova para admissão de contadores .....	94
	<b>APÊNDICE A</b> – Questionário de pesquisa final .....	95
	<b>APÊNDICE B</b> – Objetivos e fontes das questões da entrevista .....	98
	<b>APÊNDICE C</b> – Entrevista contador 1 .....	100
	<b>APÊNDICE D</b> – Entrevista contador 2 .....	103
	<b>APÊNDICE E</b> – Entrevista contador 3 .....	106
	<b>APÊNDICE F</b> – Entrevista contador 4 .....	110
	<b>APÊNDICE G</b> – Entrevista contador 5 .....	113
	<b>APÊNDICE H</b> – Entrevista contador 6 .....	116

## INTRODUÇÃO

Os avanços tecnológicos se dão, cada vez mais, com rapidez, facilitando o surgimento de inovações como nunca havia se visto na história da humanidade. Todos esses avanços tecnológicos permitiram o processo de globalização, que quebrou barreiras de tempo, distância, gerando uma maior dinâmica no fluxo de capitais e informação pelo mundo.

Os investidores, com a atual conjuntura em que o mundo se apresenta, enxergaram mais possibilidades de investimentos. Mas, para isso necessitavam de um padrão para a comparabilidade das informações financeiras para suas tomadas de decisões. Devido a essa necessidade, diversos países se uniram para se adequar às exigências do mercado.

Assim, surgiram as normas internacionais de contabilidade, o International Financial Reporting Standards (IFRS), um modelo de demonstração financeira internacional que foi adotado, inicialmente, por 92 países, em 2005.

O Brasil passou a participar desse modelo apenas a partir de 2010, com as normas internacionais de contabilidade sendo emitidas no país pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o que resultou em diversas mudanças nas demonstrações contábeis das empresas, como por exemplo, a extinção da Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos (DOAR), e a sua substituição pela Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC), entre outras mudanças significativas.

Todos os fatores - avanços tecnológicos, globalização e adoção do padrão internacional de contabilidade pelo Brasil - obrigaram os profissionais, especialmente os de contabilidade, a se atualizarem, constantemente, a fim de se manterem capacitados para os desafios que a profissão de contador exige.

As instituições de ensino tiveram que se adaptar a essa nova demanda, formando profissionais já com conhecimento das novas normas contábeis – uma vez que essas passaram a ser uma das competências necessárias para o exercício da profissão – as corporações tiveram que atualizar seus profissionais capacitando-os, por meio de cursos de aperfeiçoamento em diversos formatos, como educação presencial, à distância ou híbridos, pós-graduações *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*. Algumas grandes corporações mantêm, inclusive, universidades corporativas para esse fim.

Esta dissertação parte, pois, da seguinte indagação: Qual a percepção de gestores sobre o conhecimento teórico-prático do IFRS dos contadores recém-contratados por uma empresa do setor petrolífero brasileiro?



Perceber, nas empresas, as principais deficiências dos contadores recém-egressos, poderá contribuir para a melhoria contínua do ensino da contabilidade.

O presente estudo justifica-se a partir da observação de que apenas o ensino em uma instituição de ensino superior tradicional não vem atendendo as exigências do mercado, tendo que ser complementada nas grandes organizações por meio de ensino em universidades corporativas.

Nos últimos anos, estuda-se muito os impactos e efeitos das novas normas contábeis, porém, conforme afirmam Khun, Machado e Machado (2014), “[...] o número de pesquisas no Brasil sobre conhecimento das normas internacionais de contabilidade ainda é pequeno, em virtude de a convergência total ter ocorrido recentemente [2010]”.

## **OBJETIVO GERAL**

- Analisar a percepção de gestores sobre o conhecimento teórico-prático acerca das normas IFRS por contadores recém-contratados de uma empresa petrolífera brasileira.

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Investigar, na visão dos gestores, o grau de conhecimento teórico-prático, dos contadores recém-contratados de uma empresa petrolífera brasileira, sobre as normas internacionais de contabilidade.
- Comparar a percepção dos gestores em relação ao conhecimento teórico-prático das normas internacionais de contabilidade dos contadores recém-contratados com o conteúdo dos cursos oferecidos pela universidade corporativa de uma empresa petrolífera brasileira.

A dissertação está estruturada de modo que inicialmente se apresenta a introdução com os objetivos do trabalho e a questão da pesquisa. No referencial teórico são abordados, respectivamente, a evolução da contabilidade, o processo de convergência contábil, as normas internacionais de contabilidade, o fim, o ensino da contabilidade, regulamentação e propostas

de ensino da contabilidade, o ensino teórico-prático de contabilidade, universidade corporativa e por fim estudos sobre o ensino das normas internacionais de contabilidade no Brasil. Em seguida, na segunda seção, são descritos os aspectos metodológicos do trabalho, o que inclui o método de pesquisa, perfil da população e do estudo de caso, detalhamento sobre os procedimentos de coleta e levantamento de dados, a forma que se procedeu o tratamento dos dados e por fim, são informadas limitações de pesquisa. Após, encontra-se a análise dos dados coletados. Por fim, expõem-se as considerações finais, sendo a dissertação concluída com a apresentação das referências, apêndices e anexos.

## 1 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção contempla aspectos sobre temas como a evolução da Contabilidade, processo de convergência, no mundo e no Brasil, as novas normas internacionais de contabilidade, o ensino da contabilidade e sua regulamentação e propostas no Mundo e no Brasil, o ensino teórico-prático em contabilidade, contextualização sobre universidade corporativa e por fim estudos sobre o ensino das normas internacionais de contabilidade.

### 1.1 A evolução da Contabilidade

O homem e a sociedade estão em constante processo de evolução, mudando e se adaptando as necessidades que surgem. A contabilidade, como uma ciência social, não ficou fora desse processo e segue em constante mudança. A contabilidade é uma das mais antigas ciências e nos remete à própria história da civilização (COTRIN; SANTOS; ZOTTE JR, 2012; CHACON; SILVA; PEDERNEIRAS; MARTINS; LOPES, 2005; PELEIAS; BACCI, 2004).

Pêgas (2011, p. 51) afirma que, “a contabilidade pode ser comparada, guardadas as devidas proporções, à criação do mundo”. Comentando essa linha de raciocínio, Mauss et al. (2007) afirmam que “a contabilidade surgiu da necessidade do homem acompanhar e controlar a evolução de seu patrimônio. Dessa forma, a contabilidade faz parte da evolução e do desenvolvimento do próprio ser humano e da sociedade”.

Peleias e Bacci (2004, p.41) observam que,

provas do desenvolvimento da Contabilidade associado à evolução da sociedade são as primeiras preocupações com o ensino comercial, o surgimento e a atuação dos pensadores contábeis, os esforços e a necessidade de padronização (cuja consequência natural é formulação de regras e a padronização das demonstrações contábeis), a criação dos órgãos de classe e os eventos realizados por estes organismos.

Segundo Cotrin, Santos e Zotte Jr. (2012), “a prática da contabilidade se desenvolveu de acordo com as necessidades e tendências mundiais”. A origem da contabilidade conforme Mauss et al. (2007), “está relacionada à necessidade de registros do comércio, pois à medida que o homem começava a possuir maior quantidade de seus bens e valores, precisava saber quanto isso poderia render e quais as formas para aumentar a sua situação patrimonial”.

De acordo com Gonçalves (2004), a “contabilidade evoluiu muito e conseguiu regulamentar a profissão, desenvolveu princípios e normas, para que se tornasse uma ciência em seu aspecto profissional”.

Considerado o “pai” da contabilidade, o italiano Luca Pacioli foi quem deu publicidade e difundiu o método das partidas dobradas (débito-e-crédito). Para Buesa (2010), o “marco divisório entre os períodos da Contabilidade, é a publicação do primeiro livro impresso que apresentava o sistema contábil. Foi impresso em 1494, em Veneza, na Itália”. Segundo Iudícibus (2012), “esta obra influenciou a contabilidade e sua prática no mundo de então, pelo menos até o século XVIII”.

Por muito tempo, o contador foi conhecido como “guarda-livros”, uma vez que sua principal atribuição era a escrituração e a guarda dos livros mercantis. Consequência disso, o contador também era conhecido como um funcionário indireto do governo, uma vez que era ele quem calculava os impostos e preenchia as guias para seu recolhimento (MAUSS et al., 2007). Os autores afirmam que “a contabilidade preocupava-se basicamente com as informações financeiras, visando o atendimento das obrigações fiscais e legais”.

Yassuda (2004) observa que “uma nova era contábil se inicia com a Revolução Industrial, tendo a mesma como mola propulsora, pois, o ressurgimento da contabilidade ocorre logo após o longo período de estagnação, e o avanço se deve a Revolução Industrial”.

Com o surgimento da revolução industrial, segundo Martin (2002), “o primeiro sistema de custos foi criado para que houvesse uma compreensão dos recursos que estavam sendo empregados nos produtos das novas fábricas”.

A evolução da contabilidade continuou e, segundo Martin (2002, p. 9), para atender aos seus usuários a contabilidade,

[...] precisou padronizar-se ao redor de determinados princípios gerais amplamente conhecidos, que seriam as bases da preparação dos demonstrativos contábeis de qualquer empresa, de forma que qualquer investidor sempre pudesse adequadamente interpretá-los e compará-los. Entretanto, o Fisco, em todos os países do mundo, logo se aproveitou dessas regras gerais para exigir que os demonstrativos contábeis, que são a base do lançamento dos impostos sobre o lucro empresarial, também fossem preparados segundo tais diretrizes, sempre adicionando, é claro, restrições e aditivos, que somente atendem aos seus próprios interesses de arrecadação.

O recente desenvolvimento das tecnologias e o processo de globalização permitiu que o mercado de capitais crescesse e a contabilidade passou, de acordo com Gonçalves (2004), “a ser considerada também como um importante instrumento para a sociedade. Diz-se que os usuários das informações contábeis já não são mais somente o proprietário; outros usuários hoje também têm interesse em saber sobre uma empresa”.

Mauss et al. (2007, p. 3) reforçam o pensamento de Gonçalves (2004) afirmando que,

[...] com a evolução tecnológica e a ampliação das necessidades sociais, como um todo, houve também a ampliação do leque de usuários potenciais da contabilidade, criando-se a necessidade da empresa evidenciar suas realizações para a sociedade, contrariamente ao que acontecia antigamente, quando a contabilidade tinha por objetivo informar apenas ao dono qual o lucro obtido pela empresa em determinado período.

Hoje a contabilidade tem como objetivo principal gerar o máximo de informações úteis para tomada de decisões para os seus usuários internos e externos (MARION, 2004, p. 26; PÊGAS, 2011, p. 50).

Acrescentam Mauss et al. (2007, p. 3-4) que,

Além disso, a evolução das necessidades sociais e as novas exigências da sociedade criaram para a contabilidade a missão de também divulgar informações sobre a execução de ações sociais e ambientais das empresas como, por exemplo: Balanço Social, Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e a contribuição da empresa para a preservação ambiental. Assim, percebe-se que a atuação da contabilidade extrapola o ambiente interno da empresa e deve coletar informações do ambiente externo.

No caso das sociedades por ações, se a Lei nº 6.404/76 (Lei das S. A.) representou na época uma verdadeira “revolução” na contabilidade, com o advento da Lei nº 11.638/07, posteriormente a Lei nº 11.941/09 e a criação e emissão dos CPC, a contabilidade está sofrendo outra “revolução”, provavelmente maior do que a anterior (IUDÍCIBUS; GELBCKE; SANTOS, 2010).

## **1.2 A “nova” contabilidade e o processo de convergência contábil**

Com o advento da globalização e o aumento do fluxo de capitais passou-se a se exigir mais informações úteis e confiáveis para tomada de decisões por parte dos investidores (TINOCO, 2013). De acordo com Almeida, Costa e Silva (2013) “como decorrência da globalização e integração econômica, a busca por uma maior transparência e comparabilidade das informações financeiras é essencial”.

Para Ferreira et al. (2013) “as grandes mudanças nas corporações mundiais, bem como o aumento das transações entre mercados globalizados fizeram com que a contabilidade se moldasse para esta nova realidade”.

Contextualizando, a internacionalização da economia e dos fluxos de capitais afetou o desempenho da gestão empresarial e, tal fato, refletiu no trabalho da contabilidade como orientador do processo decisório. Essas mudanças aguçaram a necessidade de harmonização das normas contábeis (MADEIRA; ALMEIDA; SILVA, 2004).

Antunes, Antunes e Penteado (2007), explicam que “a partir da década de 60, devido ao crescimento do mercado de capitais americano, a contabilidade passou a ser vista sob uma perspectiva baseada na informação”.

Para Ruffato (2010), “por meio das informações fornecidas pela contabilidade através de suas demonstrações é possível obter melhores resultados, estes sendo de fundamental importância para a tomada de decisão por sócios e administradores”.

Segundo Mauss et al. (2007, p. 3),

a informação contábil tornou-se imprescindível e estratégica para a subsistência e criação de vantagem competitiva para possibilitar que as empresas locais competissem com as grandes corporações transnacionais, e para que estas dispusessem das informações necessárias para poder avançar e expandir mundialmente.

Dessa forma, o processo de convergência das normas internacionais com a conjuntura econômica devido à internacionalização dos mercados e avanços tecnológicos foi inevitável (MAPURUNGA; MENESES; PETER, 2011).

Entretanto, o processo de convergência contábil enfrentou algumas dificuldades até chegar ao status em que se encontra atualmente, como as diferenças de dimensões culturais, sistemas legais, governos e taxas de inflação (MARTINS; DIENG; DINIZ, 2010).

Calixto (2010, p. 160-161) completa afirmando que:

historicamente, o sistema legal combinado com outras diferenças políticas, culturais e econômicas originou grande diversidade de padrões contábeis, que dificultam a comparação de relatórios financeiros. Reconhecendo tais dificuldades, os membros da UE foram os primeiros a buscar a harmonização de padrões contábeis.

A harmonização buscava, para a contabilidade, uma linguagem contábil internacional, considerando as particularidades de cada local e envolvendo a variedade entre culturas e legislações (CARAMORI; RAMOS, 2011).

Alertavam Pelucio et al. (2011) que esse processo de convergência contábil “deve resultar em melhoria da qualidade da informação para os tomadores de decisões, gerando benefícios que superem os custos de sua elaboração”.

Observam Oliveira e Lemes (2011), que “uma convergência para as normas do IASB, deve-se levar em conta a necessidade de mudanças, pelo menos em parte, da estrutura contábil conceitual do país no qual as IFRS serão adotadas como normas contábeis oficiais”.

Criado em 1973, na Europa, o International Accounting Standard Committee (IASC) foi o responsável por emitir inicialmente as normas internacionais de contabilidade, as chamadas International Accounting Standards (IAS) até sofrer alterações e ser substituído pelo International Accounting Standard Board (IASB) a partir do ano 2000 (CALIXTO, 2010;

MIRANDA, 2008), sendo este o atual responsável por emitir o chamado International Financial Reporting Standards (IFRS).

O IASB é um organismo independente que possui como um dos seus papéis “promover a convergência das normas contábeis entre os países”. É de sua competência desenvolver normas de padrões de contabilidade (LEMES; SILVA, 2007).

Calixto (2010, p. 161) revela que,

entre as décadas de 1970 e 1980, a UE emitiu uma série de diretrizes para harmonizar os demonstrativos contábeis, que representavam um esforço para reduzir a diversidade e facilitar o entendimento das informações no mercado financeiro. A harmonização contábil teve progressos ao longo da década de 1990, com a criação do IAS, unificação da moeda na UE e mudanças políticas.

Miranda (2008) afirma que, “com o apoio da União Europeia e da International Organization of Securities Commissions (IOSCO), o IASB deu um grande passo para a convergência mundial das normas contábeis, aprovando em 2003 a IFRS 1 - Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros”.

Em 2002, ficou marcada na história, a emissão de uma lei pela União Europeia (UE) que impôs a todas as companhias de capital aberto de seus países membros a elaboração e divulgação de suas demonstrações contábeis consolidadas segundo o padrão International Financial Reporting Standards (IFRS) a partir do ano de 2005 (KLANN; BEUREN, 2011; CALIXTO, 2010; LEMES; SILVA, 2007).

Em outros países, como o México, por exemplo, a convergência das normas contábeis estava entre as prioridades do Instituto Mexicano de Contadores Públicos (IMCP), enquanto na Austrália, em 2004, o órgão local emissor definiu a adoção das normas internacionais para as empresas nacionais já a partir de 2005, e até a China já cogitava as reconciliar as diferenças entre padrões contábeis chineses e ocidentais (LEMES; SILVA, 2007).

De acordo com Miranda (2008), “diversos outros países também passaram a aderir ou anunciar iminente adesão às IFRS, como África do Sul, Austrália, Canadá, Costa Rica, entre outros”. O IFRS já é adotado oficialmente por mais de 100 países (PARIS, 2012; CALIXTO, 2010)

Em 2007, a Securities and Exchange Commission (SEC), órgão regulador do mercado de capitais dos Estados Unidos, passou a aceitar que as empresas estrangeiras arquivassem suas demonstrações financeiras, a partir de 31 de dezembro do mesmo ano, de acordo com o IFRS (PIRES et al., 2012). Contudo, os Estados Unidos, através da SEC, de acordo com Nascimento e Silva (2012) apenas “em 2010, manifestou a intenção de adotar a norma

internacional. No entanto, se a SEC, de fato, decidir por convergir ao padrão internacional esta convergência deverá ocorrer somente em 2015 ou 2016”.

Afirmam Sarquis, Luccas e Lourenço (2014, p. 2) que,

Na última década, tem-se assistido a um processo de convergência global em direção à adoção de um conjunto de normas contábeis de alta qualidade (IFRS). Sendo assim, na busca de padrões contábeis de maior qualidade e, conseqüentemente, maior comparabilidade, todos os países que passaram a adotar as normas internacionais de contabilidade (IFRS), utilizam o mesmo modelo contábil, o que, teoricamente, reduziria as diferenças entre as práticas contábeis existentes até então.

No Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), o processo de adoção do IFRS ocorreu em tempos diferentes em cada país. No Uruguai, desde 2004 as normas emitidas pelo IASB são aceitas, tendo a sua adoção total a partir de 2007. No Paraguai, as sociedades de títulos e valores mobiliários de oferta passaram a ter que seguir o IFRS a partir de 2008. No Chile, a adoção se iniciou no ano de 2009 de forma voluntária e no ano seguinte se tornando obrigatória. No Equador, o ano de 2010 foi de transição para a adoção obrigatória em 2011. No Peru, a obrigatoriedade do IFRS se deu em 2011. Na Venezuela, o IFRS se tornou obrigatório também em 2011. A Argentina adotou o IFRS de forma facultativa a partir de 2011 e de forma obrigatória em 2012. Na Bolívia, no ano de 2011, se adotou as primeiras normas internacionais. Na Colômbia, a transição para as normas internacionais aconteceu apenas em 2014 e sua obrigatoriedade no exercício de 2015 (SARQUIS; LUCCAS; LOURENÇO, 2014; THOMAZ; KRONBAUER; ROJAS, 2013; THOMAZ; KRONBAUER, LISZBINSKI, 2013).

### 1.2.1 O processo de convergência no Brasil

Segundo Pelucio Grecco et al. (2011) “A contabilidade brasileira é regulamentada, em seus aspectos fundamentais, pela Lei 6.404/76, conhecida como Lei das Sociedades por Ações”.

O processo de convergência, de acordo com Reis e Shimamoto (2010), “iniciou-se em 1990, quando a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), criou três comissões para revisar e propor alterações nas Leis nos 6.404/76 e 6.385/76. Os trabalhos foram concluídos em 1991, propondo as alterações que julgaram necessárias”.



Em seu trabalho sobre a experiência de empresas brasileiras na adoção das IFRS, Lemes e Silva (2007, p. 56) narram que

na tentativa de revigorar o mercado de capitais brasileiro, que hoje conta com, aproximadamente, 500 empresas listadas na BOVESPA (Bolsa de Valores de São Paulo), entre outras medidas, foi lançado, em dezembro de 2000, o Novo Mercado. A adesão ao Novo Mercado é voluntária, mas a empresa que firmar o contrato com a BOVESPA terá de comprometer-se com uma série de normas relacionadas com a transparência de informações e boa governança corporativa. Entre essas normas, destacam-se as obrigatoriedades de apresentação da contabilidade de acordo com o padrão internacional, como os US GAAP ou as IFRS do IASB, de divulgar balanços trimestrais auditados, a ter um conselho de administração com mandato unificado de um ano, de oferecer o direito aos acionistas minoritários do chamado *Tag Along Prices*, se o controle da empresa for vendido e a fazer oferta pública pelo valor econômico da empresa.

A primeira ação que visava viabilizar a implantação das normas internacionais de contabilidade se deu através do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) que por meio da Resolução nº 1.055 do ano de 2005 criou o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)<sup>1</sup> (THOMAZ et al., 2013; REIS; SHIMAMOTO, 2010).

Para Lemes e Silva (2007, p. 48),

a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) é uma tentativa recente – o órgão foi criado em setembro de 2005 – de agilizar o processo de revisão de normas contábeis no Brasil e de cobrir uma grande lacuna no cenário contábil nacional, que é a inexistência de um órgão promotor de estudos, preparação e emissão de pronunciamentos técnicos a serem seguidos por todas as entidades empresariais.

Com o intuito de forçar a inserção do IFRS, o Banco Central do Brasil, em 2007, por meio do comunicado 14.259, exigiu dos bancos brasileiros a publicação de suas demonstrações contábeis, de acordo com as normas internacionais a partir do exercício de 2010 (THOMAZ et al., 2013; MIRANDA, 2008).

Ainda em 2007, a CVM publica o Edital de Audiência Pública SNC nº 01/2007 que versava sobre a aceitação pela própria CVM dos pronunciamentos técnicos que o CPC emitisse (LEMES; SILVA, 2007). Também em 2007, a CVM apoiando o movimento mundial de convergência as normas internacionais IFRS aprovou em julho de 2007 a Instrução nº 457 tornando facultativa a apresentação das demonstrações contábeis consolidadas no padrão

---

<sup>1</sup> O CPC é composto pelas entidades Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA), Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC NACIONAL), Bolsa de Mercadorias, Valores e Futuros (BOVESPA), Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) e Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), além dos órgãos convidados Banco Central do Brasil (BACEN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Secretaria da Receita Federal (RFB), Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e mais recentemente Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI), e tem como função a convergência internacional das normas contábeis, centralização das normas dessa natureza e representação e processos democráticos na produção dessas informações (IUDÍCIBUS; GELBCKE; SANTOS, 2010; CPC, 2005).

IFRS entre 2007 e 2009 e tornando obrigatoriamente a adoção do padrão IFRS a partir do exercício de 2010 para todas as companhias abertas brasileiras (GONÇALVES et al. 2014; OLIVEIRA; LEMES, 2011; MIRANDA, 2008)

Conforme Pires et al. (2012), “no Brasil, a aprovação da Lei 11.638, em 2007, foi determinante para a convergência das companhias abertas brasileiras ao IFRS, permitindo a transição em duas fases: a primeira, parcial em 2008, e a segunda, integral em 2010”.

Reis e Shimamoto (2010) destacam que “as alterações promovidas pela Lei 11.638/2007, dentre as quais pode-se destacar a Convergência para as Normas Contábeis Internacionais, representam um marco na história contábil brasileira”.

A aprovação da Lei 11.638/07, que alterou a Lei nº 6404/76, teve seu início em 1999 com o envio ao congresso do projeto de Lei nº 3741/00 que perdurou durante sete anos tramitando no congresso e sofreu diversas modificações, sendo aprovado apenas em 2007 (IUDÍCIBUS; GELBCKE; SANTOS, 2010; MEIRELLES JÚNIOR, 2009).

A aprovação da Lei 11.638/07 foi que derrubou as barreiras legais produzindo as alterações necessárias que impediam a adoção das normas internacionais (GONÇALVES et al., 2014; IUDÍCIBUS; GELBCKE; SANTOS, 2010).

Nascimento e Silva (2012) apontam que “nesta fase foram aprovados os primeiros 14 Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC, com aplicação obrigatória pelas empresas na elaboração das demonstrações contábeis elaboradas a partir do exercício de 2008”.

Segundo Iudícibus, Gelbcke e Santos, (2010) “o projeto de lei havia demorado tantos anos para ser aprovado, que quando saiu, saiu defasado. Era necessário uma série de outras modificações na Lei das S/As porque as normas lá fora haviam avançado”.

Para corrigir e complementar a Lei 11.638/07 foi feita a Medida Provisória nº 449/08, que, posteriormente, foi convertida na Lei 11.941/09 (PELÚCIO et al., 2011; IUDÍCIBUS; GELBCKE; SANTOS, 2010; REIS; SHIMAMOTO, 2010).

As principais alterações decorrentes da promulgação das Leis 11.638 e 11.941 foram, segundo o CFC (2009):

Classificação do Ativo e do Passivo em "Circulante" e "Não Circulante"; Extinção do grupo Ativo Permanente; Restrição ao longo do exercício de 2008 e extinção, na data de 5/12/08, do subgrupo "Ativo Diferido"; Criação do subgrupo "Intangível" no grupo do Ativo Não Circulante; Proibição da prática da reavaliação espontânea de ativos; Aplicação, ao final de cada exercício social, do teste de recuperabilidade dos ativos (teste de impairment); Registro, em contas de ativo e passivo, dos contratos de arrendamento mercantil financeiro (leasing); Extinção do grupo Resultado de Exercícios Futuros; Criação, no Patrimônio Líquido, da conta de "Ajustes de Avaliação Patrimonial"; Destinação do saldo de Lucros Acumulados; Alteração da sistemática de contabilização das doações e subvenções fiscais, anteriormente contabilizadas em conta de Reserva de Capital; Alteração da sistemática de contabilização dos prêmios nas emissões de debêntures, anteriormente

contabilizados em conta de Reserva de Capital; Extinção da classificação das Receitas e Despesas em Operacionais e Não Operacionais; Substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) pela Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) no conjunto das Demonstrações Contábeis obrigatórias; Obrigatoriedade da elaboração da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) pelas Companhias Abertas; Criação do Regime Tributário de Transição (RTT); Implantação da apuração do Ajuste a Valor Presente de elementos do ativo e do passivo.

Já os principais procedimentos a serem realizados decorrentes da promulgação das Leis 11.638 e 11.941 foram segundo o CFC (2009):

Balço de abertura; as empresas devem elaborar na data de 1º de janeiro de 2008 (denominada "data de transição"), estabelecida na NBC T 19.18, um Balço Patrimonial inicial para refletir as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, como ponto de partida para sua contabilização de acordo com a Lei nº 11.638/07; naquela data devem ser registrados todos os ajustes decorrentes da aplicação, pela primeira vez, da Lei nº 11.638/07, a partir dos saldos do Balço Patrimonial de 31/12/2007, antes de quaisquer outros registros de operações e/ou transações relativas ao exercício de 2008; nova classificação das contas de ativos e passivos; nova classificação das contas de Ativo e Passivo, prevista na MP nº 449/08, que alterou o art. 178 da Lei nº 6.404/76, anteriormente alterado pela Lei nº 11.638/07, deve ser observada quando da elaboração das demonstrações contábeis do exercício social findo em 31/12/08; é válido ressaltar que a nova estrutura de classificação aplicar-se-á aos saldos de 31 de dezembro de 2007, nos casos em que a entidade optar por apresentar as demonstrações contábeis daquela data de forma comparativa com as de 31 de dezembro de 2008; extinção do Ativo Diferido; o subgrupo do ativo diferido foi extinto com a edição da MP nº 449/08, que acrescentou o art. 299-A à Lei nº 6.404/76 (Lei das S/A); as entidades em fase pré-operacional que continuaram contabilizando os gastos pré-operacionais ao longo do exercício de 2008, em conformidade com a Lei nº 11.638/07, devem, a partir de 5/12/08, realizar os registros contábeis dos referidos gastos, em contas de resultado; extinção do Grupo Resultados de Exercícios Futuros ; Esse grupo de contas foi extinto com a edição da MP nº 449/08 que acrescentou à Lei das S/A (Lei nº 6.404/76) o art. 299-B; .Os saldos de Resultados de Exercícios Futuros existentes até a data de 4/12/08 devem ser reclassificados na data de 5/12/08 para o grupo do passivo não circulante, em contas representativas de receitas e despesas diferidas.

Iudícibus, Gelbcke e Santos, (2010) concluem afirmando que “a partir dessas legislações passou a ser possível pratica-se, de fato, Contabilidade no Brasil sem influências diretas ou indiretas de natureza fiscal, com a Secretaria da Receita Federal Brasileira passando a ser grande parceira da evolução contábil”.

Os pronunciamentos técnicos contábeis (CPC), as interpretações técnicas contábeis (ICPC) e as orientações técnicas contábeis (OCPC) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) no Brasil, são aplicáveis a todos os tipos de sociedades e não somente às companhias abertas como ocorre em alguns lugares do mundo (PELUCIO et al. 2011).

Iudícibus, Gelbcke e Santos, (2010) complementa afirmando que “com a completa convergência em 2010 às normas do IASB, o Brasil será o primeiro país do mundo a ter balanços individuais e consolidados conforme as normas internacionais”.

### 1.3 As Normas Internacionais de Contabilidade

Iudícibus, Gelbcke e Santos (2010, p. 21) afirma que “as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB estão sendo implementadas no Brasil pelo CPC e pelos órgãos reguladores brasileiros, principalmente pela CVM e pelo CFC”.

Segundo Freire et al. (2012) “o CPC produz Pronunciamentos Técnicos, Orientações e Interpretações, com direcionamento explícito de convergência com as normas internacionais de contabilidade, produzidas pelo IASB”.

Todas as mudanças produzidas pelos CPCs emitidos são elaboradas para que os temas contábeis abordados sejam produzidos uniformemente e com qualidade pelos os contadores.

Para Antunes et al. (2012, p. 17),

a despeito de todas essas importantes alterações que visam melhorar a qualidade da informação contábil divulgada, a consequência mais relevante se dá no âmbito cultural, visto que a contabilidade hoje no Brasil está muito mais focada na interpretação dos pronunciamentos do CPC do que na mera aplicação de regras. Esse fato certamente passa a exigir do contador as habilidades de análise e interpretação, fato que consideramos bastante positivo, pois contribui para a valorização da profissão no Brasil.

Em um primeiro momento, com a promulgação da Lei 11.638/07 ocorreu a aprovação de 14 pronunciamentos técnicos elaborados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis para a elaboração das demonstrações contábeis em 2008.

Em um segundo momento entre 2009 e 2010, foram emitidos mais 29 pronunciamentos técnicos (NASCIMENTO; SILVA, 2012). Até 2015 o Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) havia emitido 46 Pronunciamentos Técnicos sobre os mais diversos assuntos como pode ser visto no Quadro 1.

Quadro 1 - CPC e Sua Correlação Com Norma Original e Assunto Abordado

CPC	IASB	Assunto abordado (Continua)
00	The Conceptual Framework for Financial Reporting (BV2011)	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro
01	IAS 36	Redução ao Valor Recuperável de Ativos
02	IAS 21	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis
03	IAS 07	Demonstração dos Fluxos de Caixa
04	IAS 38	Ativo Intangível
05	IAS 24	Divulgação sobre Partes Relacionadas
06	IAS 17	Operações de Arrendamento Mercantil
07	IAS 20	Subvenção e Assistência Governamentais
08	IAS 39	Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários
09	Não Disciplinado	Demonstração do Valor Adicionado (DVA)
10	IFRS 02	Pagamento Baseado em Ações
11	IFRS 04	Contratos de Seguro
12	inúmeros documentos emitidos pelo IASB	Ajuste a Valor Presente
13	Não Disciplinado	Adoção Inicial da Lei nº. 11.638/07 e da Medida Provisória nº. 449/08
14	IAS 39	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação (Fase I)
15	IFRS 03	Combinação de Negócios
16	IAS 02	Estoques
17	IAS 11	Contratos de Construção
18	IAS 28	Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto
19	IAS 31	Negócios em Conjunto
20	IAS 23	Custos de Empréstimos
21	IAS 34	Demonstração Intermediária
22	IFRS 08	Informações por Segmento
23	IAS 08	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
24	IAS 10	Evento Subsequente
25	IAS 37	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
26	IAS 01	Apresentação das Demonstrações Contábeis
27	IAS 16	Ativo Imobilizado
28	IAS 40	Propriedade para Investimento
29	IAS 41	Ativo Biológico e Produto Agrícola
30	IAS 18	Receitas
31	IFRS 05	Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada
32	IAS 12	Tributos sobre o Lucro
33	IAS 19	Benefícios a Empregados
35	IAS 27	Demonstrações Separadas
36	IAS 27	Demonstrações Consolidadas
37	IFRS 01	Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade
38	IAS 39	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração
39	IAS 32	Instrumentos Financeiros: Apresentação
40	IFRS 07	Instrumentos Financeiros: Evidenciação
41	IAS 33	Resultado por Ação
43	IFRS 01	Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 15 a 41
44	Não Disciplinado	Demonstrações Combinadas
45	IFRS 12	Divulgação de Participações em outras Entidades
46	IFRS 13	Mensuração do Valor Justo
PME	IFRS for SMES	Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas com Glossário de Termos

Fonte: Adaptado do COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS , 2015<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamentos. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>>. Acesso em: 9 jul. 2015.

Na visão de Paris (2012), as novas normas contábeis trouxeram modificações na escrituração dos registros contábeis e também na divulgação das demonstrações financeiras das empresas o que vai causar a necessidade do profissional de contabilidade se atualizar sobre essas regras. Todas as mudanças produzidas pelos CPCs emitidos são elaboradas para que os temas contábeis abordados sejam produzidos uniformemente e com qualidade pelos os contadores.

Para Antunes et al. (2012, p. 17),

a despeito de todas essas importantes alterações que visam melhorar a qualidade da informação contábil divulgada, a consequência mais relevante se dá no âmbito cultural, visto que a contabilidade hoje no Brasil está muito mais focada na interpretação dos pronunciamentos do CPC do que na mera aplicação de regras. Esse fato certamente passa a exigir do contador as habilidades de análise e interpretação, fato que consideramos bastante positivo, pois contribui para a valorização da profissão no Brasil.

Na visão de Paris (2006), as novas normas contábeis trouxeram modificações na escrituração dos registros contábeis e também na divulgação das demonstrações financeiras das empresas o que vai causar a necessidade do profissional de contabilidade se atualizar sobre essas regras.

Por fim, Iudícibus (2012), comenta que “há uma grande esperança de que nosso CPC, não apenas traduza e interprete normas do IASB, mas contribua para o IASB. Parece que isto já está acontecendo”.

As principais alterações propostas pelas normas internacionais de contabilidade no Brasil na visão de Paris (2006) são: “atender às mudanças ocorridas no plano social e econômico; inserção das empresas brasileiras no processo de convergência contábil; e o aumento do grau de transparência das demonstrações financeiras”.

Apesar de concluído o processo de convergência as normas internacionais de contabilidade no Brasil em 2010, de acordo com relatório de observância de normas e códigos (ROSC) (2013), equipes de fiscalização encontraram deficiências na divulgação das demonstrações financeiras principalmente em itens sobre instrumentos financeiros (IFRS 7), custo de transação e prêmio na emissão de títulos e valores mobiliários (IAS 39), estimativa do valor justo, transação com partes relacionadas e transações de pagamento baseado em ações.

## 1.4 O ensino da contabilidade no Brasil

O desenvolvimento da sociedade faz com que as condições de ensino para a formação de profissionais se desenvolvam também para atender aos anseios da sociedade. O início do ensino da contabilidade no Brasil se deu através de uma mudança na sociedade brasileira, que foi a vinda da Família Real Portuguesa, em 1808 (PELEIAS et al., 2007).

Entretanto, Iudícibus (2012) ressalva que “é preciso considerar que a contabilidade, como disciplina a ser ensinada em cursos superiores, tem um histórico bastante recente, quando comparada, por exemplo, à economia”.

A importância do Curso Superior é destacada por Nossa (1999, p. 1) ao afirmar que,

A Instituição de Ensino Superior (IES) é a principal organização que deve preparar os profissionais do futuro. Para isso esta precisa estar atenta às transformações que ocorrem no ambiente em que está inserida e adaptar-se para a formação de estudantes capazes de serem agentes das mudanças de amanhã.

Apenas em 1902, em São Paulo, foi criada a primeira escola de Contabilidade do Brasil, a Escola Prática de Comércio, que depois passou a se chamar Escola de Comércio Álvares Penteado (SILVA; RODRIGUES, 2013; NOSSA, 1999).

Passos e Martins (2006) destacam que, “em 1945, foi criado o curso superior em Contabilidade e Atuariais no Brasil por meio do Decreto nº 7988. Em 1951, com a Lei nº 1.401, foi criado o curso superior em Ciências Contábeis”. Outro passo importante no ensino da Contabilidade se deu em 1946 segundo Nossa (1999) com “a criação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo, com o curso de Ciências Contábeis e Atuariais”.

Fahal e Manhani (2006, p. 31) compreendem que,

as evoluções e tendências do cenário econômico mundial enfatizam a necessidade de mudanças na forma e conteúdo da educação e treinamento de contadores. No passado, o ensino estava concentrado em princípios, normas, conceitos e fatos contábeis. A partir dos anos 80, passou a existir maior preocupação com a preparação do profissional contábil, com ênfase na metodologia que permitia ao estudante aprender a aprender, de forma a estar sempre atualizado.

Contudo, o aluno que finaliza o curso de Ciências Contábeis não está preparado para enfrentar o mercado de trabalho concluiu Nossa (1999): “da defasagem existente entre a preparação ou treinamento oferecido pelas escolas de formação profissional e a realidade da atividade prática futura é um ponto que tem aflorado nas discussões sobre a questão da capacitação para o trabalho”.

Hendriksen e Van Breda (1999 apud MAUSS et al., 2007, p. 2) destacam que,

Muito tem sido discutido a respeito de como ensinar a contabilidade, como forma de atender às mais variadas necessidades e suprir, dessa forma, a crescente busca por profissionais capacitados e qualificados para um mercado de trabalho cada vez mais acirrado e competitivo. Esses profissionais devem aprofundar os aspectos teórico-contábeis para poder associar a teoria à prática, entendendo a contabilidade como uma ciência social aplicada, buscando conhecer a sua base conceitual, a suas metodologias e origens.

No Brasil, após o término do curso superior em Ciências Contábeis o graduado deverá prestar o exame de suficiência para exercer a profissão. Essa regulação está disposta no Conselho Federal de Contabilidade (MIRANDA; PROCÓPIO; MIRANDA, 2013).

A introdução do exame de suficiência pelo Conselho Federal de Contabilidade indicou taxas de reprovação bastante elevadas para o padrão, com apenas 50% de aprovação, o que mostra falhas no processo ensino aprendizagem (ORTIZ, 2005).

Com sua formação não acompanhando o novo cenário da globalização, o ensino da contabilidade passou por mudanças na tentativa de conciliar e adequar sua grade curricular. (SILVA; RODRIGUES, 2013).

## **1.5 Regulamentação e propostas de ensino da contabilidade**

Nesta subseção será apresentada a resolução vigente que estabelece a organização curricular dos cursos de Ciências Contábeis além de uma proposta elaborada pelo CFC e o currículo mundial dos contadores proposto pela ONU/UNCTAD/ISAR.

### **1.5.1 Resolução CNE/CES nº10/2004**

Em 2004, foi promulgada a Resolução CNE/CES nº 10/2004, que estabelecia organização curricular através de projeto pedagógico (SILVA; RODRIGUES, 2013; PELEIAS et al., 2007).

“O conteúdo mínimo da grade curricular dos cursos de Ciências Contábeis também é determinado pela Resolução nº. 10 do Conselho Nacional de Educação, de 10 de março de 2004” afirma Echternacht (2006).



A Resolução CNE/CES nº 10/2004 em seu artigo §1 afirma que o projeto pedagógico do curso de graduação em Ciências Contábeis, seu currículo pleno abrangerá dentre outros elementos estruturais modos de integração entre teoria e prática. Já em seu artigo terceiro, a mesma Resolução descreve que o futuro contador seja capacitado a:

- I - compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras, em âmbito nacional e internacional e nos diferentes modelos de organização;
- II - apresentar pleno domínio das responsabilidades funcionais envolvendo apurações, auditorias, perícias, arbitragens, noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, com a plena utilização de inovações tecnológicas;
- III - revelar capacidade crítico-analítica de avaliação, quanto às implicações organizacionais com o advento da tecnologia da informação.

Nesse aspecto, a resolução se mostra preocupada em formar bacharéis em ciências contábeis com pensamento crítico e inovador, preparando-se para atender as necessidades da sociedade (MARRONI; RODRIGUES; PANOSSO, 2013).

Em seu artigo 4º a Resolução CNE/CES nº 10/2004 aborda as competências e habilidades que o profissional de contabilidade deve estar apto após o curso de graduação em Ciências Contábeis, que são:

- I - utilizar adequadamente a terminologia e a linguagem das Ciências Contábeis e Atuariais;
- II - demonstrar visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil;
- III - elaborar pareceres e relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários, quaisquer que sejam os modelos organizacionais;
- IV - aplicar adequadamente a legislação inerente às funções contábeis;
- V - desenvolver, com motivação e através de permanente articulação, a liderança entre equipes multidisciplinares para a captação de insumos necessários aos controles técnicos, à geração e disseminação de informações contábeis, com reconhecido nível de precisão;
- VI - exercer suas responsabilidades com o expressivo domínio das funções contábeis, incluindo noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, que viabilizem aos agentes econômicos e aos administradores de qualquer segmento produtivo ou institucional o pleno cumprimento de seus encargos quanto ao gerenciamento, aos controles e à prestação de contas de sua gestão perante à sociedade, gerando também informações para a tomada de decisão, organização de atitudes e construção de valores orientados para a cidadania;
- VII - desenvolver, analisar e implantar sistemas de informação contábil e de controle gerencial, revelando capacidade crítico analítica para avaliar as implicações organizacionais com a tecnologia da informação;
- VIII - exercer com ética e proficiência as atribuições e prerrogativas que lhe são prescritas através da legislação específica, revelando domínios adequados aos diferentes modelos organizacionais.

As preocupações com as normas internacionais de contabilidade na Resolução supracitada se materializam em seu artigo 5º que descreve

Os cursos de graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, deverão contemplar, em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, conteúdos que revelem conhecimento do cenário econômico e financeiro, nacional e internacional, de forma a proporcionar a harmonização das normas e padrões internacionais de contabilidade, em conformidade com a formação exigida pela Organização Mundial

do Comércio e pelas peculiaridades das organizações governamentais, observado o perfil definido para o formando e que atendam aos seguintes campos interligados de formação:

I - conteúdos de Formação Básica: estudos relacionados com outras áreas do conhecimento, sobretudo Administração, Economia, Direito, Métodos Quantitativos, Matemática e Estatística;

II - conteúdos de Formação Profissional: estudos específicos atinentes às Teorias da Contabilidade, incluindo as noções das atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais, governamentais e não-governamentais, de auditorias, perícias, arbitragens e controladoria, com suas aplicações peculiares ao setor público e privado;

III - conteúdos de Formação Teórico-Prática: Estágio Curricular Supervisionado, Atividades Complementares, Estudos Independentes, Conteúdos Optativos, Prática em Laboratório de Informática utilizando *softwares* atualizados para Contabilidade.

Mulatinho (2007) destaca o aspecto da organização curricular desta Resolução de se adequar às novas demandas em consonância as exigências de organismos internacionais.

Observam Niyama et al. (2008, p. 106) que,

em nenhum momento, a Resolução CNE/CES nº 10/2004, tratou da obrigatoriedade expressa da existência de disciplinas específicas, como exemplo contabilidade internacional, ou similar. Deve haver no currículo contábil, no entanto, segundo a norma, meios que possibilitem ao futuro formando conhecimento, dentre outros, das questões internacionais que envolvem a contabilidade, como o cenário econômico mundial e as normas internacionais de contabilidade.

Fahal e Manhani (2006) sinalizam que “a Contabilidade é a linguagem universal de negócios e atividades econômicas internacionais e, portanto, é participante direta do processo de globalização e de negócios.

Essa uniformidade de linguagens envolve a internacionalização de normas e de currículos”. Pimentel e Souza (2012) complementam afirmando que, “o ensino de contabilidade poderia ser aprimorado para melhor atender ao profissional da área, e prepará-lo para as demandas do mercado de trabalho devido às constantes mudanças ocorridas na legislação e normas contábeis”.

Fahal e Manhani (2006) também destacam “a necessidade de melhorar a comunicação entre as Instituições de Ensino e o mercado de trabalho. A elaboração de um novo currículo que atenda às necessidades do mercado será imprescindível”.

Colaborando para essa discussão, Erfurth e Domingues (2011, p. 3) apontam que,

Devido a falta de um critério de referência para as qualificações do profissional de contabilidade, destaca-se o currículo mundial por apresentar de maneira detalhada os conteúdos necessários para que o profissional de contabilidade possa estar de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Desta maneira, ressalta-se a importância do currículo mundial em fortalecer a profissão contábil no mundo e auxiliar especificamente às IES em Ciências Contábeis dos países em desenvolvimento na elaboração da grade curricular e dos planos de ensino das diferentes disciplinas deste curso de graduação.

Pires e Ott (2008) concluem em seu estudo que cabe a cada IES definir quais as disciplinas que serão ministradas e a carga horária destinada a cada conteúdo desde que as diretrizes da Resolução CNE/CES nº10 sejam observadas e os conteúdos contemplados, uma vez que suas determinações são amplas e flexíveis.

Se as instituições de ensino fossem estimuladas a se adequar aos novos conceitos e práticas, resultado do processo de harmonização das normas contábeis haveria sinais de um processo de convergência das grades curriculares de Contabilidade entre vários países (RICCIO; SAKATA, 2004).

### 1.5.2 Proposta nacional de conteúdo para o curso de graduação em Ciências Contábeis

Em 2009, o CFC apresentou Proposta Nacional de Conteúdo para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis haja vista que as IES no Brasil apresentam diferentes matrizes curriculares.

O objetivo da proposta segundo o CFC (2009, p. 21) é

contribuir com alguns pontos indicados na Resolução, para cada disciplina são apresentados nesta proposta: o ementário; o conteúdo programático; as sugestões de bibliografia; a carga horária e os objetivos gerais, contemplando, também: modelos de regulamento e diretrizes de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC); atividades complementares e estágio para o curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, com aplicabilidade tanto para a modalidade de “Educação Presencial” como a de “Educação a Distância”.

Na proposta são indicados componentes curriculares para conteúdo de formação básica, formação profissional, formação teórico-prática, além de disciplinas optativas, conforme Quadros 2, 3 e 4 respectivamente.

Quadro 2 – Proposta de Componentes Curriculares por Eixo Temático  
Conteúdo de Formação Básica (continua)

<b>Título</b>	<b>Carga Horária</b>
Matemática	60h
Métodos Quantitativos Aplicados	60h
Matemática Financeira	90h
Comunicação Empresarial	60h
Economia	90h
Administração	60h
Instituições de Direito Público e Privado	60h
Direito Comercial e Legislação Societária	60h
Direito Trabalhista e Legislação Social	60h
Direito e Legislação Tributária	90h

Quadro 2 – Proposta de Componentes Curriculares por Eixo Temático  
Conteúdo de Formação Básica (conclusão)

<b>Título</b>	<b>Carga Horária</b>
Ética e Legislação profissional	60h
Filosofia da Ciência	30h
Metodologia do Trabalho Científico	30h
Psicologia Organizacional	30h
Tecnologia da Informação	60h

Fonte: Adaptado do COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2009.

Observa-se, na proposta dos componentes curriculares de conteúdos de formação básica proposta pelo CFC, o conhecimento de outras áreas de conhecimento como, por exemplo, Administração, Economia, Direito, Matemática e Estatística que aplicados são úteis às necessidades da Ciência Contábil.

Quadro 3 – Proposta de Componentes Curriculares por Eixo Temático  
Conteúdo de Formação Profissional

<b>Título</b>	<b>Carga Horária</b>
Contabilidade Básica	120h
Estrutura das Demonstrações Contábeis	90h
Contabilidade Societária	120h
Teoria Geral da Contabilidade	60h
Perícia, Avaliação e Arbitragem	60h
Contabilidade Avançada	120h
Contabilidade de Custos	60h
Apuração e Análise de Custos	60h
Auditoria	90h
Controladoria	60h
Gestão em Finanças Públicas	60h
Contabilidade Aplicada ao Setor Público	120h
Planejamento e Contabilidade Tributária	60h
Contabilidade Internacional	60h
Responsabilidade Social	60h
Análise de Projetos e Orçamento Empresarial	60h
Análise das Demonstrações Contábeis	60h
Empreendedorismo	60h
Mercado de Capitais	60h
Finanças Empresariais	60h
Sistemas de Informação Gerencial	60h
Optativa	60h
Optativa	60h
Optativa	60h

Fonte: Adaptado do COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2009.

É apresentado, no Quadro 3, conteúdos específicos à Contabilidade com aplicações peculiares aos setores público e privado (CFC, 2009).

No Quadro 4 encontra-se a proposta de componentes curriculares com conteúdos de formação teórico-prática.

Quadro 4 – Proposta de Componentes Curriculares por Eixo Temático  
Conteúdo de Formação Teórico-prática

<b>Título</b>	<b>Carga Horária</b>
Estágio de Iniciação Profissional	180h
Metodologia de Pesquisa	60h
Trabalho de Conclusão de Curso	120h
Atividades Complementares	60h

Fonte: Adaptado COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2009.

Segundo CFC (2009), “os conteúdos de formação teórico-prática referem-se a estágio curricular supervisionado, atividades complementares, estudos independentes, conteúdos optativos, práticas em laboratórios de informática usando softwares atualizados para contabilidade”.

Os Quadros 2, 3 e 4 podem ser entendidos como o currículo mínimo com conteúdos imprescindíveis para a formação do profissional contábil (CFC, 2009).

Por fim é apresentado Quadro 5 com as disciplinas optativas propostas.

Quadro 5 – Proposta de Componentes Curriculares por Eixo Temático Conteúdo de Disciplinas Optativas

<b>Título</b>	<b>Carga Horária</b>
Contabilidade Aplicada as Instituições Financeiras	60h
Contabilidade Aplicada as Entidades de Interesse Social	60h
Contabilidade Aplicada ao Agronegócio	60h
Contabilidade Nacional	60h
Economia Brasileira	60h
Governança Corporativa	60h
Subvenções, Assistências Governamentais e Contratos de Concessões	60h

Fonte: Adaptado COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2009.

Estudo realizado por Oliveira et al. (2015) comparando o nível de aderência dos currículos das IES com a proposta do CFC encontraram como resultado um nível de aderência de 55%. O estudo destaca que o bloco das disciplinas optativas foi o que teve como resultado menor nível de aderência e o bloco com conteúdo teórico-prático com o maior nível de aderência.

Destacam Oliveira et al. (2015) que esse resultado “evidencia uma preocupação das universidades em aprimorar os conhecimentos sobre pesquisas científicas em seus alunos e também seus conhecimentos práticos em relação ao mercado de trabalho, fortalecendo as relações ensino e pesquisa e teoria e prática”.

Entre as Diretrizes Curriculares da Resolução CNE/CES nº10/2004 e a proposta de currículo pelo CFC são possíveis ver semelhanças (FROSI, 2013).

### 1.5.3 Currículo Mundial de Ciências Contábeis ONU/UNCTAD/ISAR

Segundo Oliveira et al. (2015), “os conhecimentos múltiplos adquiridos devem ser capazes de atender, além do mercado interno, o mercado mundial”. Nesse sentido diversos órgãos internacionais de contabilidade como, por exemplo, o International Federation of Accountants (IFAC), a Organização das Nações Unidas (ONU) através do International Standards of Accounting and Reporting (ISAR) e United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD) buscam soluções para a melhor formação dos contadores, entre essas soluções entende-se que a adoção de um currículo o mais próximo possível ao currículo internacional de contabilidade proposto melhor será a harmonização das normas internacionais na educação contábil do país (ECHTERNACHT, 2006).

Nesse processo destaca-se a proposta da UNCTAD que emitiu um modelo de currículo em 1999 e com sua última revisão em 2011 com a finalidade de descrever para a comunidade internacional as áreas técnicas que um indivíduo deve dominar para se tornar um profissional contador. O currículo detalhado é apenas uma parte de um maior exercício para criar um ponto de referência para a qualificação dos profissionais de contabilidade que se seguido lhes permitam uma melhor função. Segundo Mulatinho (2007, p. 71),

É nesta preocupação que a ONU e a OMC, representada pelo ISAR na UNCTAD, acredita que o nivelamento da qualificação dos Contadores é de extrema necessidade, uma vez que a harmonização dos procedimentos aumentará a demanda por profissionais mundiais. Com isso reduzirá, por exemplo, custos de reconhecimento de qualificação.

Os blocos de conhecimento definidos pelo ISAR/UNCTAD, detalhados no TD/B/COM.2/ISAR/5 são apresentados no Quadro 6.

Quadro 6 – Blocos de conhecimento sugeridos pela ONU/ISAR/UNCTAD

<b>1. Conhecimentos da Organização e Atividade Comercial</b>	<b>2. Tecnologia da Informação</b>	<b>3. Básicos: Contabilidade, Auditoria, Impostos e Conhecimentos Relacionados a Contabilidade.</b>	<b>4. Eletivo: Contabilidade Financeira e Finanças e Conhecimentos Relacionados (avançados)</b>
Módulo sobre economia.	Módulo em tecnologia da informação (TI)	Módulo sobre contabilidade básica	Módulo sobre contabilidade financeira e relatórios avançados para as indústrias especializadas.
Módulo sobre métodos quantitativos e estatística para negócios.		Módulo de contabilidade financeira	Módulo sobre a contabilidade de gestão avançada
Módulo sobre políticas gerais de negócios básicos estrutura organizacional, e comportamento das organizações.		Módulo sobre contabilidade financeira avançada	Módulo sobre a tributação avançada.
Módulo de funções de gestão e práticas de gestão e operações		Módulo sobre contabilidade gerencial básico - conceitos	Módulo sobre direito empresarial avançado.
Módulo em marketing		Módulo sobre tributação	Módulo com auditoria avançada.
Módulo sobre negócios internacionais		Módulo de sistemas de informação de contabilidade (AIS)	Módulo sobre o financiamento das empresas avançada e de gestão financeira.
		Módulo sobre direito empresarial	
		Módulo sobre a garantia e auditoria fundamentos	
		Módulo sobre o financiamento das empresas e gestão financeira	
		Módulo sobre a integração do conhecimento	

Fonte: Adaptado de TD/B/COM.2/ISAR/5, 2011.

Silva, Silva e Vasconcelos (2013) destacam que “O intuito é assemelhar os currículos nas diversas partes do mundo, conseqüentemente os profissionais formados também apresentarão essa similaridade, podendo estar aptos para atuar em qualquer lugar”.

A implementação das normas internacionais de contabilidade é uma oportunidade de se propor novas metodologias de ensino para levar esse conhecimento, uma vez que todos os atores da profissão necessitam retomar seus processos de aprendizagem (FERNÁNDEZ MARCH, 2006).

De acordo com Khun, Machado e Machado (2014, p. 29-30),

com a convergência das normas de contabilidade, os profissionais contábeis precisam se atualizar constantemente em relação às normas internacionais de contabilidade (IFRS). Os futuros profissionais, que ainda estão estudando, têm o primeiro contato com essas normas por meio de seus professores, que devem possuir conhecimentos adequados para que o aprendizado dos alunos seja eficaz.

Mencionando os objetivos esperados em cada módulo e conteúdo, o Currículo Mundial se apresenta perante as grandes mudanças da contabilidade do mundo se mostra pertinente nos dias atuais (FROSI, 2013).

## **1.6 Ensino teórico e prático da contabilidade**

As IES possuem um papel único estabelecendo as bases dos conhecimentos teóricos, sociais e metodológicos necessários para o mercado de trabalho e formação crítica do cidadão (VELOSO; QUELHAS, 2005). A importância que as IES possuem na formação profissional, além do cidadão, tem sido reconhecida em diversos estudos. Nos tempos atuais se discute a adequação do perfil do contador para que o mesmo esteja preparado para as exigências pertinentes à contabilidade. Além dos conhecimentos técnicos essenciais da profissão o contador deve desenvolver habilidade de comunicação, relações humanas e administração equilibrando sua formação teórica a sua experiência prática (SOUZA; VERGILINO, 2012).

Rezende e Almeida (2007) afirmam que “os cursos de Ciências Contábeis, bacharelado, deverão contemplar em seus projetos pedagógicos conteúdos de formação básica, profissional e teórico-prática”.

Conhecimento teórico-prático é definido, de acordo com Guedes (2009, o. 9419), como

A teoria não está desvinculada da prática, nem esta da teoria. Considerado dessa maneira o sentido do conhecimento que é desenvolvido em sala de aula é teórico-prático à medida que para ensinar o professor estabelece relações necessárias para desenvolver os conceitos. Dessa maneira o conhecimento não acontece em um momento teórico e em outro prático. Ele é ao mesmo tempo teórico-prático.

Atividades teórico-prática, apenas artificialmente se podem separa-las. Teoria e prática estão interligadas (VASQUEZ, 1967). Na mesma linha de raciocínio Demo (1997) afirma que a prática é necessidade da teoria e vice e versa, mesmo que uma não se reduza à outra.

Para Andere e Araújo (2008), “a ligação entre teoria e a prática é muitas vezes requerida pelo aluno e indispensável para a sua formação profissional. Os dois embasamentos, teórico e prático, deveriam caminhar juntos para facilitar o processo de aprendizagem”.

Segundo Moreira (2013, p. 46),

faz-se necessário que os cursos de Ciências Contábeis produzam uma formação sólida com a devida articulação dos saberes, promovendo habilidades e competências que possam propiciar o conhecimento do conteúdo teórico em aplicação prática, possibilitando aos discentes o enriquecimento de suas experiências



e a partir delas construir conhecimentos com visão crítica, pautados pela compreensão de uma realidade concreta, desvinculada de uma visão fragmentada do mercado de trabalho, aproximando-os, portanto, aos reais saberes inerentes a sua profissão.

Sobre o conhecimento teórico-prático Rezende (2007) afirma que “o estágio supervisionado é um componente curricular direcionado para a consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando”. Na mesma linha de raciocínio, Torres, Silva e Falk (2011), afirmam que o estágio contribui para formação profissional dos contadores pois é um modo de pôr em prática os conhecimentos adquiridos ao longo de sua formação nas instituições de ensino superior.

Contudo segundo estudo que buscou verificar como as IES de Ciências Contábeis do Espírito Santo se adaptarão as exigências sobre o estágio supervisionado, Rezende (2007) constatou que 64% das instituições não possuem laboratórios de prática contábil para atender a obrigatoriedade.

Diniz (2014, p. 37-38) estudando a percepção do teórico versus prático no curso de graduação em Ciências Contábeis junto aos alunos da Universidade de Brasília obteve diversas conclusões dentre elas:

64% dos estudantes concordam total ou parcialmente com a afirmativa que dizia que o curso de Contabilidade possibilita um bom aprendizado prático.

94% dos respondentes afirmaram que o curso possibilita um bom aprendizado teórico/científico para a formação.

62% dos respondentes marcaram concordar totalmente ou parcialmente que possuem segurança com relação à aplicação dos conhecimentos teóricos no mercado de trabalho.

somente 27,1% dos respondentes afirmaram possuir segurança total ou parcial para aplicação dos conhecimentos práticos ao mercado de trabalho, sendo que desses, somente 5,71% afirmaram concordar totalmente com essa afirmativa.

60% dos respondentes discordaram total ou parcialmente dessa afirmativa, ou seja, a grande maioria dos estudantes acredita que existe uma carência do curso de Contabilidade em ofertar disciplinas que desenvolvam atividades práticas em sua estrutura pedagógica.

É fato que se deve aplicar, reformular e readequar determinadas disciplinas para que os estudantes, sobretudo aqueles que não optaram por fazer estágios supervisionados, possam adquirir vivências de atividades práticas ainda no período de graduação. Isso, com o intuito de balancear o currículo obrigatório do curso para que haja equilíbrio entre a quantidade de matérias que oferecem programas pedagógicos teóricos e práticos, para que o aluno não sinta a sensação de carência em nenhuma área do curso, e insegurança ao sair da academia rumo ao mercado de trabalho.

Se a amarração entre teoria e prática se mostrar deficiente na instituição de ensino, cabe a elas oferecer em seus currículos arranjos capazes de diminuir e equalizar a distância entre esses saberes (MOREIRA, 2013).

Ainda para Moreira (2013), “fica evidenciado que no ensino contábil deve haver um equilíbrio de conhecimentos, sejam estes teóricos, práticos e tecnológicos, de modo a minimizar o fosso existente entre a formação e o exercício da profissão”.

Com a grande velocidade das transformações, uma das alternativas que as companhias encontraram para superar as deficiências dos modelos tradicionais, a educação corporativa busca de novas formas de ensino e desenvolvimento (MACHADO, 2007; BIGATÃO, 2001).

### **1.7 A universidade corporativa**

A criação do termo universidade corporativa se deu na década de 80 nos Estados Unidos quando as primeiras instituições de ensino desenvolvidas por empresas privadas surgiram para complementar a formação dos empregados (SILVA, 2005). Para complementar lacunas deixadas pelo ensino tradicional em relação as demandas do mercado, mas principalmente para criar programas de aprendizagem com foco na empresa, mirando capacitar o capital humano que surgiu as universidades corporativas (MEISTER, 1999). Na mesma linha de raciocínio, segundo Veloso e Quelhas (2005), a pretensão das universidades corporativa é complementar a formação profissional, fornecendo instrumentos extras para o autodesenvolvimento do capital humano da empresa com objetivo que o aprendizado traga como retorno lucro para empresa. O surgimento na prática da universidade corporativa se deu pela necessidade de um sistema educacional com foco para os negócios da empresa desenvolvendo atitudes, postura e habilidades específicas para ela (ÉBOLI, 2004).

A vantagem da universidade corporativa, segundo Silva (2006), é que essas “possuem suas próprias regras, modificáveis de acordo com as necessidades e as estratégias e mercado de cada empresa”. Nascimento e Silva (2013) afirmam que “a meta da educação corporativa é aumentar a produtividade da força de trabalho na empresa e criar, com isso, uma vantagem competitiva em nível de mercado”. Otrato (2007) chama a atenção de que o sucesso das universidades corporativas se encontra em trazer a escola para dentro da empresa.

Para Campanholo e Simioni (2011) “educação corporativa é mais do que treinamento empresarial ou qualificação de mão-de-obra. Trata-se de articular coerentemente as competências individuais e organizacionais no contexto mais amplo da empresa”.

Pierrezan (2005, p. 26) observa que

Para o treinamento tradicional, o processo de aprendizagem é algo que tem começo e fim: depois de certa quantidade de treinamento, o serviço está completo. Nessa abordagem o aluno forma-se e para de aprender, mas na universidade corporativa durante toda a vida profissional se responsabiliza pelo aprendizado dessas novas qualificações e competências.

Os dois principais objetivos das universidades, segundo Alperstedt (2001), são “ser agente de mudanças na organização, e aumentar as qualificações, conhecimentos e competências relacionadas ao cargo”.

Para Allen (2002) pode-se afirmar que a universidade corporativa se divide em quatro níveis, sendo eles treinamento; desenvolvimento de executivos; oferecimento de cursos com acadêmicos e oferecimento de cursos com status de graduação acadêmica. O autor explica, ainda que o primeiro nível, treinamento, significa apenas um centro de treinamento. O segundo promove o desenvolvimento de executivos além do treinamento. No terceiro nível se dá a parceria entre as IES transformando os cursos como parte de uma graduação. Por fim, no quarto nível, os cursos oferecidos pela universidade corporativa são similares ao de um curso de graduação ou pós-graduação.

Nesse processo, a relação empresa-escola está se ajustando. Observa-se um número de parcerias entre universidades corporativas e IES mais constantes (NASCIMENTO; SILVA, 2013; ÉBOLI, 1999). Universidade corporativa e universidade tradicional, uma não exclui a outra na formação de profissionais, realização de pesquisas e prestação de serviços (PIERREZAN, 2005).

Cursos de informática, engenharia, logística, produção e todas as áreas consideradas vitais ao tipo de negócio da empresa são oferecidos pelas universidades corporativas, não se restringindo apenas a administração e gerência. (CAMPANHOLO; SIMIONI, 2011; ALPERSTEDT, 2001).

De acordo com Ferronato (2005) “os conteúdos dos cursos e programas das Universidades Corporativas são múltiplos e diversificados, segundo a natureza da organização, suas características, sua categoria econômica, nível de abrangência, porte e cultura organizacional”.

Para Alperstedt (2001, p. 159)

algumas universidades corporativas se têm associado a instituições de ensino superior tradicionais, estabelecendo diferentes tipos de parcerias, entre as quais se destaca a validação das disciplinas cursadas nas universidades corporativas para fins de totalização dos créditos exigidos pelas instituições de ensino superior tradicionais.

Segundo informação divulgada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), em 2013, o Brasil contava com cerca de 100 empresas, estatais e

privadas, com educação corporativa. Mais concentrada no setor da indústria e serviços, a universidade corporativa tem-se expandido para setores que vem sofrendo com aumento da competitividade ou que alcançaram a maturidade, como os setores financeiros, saúde, telecomunicações e serviços públicos (ALPERSTEDT, 2001).

Em várias empresas a universidade corporativa se tornou tão significativo que a área de recursos humanos passou a girar em torno de suas universidades corporativas (ALPERSTEDT, 2001).

Ainda sobre a importância da universidade corporativa no desenvolvimento das habilidades dos funcionários, Júnior, Éboli e Martins (2008) apontam um estudo americano onde 40% dos funcionários respondentes consideraram como de alta importância as habilidades desenvolvidas pela universidade corporativa da companhia e outros 46% consideraram como de média importância as habilidades desenvolvidas pela universidade corporativa da companhia.

## **1.8 Estudos sobre o ensino das normas internacionais de contabilidade no Brasil**

Echternacht (2006), afirma que a disciplina de Contabilidade Internacional na graduação é necessária para que se atendam as necessidades dos diversos usuários e que em seu conteúdo devem constar tópicos referentes à Contextualização da Contabilidade Internacional; Principais Órgãos Normatizadores Internacionais; Práticas Contábeis Internacionais; Comparação entre Princípios Contábeis Brasileiros, Americanos e Europeus; e Conversão de Demonstrações Contábeis em Moeda Estrangeira.

A disciplina Contabilidade Internacional ganha mais destaque devido às normas contábeis estarem mais alinhadas as práticas internacionais (AVELINO, 2010).

Logo no primeiro ano da possibilidade de publicação das demonstrações contábeis no padrão das normas internacionais de contabilidade, Silva e Souza (2008) observaram, em seu estudo sobre o ensino da contabilidade internacional nas instituições de ensino superior do estado de São Paulo, que as instituições consideram o ensino da Contabilidade Internacional relevante e grande parte dos coordenadores entendem que a disciplina Contabilidade Internacional deve ser obrigatória nos currículos e que o tema deve ser discutido em outras disciplinas também. Contudo, no mesmo ano, Niyama, Botelho e Correa (2008), observaram

que apenas 15,39% das instituições de ensino superior das capitais brasileiras com curso de graduação em Ciências Contábeis possuem uma disciplina de Contabilidade Internacional.

Amaral, Costa e Campos (2010) em seus estudos sobre a adoção das normas internacionais de contabilidade nas instituições particulares de ensino superior do ABC chegaram a conclusão de que as instituições não estavam aptas a ministrar aulas de acordo com os padrões exigidos pelo IFRS e que é necessária atualização dos professores. Os autores ressaltam que “Como a evolução é constante, não é possível afirmar que esse padrão será algo definitivo para a contabilidade no Brasil”.

Já em 2011, um ano após a obrigatoriedade da elaboração e publicação das demonstrações contábeis no padrão internacional Silva, Silva e Vasconcelos (2011) ao analisarem a estrutura do currículo dos cursos de Ciências contábeis em funcionamento na cidade de Caruarú/PE concluiu que os currículos das IES da cidade apresentaram semelhanças com o modelo de currículo proposto pela ONU/UNCTAD/ISAR. Ainda assim chamou a atenção a diversidade de currículos existentes.

O grau de conhecimento dos estudantes sobre as necessidades de adaptação às normas internacionais de contabilidade foi investigado por Fischborn e Jung (2012) e obteve como respostas um grau de satisfação de 50% das respostas como pouco e muito pouco e apenas 23% como muito bom e bom, constatando assim que os discentes precisam melhorar seus conhecimentos em normas internacionais.

Estudo realizado em 2012, no município de São Paulo, constatou que apesar das normas internacionais de contabilidade envolverem todas as disciplinas da grade curricular de contabilidade elas não trouxeram impactos significativos nos cursos de Contabilidade estudado e sugere a adoção a partir do terceiro ou quinto período uma disciplina específica para esse tema com carga horária de 80 horas (PARIS, 2012). Corroborando o estudo de Paris (2012), Lopes, Lopes e Ferreira (2014) buscaram analisar atualizações no ensino após a incorporação do padrão contábil internacional à contabilidade brasileira e verificaram que 55% das matérias ligadas diretamente à contabilidade não tiveram nenhuma alteração após 2008, o que os levam a acreditar que os conteúdos não contemplam ajustes ao padrão internacional.

Em estudo abrangendo instituições de ensino da região metropolitana de Londrina, no Paraná, Oliveira e Varella (2011) concluem que a carga horária é consideravelmente pequena nas IES diante da necessidade e aprofundamento dos CPCs e IFRS. Fortalecendo a afirmação anterior, Fernandes et al. (2011) ao analisarem a análise da percepção dos docentes dos cursos de graduação em ciências contábeis do Brasil quanto ao processo de convergência às normas

internacionais de contabilidade aplicadas no Brasil finalizam seu estudo afirmando que os docentes admitem que “as instituições brasileiras de ensino não estão preparadas para as mudanças ocorridas em função da adoção das normas internacionais”.

Somando-se ainda as afirmações de Oliveira e Varella (2011) e Fernandes et al. (2011), Bin, Nogueira e Reis (2010) afirmam, em estudos sobre o conhecimento dos docentes de contabilidade sobre as normas internacionais, que à época da convergência das normas internacionais de contabilidade, “uma parcela dos professores ainda não tinham o conhecimento de conteúdos essenciais, o que implica em não tratar de tais assuntos junto aos seus alunos, promovendo uma defasagem entre as normas vigentes e o que é ministrado em sala de aula”.

Em sua pesquisa Kuhn (2013) constatou que o nível de conhecimento dos docentes de Ciências Contábeis da Grande Goiânia acerca do IFRS é de 5,46 de um total de 10 e que os CPCs com melhor conhecimento são CPC 26, CPC 00 e CPC 27 com notas 7,79, 7,51, 7,31 respectivamente. Por outro lado, os CPCs com menor nível de conhecimento foram CPC 29, CPC 17 e CPC 08 com notas 4,04, 4,13 e 4,27 respectivamente.

Enquanto isso, Torres, Silva e Falk (2011) evidenciaram em seus estudos sobre os conhecimentos adquiridos durante a realização de estágio, dentre os temas específicos de contabilidade em que não foram adquiridos conhecimentos as normas internacionais de contabilidade se encontram em primeiro lugar com 46% e também não foram adquiridas habilidades segundo 43% dos respondentes.

Ao analisar a percepção dos discentes de diversas IES do Distrito Federal sobre o impacto do processo de convergência na sala de aula e o conhecimento sobre as normas internacionais de contabilidade, Pereira e Niyama (2011, p.10-11) observam que o conhecimento a respeito dos CPCs sobre Combinação de Negócios e Contratos de Construção foram classificados pelos discentes como “ruim”, e as normas internacionais que falam sobre Instrumentos e Derivativos Financeiros, Ajuste a valor Presente, Arrendamento Mercantil, Impairment test, Intangível, operação pesquisa e desenvolvimento, Valor Justo, Essência sobre a forma e princípios versus regras, classificadas como “fraco”. Pereira e Niyama (2011, p.10-11) explicam que

O baixo conhecimento em relação a esses pronunciamentos e conteúdos das normas internacionais dá indícios de que os assuntos novos das normas (valor justo, *impairment test*, combinação de negócios e contratos de construção), eram desconhecidos para os estudantes.

Os pronunciamentos sobre Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e da Estrutura Conceitual para elaboração das demonstrações contábeis tiveram como resposta conhecimento “bom”. [...] não se configuram como novidade trazida pelas normas, pois anterior à convergência era uma demonstração usualmente preparada pelos

contadores a fim de se obter as informações sobre as mutações da posição financeira das entidades e a variável Estrutura Conceitual para Elaboração das Demonstrações Contábeis refere-se às características qualitativas da informação contábil e os elementos patrimoniais: ativo, passivo, receitas e despesas. Portanto, o arcabouço teórico é a base de todos os pronunciamentos e das mudanças trazidas pelas normas.

Pereira (2011) analisando a percepção dos discentes sobre o conhecimento das normas internacionais de contabilidade afirma que nos seus resultados encontrados nenhum respondente afirmou que possui excelente conhecimento em nenhuma das normas internacionais era esperado devido ao pouco tempo do processo de convergência e obrigatoriedade no Brasil e pouco tempo para preparação de profissionais tanto na academia, quanto nas empresas e na sociedade como um todo.

Também analisando a perspectiva dos alunos, de instituições públicas da UFPB e da UFCG, Medeiros (2014) encontrou nível considerado bom as normas que tratam os CPCs 03, 16, 27 e 30 e como nível ruim as normas sobre os CPCs 01, 06, 14, 17, 23 e 41. O mesmo autor afirma que “Isso pode ser explicado por serem pronunciamentos mais antigos no CPC, porém isso não quer dizer que não houve atualizações”.

Uma perspectiva de que aos pouco se está melhorando, com relação ao conhecimento às normas internacionais de contabilidade, pode ser observada em estudo de Bemfica et al. (2016) que identificou que os coordenadores de cursos avaliam seus conhecimentos em excelente nível (20%), suficiente (40%), e pouco suficiente (40%). O autor ainda ressalta que todos deveriam estar aptos a lecionar as referidas normas, porém ainda existe uma necessidade de capacitação. O mesmo estudo ainda identificou que em 60% dos casos as grades curriculares e conteúdo programático das disciplinas em relação as normas internacionais estão apenas parcialmente adequadas.

Como consequência dos estudos anteriormente citados, os reflexos podem ser vistos em estudos como o de Nóbrega (2013), que constatou um nível não satisfatório sobre o conhecimento das novas terminologias do IFRS por discentes do curso de Ciências Contábeis em uma instituição de ensino superior privada de João Pessoa (PB).

Já em Santa Catarina estudo efetuado por Caramori e Ramos (2011) teve como um dos resultados o dado que 60% dos contadores daquele estado afirmam que o CRC não consegue suprir ou prover cursos sobre as novas normas contábeis na quantidade necessária. O mesmo estudo ainda apontou que o grau de conhecimento sobre as novas normas brasileiras de contabilidade a maioria dos profissionais, 83%, admitem ter conhecimento entre intermediário ao básico, com apenas 12,6% conhecimento avançado e 4,5% não ter conhecimento algum.

A situação se agrava ainda mais quando pesquisas como a de Pretto (2011) que constatou em uma amostra de contadores de Porto Alegre “[...] os profissionais não buscam cursos de especialização para se adequar as mudanças estabelecidas recentemente, uma vez que se limitam a palestras e sites de pesquisa [...]”

Oliveira, Jacone e Almeida (2012) ao realizarem pesquisa com alunos do oitavo período em duas IES do Espírito Santo, obteve um como resultado que 62% dos respondentes dizem ter conhecimento das normas internacionais de contabilidade e que em 50% dos casos o conhecimento foi advindo da faculdade e os outros 50% de leitura de artigos e internet. O mesmo estudo ainda obteve como resultado que apenas 41% dos estudantes sentem-se preparados para o processo das novas normas internacionais de contabilidade no mercado de trabalho.

Martins, Carmo e Júriero (2013) concluem estudo afirmando que de modo geral, os profissionais de contabilidade respondentes da pesquisa, uma grande parte ainda necessita de preparo técnico sobre IFRS.



## 2 METODOLOGIA

Essa seção é contida por temas referentes ao método de pesquisa, onde serão expostos a classificação que a pesquisa se enquadra, o estudo de caso, além de indicar os meios pelos quais será realizada a investigação explicando sua elaboração em todas as etapas, a forma com ocorreu os procedimentos planejados, as limitações de pesquisa e o tratamento feito para análise dos dados para o cumprimento dos objetivos propostos.

### 2.1 Método de pesquisa

Não existe uma única forma e consenso de se agrupar e classificar os tipos de pesquisas, dependendo da natureza, abordagem, propósito e procedimentos realizados (KAUARK; MANHÃES; MEDEIROS, 2010, p. 26; RAUPP; BEUREN, 2003).

Em sua primeira etapa, foi realizada a busca em artigos, livros, e outros materiais com o objetivo de explanar, debater e problematizar o tema abordado. Conforme Raupp e Beuren, (2003), essa pesquisa se enquadra como uma pesquisa bibliográfica já que “recolhe informações e conhecimentos prévios acerca de um problema para o qual se procura resposta acerca de uma hipótese que se quer experimentar”.

Analisando a pesquisa pelo seu objetivo a mesma pode ser encaixar-se como exploratória. Para Raupp e Beuren (2003), “para que o estudo na Contabilidade seja considerado exploratório, deverá concentrar-se em algo que necessita ser esclarecido ou explorado nesse campo de conhecimento”.

Dentre as modalidades de procedimentos de pesquisa, esta dissertação se enquadra em um estudo de caso único. Para Gil (1999, p.73), “o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir conhecimentos amplos e detalhados do mesmo”. Segundo Yin (2001), “estudo de caso contribui, de forma inigualável, para a compreensão que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos”.

Sobre as características sobre o estudo de caso, Yin (2001) ainda comenta que “as características sobre estudo de caso são aplicadas de forma muito importante, com o planejamento, a análise e a exposição de ideias”.

O método de triangulação foi utilizado. Kutianski (2015) ressalva que uma análise qualitativa está sujeita a subjetividade de interpretação e uma forma de reduzir essa limitação é a triangulação dos dados obtidos de várias fontes.

Triangulação consiste em observar um fenômeno de diversas fontes de coleta de dados (entrevistas, questionários, observação, pesquisa documental entre outros) combinando uma análise integrada (CAIRES, 2013; AZEVEDO et al., 2013). Patton (2002, p. 76) afirma que

a triangulação é uma solução poderosa para o problema de confiar muito em um único método ou em uma única fonte de dados. O uso da triangulação acaba sendo o reconhecimento de que o pesquisador precisa estar aberto a mais de uma maneira de observar um fenômeno. A corolária desse conceito é que a pureza do método é menos importante que a dedicação a informações úteis e relevantes.

Para Yin (2010) a triangulação permite mais qualidade ao estudo podendo se chegar a conclusões mais próximas da realidade. Segundo Marçal (2015) a variedade de fontes permite que elas possam ser analisadas complementarmente.

Dessa forma, essa pesquisa utilizou a técnica de triangulação para se obter um resultado mais satisfatório e com maior validação, combinando diferentes fontes obtidas.

## **2.2 O estudo de caso único**

A companhia utilizada para a realização desta pesquisa é uma empresa de sociedade anônima de capital aberto, que possui como maior acionista o governo federal através da Secretaria do Tesouro Nacional, e atua com exploração e produção, refino, comercialização, transporte, petroquímica, distribuição de derivados, gás natural, energia elétrica, gás-química e biocombustíveis, sendo líder no setor petrolífero no Brasil e com atuação em 18 países.

Diniz (2014), em seu estudo sobre a percepção do conhecimento teórico versus prático do curso de graduação em Ciências Contábeis junto aos alunos da Universidade de Brasília, ressalta que 25,7% dos pesquisados exercem profissão em âmbito público, seja como Servidor em Regime Estatutário ou Empregado Público em Sociedades de Economia Mista ou Empresas Públicas. Além disso, o mesmo estudo aponta que “44% dos respondentes afirmaram que sua motivação inicial para escolha da Contabilidade como curso de graduação foi devida às oportunidades de trabalho em âmbito público”. Esse resultado indica que grande número de estudantes de contabilidade que se utilizam do curso de Ciências Contábeis para se preparar para concursos públicos, o que reforça a importância da empresa estudada.

### 2.2.1 Unidades de análise do estudo de caso

A primeira unidade de análise do estudo de caso é formada gestores da companhia, em que foi aplicado um questionário. Esta unidade de análise foi resultado de indicação do gerente executivo da contabilidade que após conhecimento da pesquisa e do questionário que seria aplicado, aprovou patrocínio interno à aplicação da pesquisa e disponibilizou os e-mails para envio do link do questionário para resposta dos gerentes que trabalham de alguma forma com o IFRS e receberam contadores recém-ingressados. Ao total foram disponibilizados e-mails de 18 gerências de um total de 29 na empresa controladora, além de um gestor de uma subsidiária da controlada que também recebeu contadores pela mesma forma de processo de admissão.

No Quadro 7 pode ser observado as gerências aptas a responder o questionário.

**Quadro 7 – Gerências aptas a responder ao questionário**

Contabilidade gerencial e de negócios
Contabilidade regional de São Paulo – Sul – Norte
Contabilidade regional do Rio de Janeiro
Contabilidade regional do Nordeste
Contabilidade regional de Macaé – Espírito Santo – Minas Gerais
Custeio da produção e operações comerciais
Contabilidade para subsidiárias e controladas
Gestão contábil do patrimônio
Contabilidade dos negócios de abastecimento e biocombustíveis
Contabilidade dos negócios de gás e energia
Análise e controle contábil
Contabilidade de empresas financeiras e de serviços
Contabilidade da controladora e consolidado
Contabilidade financeira
Contabilidade do consolidado
Contabilidade da controladora
Planejamento e orientações contábeis
Normas e orientações

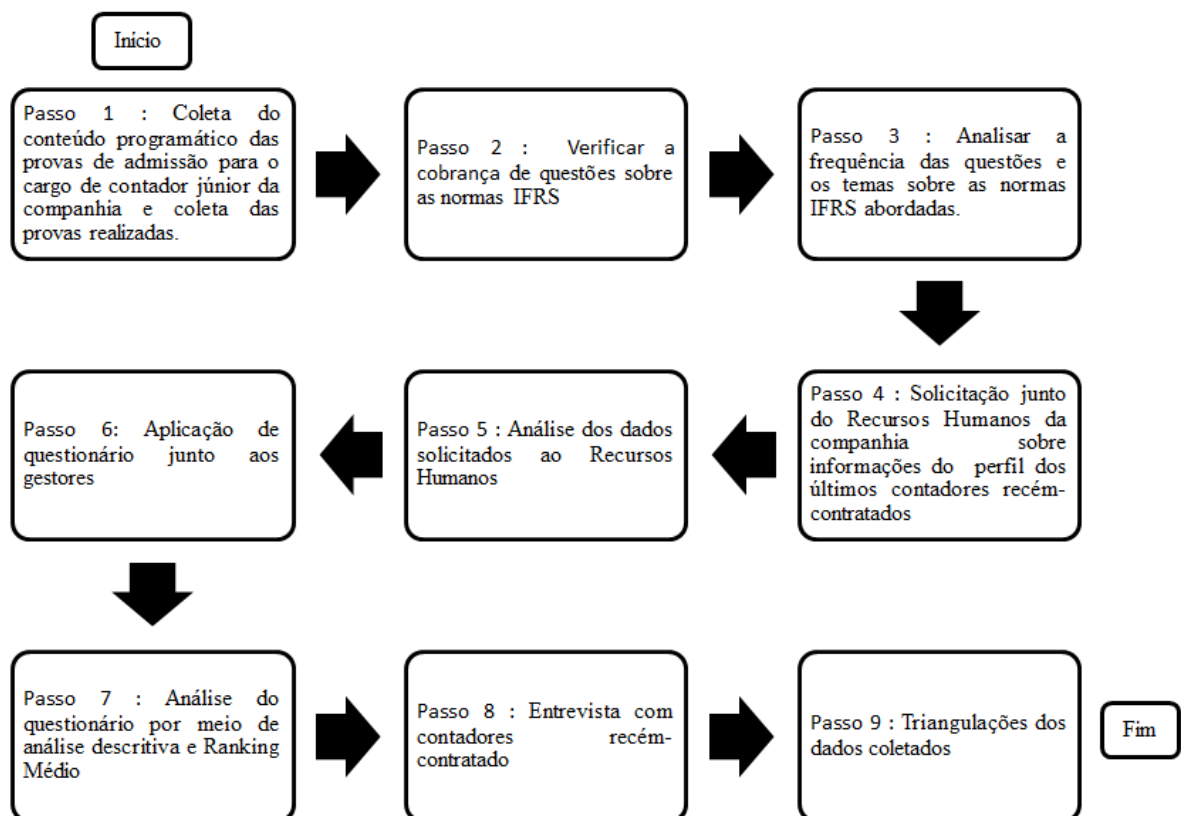
Fonte: O autor, 2016.

A segunda unidade de análise, foi formada por um grupo de seis contadores que ingressaram nos últimos concursos para o cargo de contador júnior da companhia, foi realizada uma entrevista. O critério de seleção foi dentro do círculo de relacionamento do autor e disponibilidade para conceder a entrevista no dia disponível do autor.

### 2.3 Procedimentos de coleta e levantamento de dados

Para a conclusão dos objetivos propostos realizou-se quatro procedimentos diferentes. Coleta de dados no site da banca examinadora responsável pelo processo seletivo de admissão na companhia, solicitações de informações feitas ao RH da empresa, aplicação de questionário e realização de entrevistas. Esses procedimentos podem ser vistos na figura 1.

Figura 1 – Passo a passo dos procedimentos realizados e tratamento dado



Fonte: O autor, 2016.

A coleta de dados sobre as provas de admissão para o cargo de contador júnior da companhia junto a banca organizadora do certame teve objetivo de verificar se, nas provas específicas de contabilidade de admissão para o cargo de contador júnior, são cobradas questões que abordem IFRS, sua frequência e os temas de IFRS abordados para posteriormente analisar se a cobrança dessas normas internacionais de contabilidade na prova de admissão influencia ou não no conhecimento segundo o gestor.

As provas relativas aos certames foram obtidas através do site da banca organizadora pelo processo de seleção. Também foi consultado o conteúdo programático referente a contabilidade para a prova de admissão, conforme Anexo C

Também foi realizada solicitação junto ao Departamento de Recursos Humanos (RH) da companhia, informações sobre perfil dos contadores júniores admitidos nos últimos concursos com o objetivo de conhecer o perfil do contador recém-contratado que será avaliado pelo gestor. Além disso, foi solicitado também informações sobre o funcionamento da universidade corporativa da companhia e os cursos de contabilidade oferecidos com o intuito de verificar como ela atua no processo de complementação da formação dos contadores recém-contratados.

Como etapa posterior, a análise documental, ocorreu a aplicação do questionário. Segundo Carnevalli e Miguel (2001), “o questionário é um conjunto de perguntas, que a pessoa lê e responde sem a presença de um entrevistador. Ele pode ser enviado via correio, fax, internet, etc., sendo devolvido, geralmente, pelo correio”.

O questionário (vide Apêndice B) aplicado aos gestores selecionados pelo gerente executivo da contabilidade da companhia ocorreu no período de 23/10/2015 até 23/12/2015 e foi desenvolvido no Google Docs contendo perguntas abertas e fechadas, e enviado por e-mail aos funcionários selecionados com um link eletrônico (Google Docs) para resposta.

O questionário, composto por 14 questões, teve como objetivo principal de analisar a percepção dos gestores da companhia sobre o grau de conhecimento teórico-prático acerca das normas IFRS por contadores recém-contratados.

O questionário funciona de forma que os gestores ao receber e responderem aos questionários só tinha a opção de envio das respostas após responder todas as questões. Em caso de tentativa de respostas incompletas do questionário o gestor era direcionado a questão que não havia respondido para somente após preenchimento de a resposta enviar com sucesso o questionário respondido.

Na primeira parte do questionário foram elaboradas seis perguntas, sendo duas abertas e o restante fechada. Nas perguntas realizadas foram elaboradas questões com o intuito de traçar um perfil básico dos gestores respondentes do questionário conforme observado em Quadro 8.

Quadro 8 – Objetivos, valores e fontes das questões da seção 1 do questionário

Seção 1 - Perfil		
Questão	Objetivo	Fonte
1. Gênero	Traçar e identificar um perfil dos respondentes e características básicas da amostra	Ribeiro (2010), CFC (2013), Pedroza (2013)
2. Idade:	Traçar e identificar um perfil dos respondentes e características básicas da amostra	Ribeiro (2010), CFC (2013), Pedroza (2013)
3. Ano de formação na graduação:	Traçar e identificar um perfil dos respondentes e características básicas da amostra	Souza (2012) Pedroza (2013)
4. Instituição em que se graduou:	Traçar e identificar um perfil dos respondentes e características básicas da amostra	Pedroza (2013)
5. Possui algum tipo de especialização?	Traçar e identificar um perfil dos respondentes e características básicas da amostra	Souza (2012), CFC (2013), Pedroza (2013)
6. Qual gerência exercida quando recebeu um contador recém-contratado?	Traçar e identificar um perfil dos respondentes e características básicas da amostra	Autor (2016).

Fonte: O autor, 2016.

Na segunda parte buscou-se observar a percepção dos gestores da companhia sobre o conhecimento teórico-prático acerca das normas IFRS dos contadores recém-contratados.

Quadro 9 – Objetivos, valores e fontes das questões da seção 2 do questionário

Seção 2 - Avaliação do conhecimento do contador recém-contratado		
Questão	Objetivo	Fonte
7. Quais as atividades desempenhadas pelos contadores recém-contratados?	Verificar se as atividades desempenhadas pelos contadores recém-contratados envolvem as normas internacionais de contabilidade	CFC (2013)
8. Em uma escala de 0 a 5, sendo 0 significa totalmente insatisfeito, 5 significa totalmente satisfeito, responda qual o seu grau de satisfação com o desempenho geral dos contadores recém-contratados?	Avaliar a percepção dos gestores sobre o contador recém-contratado pela companhia.	Ribeiro (2010),
9. Você verifica a existência de deficiências do contador recém-contratado que se devem ao desconhecimento das normas IFRS?	Verificar a existência de deficiências que se devam ao desconhecimento das normas internacionais de contabilidade.	Fischborn e Jung (2012)
10. Na sua opinião, quais as principais deficiências observadas em contadores recém-contratados acerca do IFRS?	Verificar as principais deficiências decorrentes do desconhecimento das normas internacionais de contabilidade.	Ribeiro (2010), Fischborn e Jung (2012)
11. Sobre as normas IFRS abaixo, preencha as lacunas indicando a sua avaliação acerca do conhecimento teórico-prático por contadores recém-contratados	Verificar qual a percepção dos gestores sobre o conhecimento teórico-prático dos contadores recém-contratados a respeito de cada IFRS específico.	Pereira (2011),

Fonte: O autor, 2016.

Na terceira parte teve a proposta de medir o grau de satisfação dos gestores da companhia acerca da universidade corporativa da companhia.

Quadro 10 – Objetivos, valores e fontes das questões da seção 3 do questionário

Seção 3 - Avaliação da universidade corporativa		
Questão	Objetivo	Fonte
12. Você já recomendou a realização de cursos oferecidos pela Universidade Corporativa especificamente sobre IFRS/CPC a contadores recém-contratados?	Verificar se os cursos da universidade corporativa não se restringem apenas a administração e gerência.	Campanholo e Simioni (2011), Alperstedt (2001)
13. De uma maneira geral você está satisfeito com os cursos e treinamentos oferecidos (quantidade, conteúdo e programação) pela universidade corporativa com relação a:	Verificar a satisfação dos cursos oferecidos pela universidade corporativa.	Júnior, Éboli e Martins (2008)
14. Quais as motivações para a recomendação de curso sobre IFRS oferecido pela Universidade Corporativa para contadores recém-contratados?	Verificar a motivação para recomendação de cursos da universidade, entendendo de que forma os cursos complementam a formação dos contadores recém-contratados.	Meister (1999), Éboli (2004), Veloso e Quelhas (2005) e Silva (2005)

Fonte: O autor, 2016

Por fim, como última etapa, elaborada após o encerramento da aplicação dos questionários e análise dos mesmos, foi realizada entrevista estruturada com seis contadores de diferentes áreas que foram admitidos na companhia a partir de 2010. Foram entrevistados contadores das gerências diferentes gerências.

Foi definido que a entrevista seria gravada e desgravada, e que os contadores entrevistados não seriam identificados para que os mesmos se sentissem mais à vontade em suas respostas.

As questões utilizadas nas entrevistas com os contadores estão disponíveis no Apêndice B. As entrevistas ocorreram em uma sexta-feira dia 25/03/2016 e quinta-feira dia 31/03/2016.

### 2.3.1 Limitações de pesquisa

Como limitação a essa pesquisa realizada por meio de questionário adverte-se que uma mesma questão ou conceito é interpretado de diferente forma, ocorrendo quando a resposta a pergunta é feita de maneira diferente da perguntada (COOPER, SCHINDLER, 2003).

Existe também, o fato mencionado por Miranda, Procópio e Miranda (2013), de que “pesquisas de percepção apenas sinalizam se há visão das pessoas sobre determinada questão, porém nem sempre indicam as razões desta visão. Neste sentido, torna-se relevante desenvolver estudos que avaliem a razão da existência, ou não”.

Vale advertir que o estudo de caso foi realizado em uma empresa em que o processo seletivo contempla prova sobre conhecimentos específicos de contabilidade e que por ser um processo seletivo concorrido, muito dos aprovados já tiveram sua formação complementada por cursos preparatórios o que torna o estudo de caso de maior especificidade, corroborando a afirmação de Yin (2001) que afirma que “estudos de caso único devem ser feitos com cuidado, principalmente no tocante às generalizações que são feitas a partir dos mesmos”. Além disso, o contador recém-contratado não necessariamente teve sua graduação terminada a pouco tempo.

## **2.4 Tratamento dos dados**

As provas sobre conhecimento específico de contabilidade foram analisadas observando quantas e quais questões abordavam conhecimento sobre IFRS e qual o tema sobre IFRS cobrado. O resultado obtido após a realização desse procedimento foi cruzado com a média das notas dadas pelos gestores sobre o conhecimento teórico-prático dos contadores recém-ingressados e as respostas dos contadores de modo a identificar se cobrar questões relacionadas às normas IFRS nas provas implica em domínio do tema na avaliação dos gestores e se as normas IFRS cobradas nas provas são as mais utilizadas e de maior importância para contadores recém-ingressados.

Os documentos fornecidos pelo RH da companhia que versam sobre os cursos de contabilidade oferecidos nos últimos anos pela universidade corporativa, tiveram seu conteúdo programático analisados de forma a observar se os mesmos abordam as principais deficiências observadas pelos gestores, conforme foi abordado na pergunta número 10 do questionário e resultado dos CPCs que na percepção dos gestores obtiveram os piores desempenhos sobre o conhecimento teórico-prático após análise dos questionários.

Já os documentos que abordam o funcionamento do sistema de ensino da universidade corporativa da companhia, por questões de confidencialidade, não puderam ser divulgados na íntegra, constando assim, apenas reprodução de forma simplificada feita pelo autor a respeito do sistema de ensino da universidade corporativa da companhia. O funcionamento do sistema de ensino da universidade corporativa e a análise dos cursos sobre contabilidade oferecidos pela UC tiveram como finalidade de comparar a percepção dos gestores em relação ao conhecimento teórico-prático das normas internacionais de contabilidade dos contadores



recém-contratados com o conteúdo dos cursos oferecidos pela universidade corporativa além de possibilitar uma análise o funcionamento da universidade corporativa de acordo com a literatura.

O tratamento realizado para análise dos questionários se deu de duas formas. A primeira forma de análise das respostas do questionário ocorreu por meio de análise descritiva, calculando-se o percentual referente a cada resposta baseado na frequência das respostas. A segunda forma de análise das respostas obtidas através do questionário foi abordada através da metodologia conhecida como ranking médio (RM) utilizado por Oliveira (2005). Neste modelo atribui-se um valor de 1 a 5 para cada resposta a partir da qual é calculada a média ponderada para cada item, baseando-se na frequência das respostas. Segundo Bonice e Araujo Jr. (2011), a forma para se obter o RM é através da seguinte estratégia”:

$$\text{Média Ponderada (MP)} = \sum (f_i \cdot V_i) \quad (1)$$

$$\text{Ranking Médio (RM)} = \text{MP} / (\text{NS})$$

$f_i$  = frequência observada de cada resposta para cada item

$V_i$  = valor de cada resposta

NS = nº de sujeitos

Dessa forma, quanto mais próximo de 5 o RM estiver maior será o nível de satisfação dos gestores e quanto mais próximo de 1 menor. Nas duas formas de tratamento dos dados (análise descritiva e ranking médio) foi utilizado o programa Microsoft Excel para trabalhar os dados.

A análise do questionário teve como fim analisar a percepção de gestores sobre o conhecimento teórico-prático acerca das normas IFRS por contadores recém-contratados de da empresa e investigar, na visão dos gestores, o grau de conhecimento teórico-prático, dos contadores recém-contratados de uma empresa petrolífera brasileira, sobre as normas internacionais de contabilidade. Seus resultados foram confrontados com o referencial teórico contido no trabalho.

As entrevistas realizadas nos dias 25/03/2016 e 31/03/2016 foram gravadas e desgravadas, constando nos apêndices B, C, D, E, F e G tendo seus achados cruzados e analisados com os demais resultados encontrados e referencial teórico abordado.

### **3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Esta seção apresenta os resultados obtidos junto ao RH da empresa, análise do conteúdo das provas de admissão, aplicação dos questionários e entrevistas realizadas.

#### **3.1 Análise dos dados solicitados e pesquisados**

Esta subseção apresenta os resultados obtidos através de solicitações realizadas junto ao RH da empresa e consulta ao site da empresa responsável pela organização das provas de admissão na companhia.

##### **3.1.1 Perfil do contador recém-contratado**

Após solicitação via e-mail ao Departamento de Recursos Humanos da companhia, informações sobre o perfil dos contadores aprovados nos últimos concursos, a mesma foi atendida e informado que 75% dos contadores recém-ingressado para o cargo de contador júnior nos concursos a partir de 2010 são do gênero masculino. Foi informado também que a média de idade é de 27,4 anos e que possuem em média 3,3 anos de formados, o que é compatível para o cargo, uma vez que o cargo de contador júnior é voltado para quem possui até três anos de experiência. Mas nada impede que profissionais com mais anos de experiência tentarem o processo seletivo.

##### **3.1.2 A universidade corporativa**

Após o ingresso, os funcionários da companhia contam com uma universidade corporativa onde a companhia oferece uma variedade de cursos para seus funcionários. Com

sede no Rio de Janeiro, a universidade corporativa da companhia conta com salas de aula, laboratórios especiais, cabines de educação à distância e salas de orientação pedagógica.

Desde 2009, um sistema educacional da companhia foi implementado que tem por objetivo garantir a disponibilidade do conhecimento necessário às estratégias da companhia, tendo como produto uma carteira de projetos educacionais corporativos.

A estrutura deste sistema permite que todas as demandas educacionais identificadas em função das orientações do plano estratégico da companhia, e das necessidades operacionais corporativas, sejam devidamente analisadas e atendidas pela universidade corporativa da empresa. Essa definição do sistema de ensino da universidade corporativa vai ao encontro ao afirmado por Éboli (2004) que o sistema educacional da universidade corporativa desenvolve os funcionários com foco nos negócios da companhia.

Foi criado um comitês técnico-educacionais que tem por objetivo a construção e proposição de uma carteira de soluções educacionais alinhada às necessidades apresentadas pelas gerências executivas.

No ano de 2015 foram oferecidos cinco cursos para a área de contabilidade. Foi ministrado cursos sobre mensuração e análise de custos, alocação de gastos e planejamento, fundamentos da contabilidade e análise de custos, além de dois cursos relacionados ao IFRS, cujas ementas se encontram nos Anexos A. Em 2014, além dos cursos citados, foi oferecido para os contadores da companhia, um curso de aperfeiçoamento para profissionais de contabilidade com carga horária de 260 horas que dentre vários assuntos aborda a convergência das práticas contábeis brasileira conforme Anexo B.

### 3.1.3 Prova de admissão para contador júnior

Após consulta ao site do órgão responsável pelo certame nos últimos anos, analisou-se se os últimos processos seletivos a partir do ano de obrigatoriedade do IFRS, 2010, observaram-se quatro processos seletivos realizados, sendo eles um no ano de 2010, dois em 2011 e um em 2014. Ao se analisar as provas sobre conhecimento específico sobre contabilidade observou-se que o primeiro ano foi que possuiu menos questões abordando conhecimento sobre IFRS e nos demais anos o número variando entre 6 a 8 questões, conforme pode ser visto no Quadro 11.

Quadro 11 - Quantidade de questões de contabilidade e IFRS a cada ano e temas abordados

Ano	Quantidade de questões sobre contabilidade	Quantidade de questões abordando IFRS (%)	Temas do IFRS abordados nas questões
2010	70	3 (4%)	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro; Divulgação sobre Partes Relacionadas; Operações de Arrendamento Mercantil.
2011	50	6 (12%)	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro; Redução ao Valor Recuperável de Ativos; Operações de Arrendamento Mercantil; Apresentação das Demonstrações Contábeis.
2011	50	8 (16%)	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro; Demonstração dos Fluxos de Caixa; Ativo Intangível; Operações de Arrendamento Mercantil; Ajuste a Valor Presente; Evento Subsequente.
2014	50	7 (14%)	Redução ao Valor Recuperável de Ativos; Demonstração dos Fluxos de Caixa; Divulgação sobre Partes Relacionadas; Demonstração do Valor Adicionado (DVA); Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto; Evento Subsequente.

Fonte: O autor, 2016.

Dentre os assuntos mais recorrentes cobrados na prova de admissão da companhia, encontra-se, em primeiro lugar, a estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro e operações de arrendamento mercantil, sendo estes cobrados em três anos.

Em seguida encontram-se os assuntos de redução ao valor recuperável de ativos, demonstração do fluxo de caixa, divulgação sobre partes relacionadas e eventos subsequentes cobrados em 2 anos, conforme pode ser observado em Quadro 12.

Quadro 12 – Temas sobre as normas IFRS abordados nas provas de admissão na companhia e a recorrência

Temas abordados	Recorrência
Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro	3 vezes
Operações de Arrendamento Mercantil	3 vezes
Redução ao Valor Recuperável de Ativos	2 vezes
Demonstração dos Fluxos de Caixa	2 vezes
Divulgação sobre Partes Relacionadas	2 vezes
Evento Subsequente	2 vezes
Apresentação das Demonstrações Contábeis.	1 vez
Ativo Intangível	1 vez
Ajuste a Valor Presente	1 vez
Demonstração do Valor Adicionado (DVA);	1 vez
Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	1 vez

Fonte: O autor, 2016.

Esses resultados serão analisados com mais profundidade posteriormente em conjunto à análise dos questionários e da entrevista.

## 3.2 Análise do questionário

Nesta subseção serão apresentados os resultados obtidos após a aplicação dos questionários.

### 3.2.1 Perfil

De um total de 18 questionários enviados, foram obtidas oito respostas. Responderam a pesquisa sete gerências da companhia além de um atual gerente executivo de uma das subsidiárias. No Quadro 13 encontram as gerências que responderam o questionário.

Quadro 13: Gerências que responderam a pesquisa

Normas e orientações
Contabilidade dos negócios de gás e energia
Planejamento e orientações contábeis
Contabilidade para subsidiárias e controladas
Análise e controle contábil
Contabilidade de empresas financeiras e de serviços
Contabilidade regional do Rio de Janeiro
Gerente executivo (subsidiária)

Fonte: O autor, 2016.

A primeira e a segunda questão buscaram identificar o gênero e idade dos gestores respondentes. De acordo com CFC (2013) o perfil dos contadores é formado por grande maioria do gênero masculino. O mesmo estudo que traçou um perfil dos contadores brasileiros obteve uma idade média para os contadores de 40 anos. O que se observou ao analisar as respostas foram uma predominância do gênero masculino, tendo apenas um único respondente do gênero feminino. Já a idade média observada foi de 47 anos, sendo 56 anos a idade do respondente mais velho e 39 a idade do respondente mais novo, tendo como mediana de 46 anos, corroborando a média encontrada.

Quanto ao ano de formação buscou-se analisar o tempo de exercício da profissão. O ano médio de formação foi 1994, sendo assim é estimado que em média os gerentes possuem 23 anos de atuação como contadores. Resultado esse alinhado aos obtidos por Souza e Almeida (2006) que ao traçar o perfil dos contadores nas 150 melhores empresas para se trabalhar no Brasil pela revista Você S.A na época e obteve como achado de pesquisa que

mais de 54% dos contadores tinham mais de 10 anos de atuação. A formação desses profissionais se deu, na maioria dos casos, através de universidades particulares, com cinco gerentes oriundos de universidades particulares e três de universidade pública.

Todos os gerentes afirmam ter algum tipo de especialização. Em 50% das observações possuem mestrado, e em outros 50% possuem cursos de extensão, o que mostra a preocupação da companhia com a qualificação dos seus funcionários. O resultado encontrado dos contadores com mestrado retrata a qualificação dos gestores da companhia, uma vez que se encontra bem acima dos resultados encontrados por Souza e Almeida (2006) e CFC (2013) em seus estudos que encontraram apenas 9,1% e 6,3% dos contadores com mestrado.

Essas descobertas de pesquisa evidenciam que os gestores possuem formação anterior a regulamentação do MEC pela Resolução nº 10 CNE/CES de 2004. Seus conhecimentos a respeito das normas internacionais advieram de capacitação após o término da graduação. Além de possível capacitação realizada pela universidade corporativa os gerentes possuem capacitação externa em cursos reconhecidos pelo MEC como mestrados e especializações.

### 3.2.2 Avaliação do gestor sobre o conhecimento teórico-prático do contador recém-contratado

Seguindo o roteiro das perguntas realizadas no questionário, se buscou a princípio descobrir as principais atividades desempenhadas pelos contadores recém-contratados. Das diversas respostas obteve-se:

- Análise de contas, lembrado por quatro dos oito respondentes.
- Preparação das demonstrações contábeis, lembrado por três dos oito respondentes.
- Análise e interpretação das normas contábeis, lembrado por dois dos oito dos respondentes.
- Apuração de impostos, lembrado por um dos oito respondentes.
- Gestão de plano de contas, lembrado por um dos oito respondentes.

Nessa pergunta os gestores podiam responder mais de uma opção. O resultado obtido está dentro do esperado pelo artigo 4º da Resolução CNE/CES nº 10/2004 e vai ao encontro do estudo sobre as principais atuações do contador, que teve como elaboração de demonstrações contábeis (44,1%) e análises e gestão (14,6%) as primeiras colocações dentre as atuações do

contador segundo o CFC (2013). Esse resultado evidencia a importância que as novas normas contábeis estão tendo dentro da empresa.

O grau de satisfação com o desempenho geral dos contadores recém-contratados onde podia se dar uma nota de 0 a 5. Os contadores recém-contratados obtiveram média de 3,25 pelos gerentes, o que corresponde a 65%.

Em sete observações, os gerentes responderam que verificam a existência de deficiências do contador recém-contratado que se devem ao desconhecimento das normas IFRS. Esses resultados corroboram o estudo de Caramori e Ramos (2011) em que os profissionais de contabilidade admitem possuírem conhecimento entre intermediário e básico a respeito das normas internacionais de contabilidade além de afirmação de Martins, Carmo e Júriero (2013) que grande parte dos contadores ainda necessita de preparo técnico sobre IFRS.

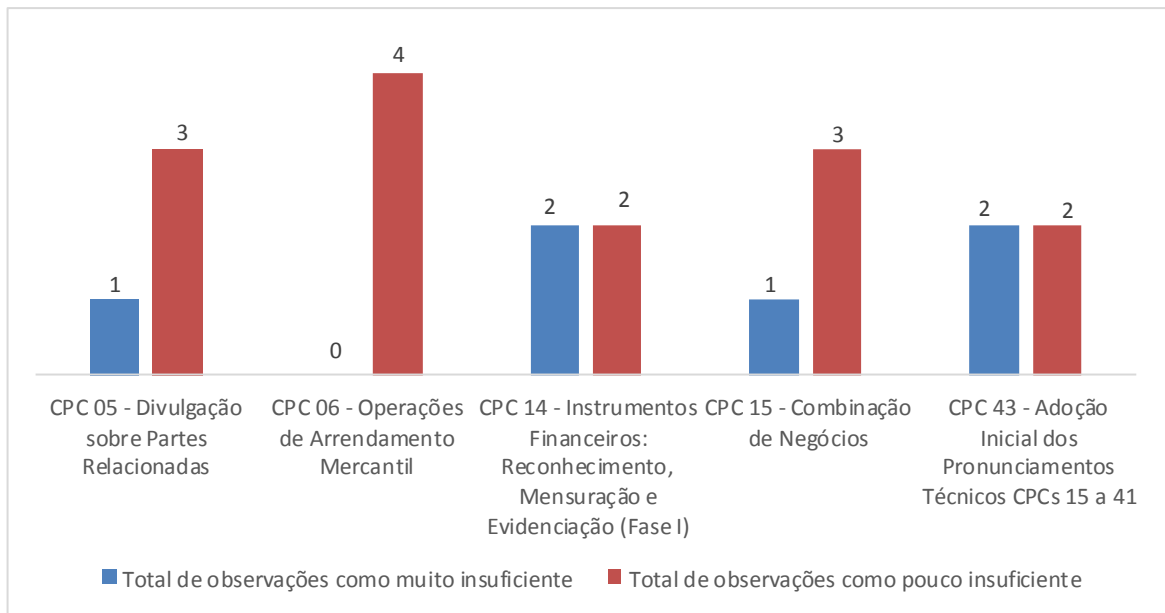
Sobre as principais deficiências acerca dos IFRS observadas em contadores recém-contratados, a mais lembrada pelos gerentes se deveu a falta de conhecimento prático do IFRS, tendo os contadores recém-contratados apenas conhecimento teórico, muitas vezes proporcionado por cursinhos preparatórios e falta de aplicação prática. Pesquisas como de Resende (2007) que constataram que 64% das instituições não possuem laboratórios de prática contábil e Diniz (2014) que dentre os achados de pesquisa revelou que apenas 27,1% dos discentes afirmaram possuir segurança total ou parcial para aplicação de seus conhecimentos.

Os principais temas mencionados a respeito de deficiências sobre IFRS foram reconhecimento de receitas, avaliação e mensuração de ativos e passivos. Nenhum desses temas foi citado em estudo de Pereira e Niyama (2011).

Além disso, também foi lembrada a falta experiência no ramo de negócios da empresa como uma deficiência. Esta, contudo não deve ser motivo de preocupação uma vez que preparar o contador para o ramo específico de energia não está na Resolução CNES/CES nº10/2004 e é nesse aspecto a universidade corporativa complementa a IES tradicional (ALPERSTEDT, 2001).

No Gráfico 1 encontram-se as normas IFRS com as piores avaliações pelos gestores acerca do conhecimento teórico-prático por contadores recém-contratados.

Gráfico 1 – Normas IFRS que obtiveram 50% das observações como insuficiente



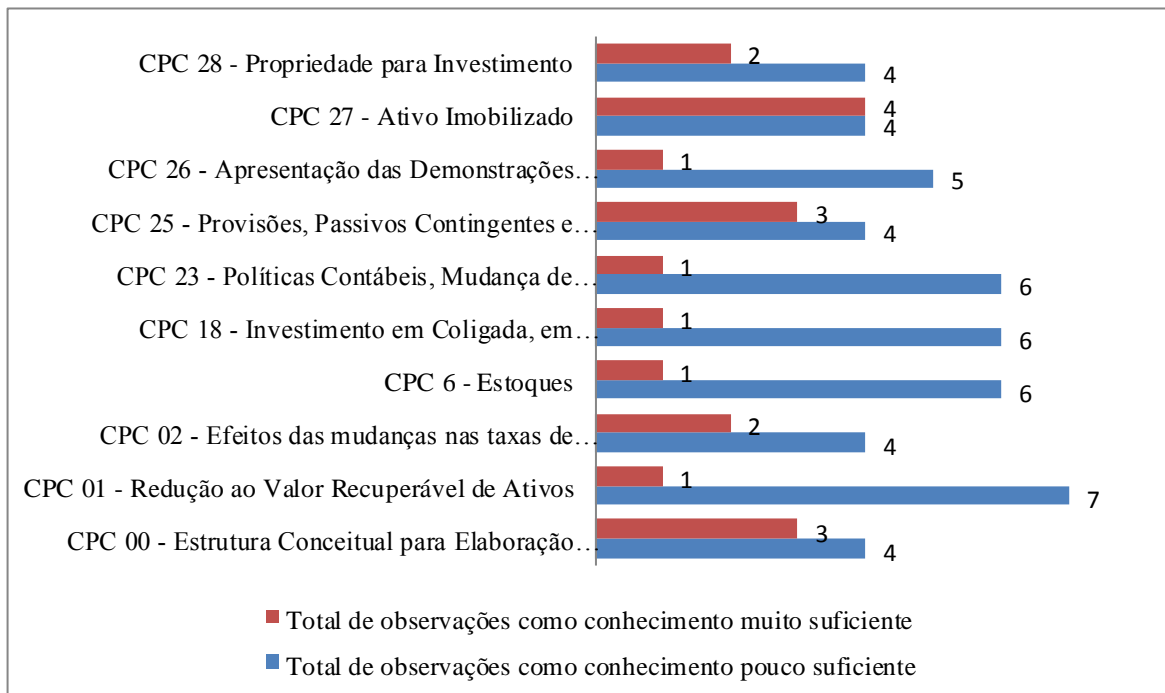
Fonte: O autor, 2016.

Os resultados encontrados corroboram as principais deficiências citadas pelos gestores, ilustrado de forma mais visível pelas normas IFRS que tratam de Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, uma vez que a deficiência de avaliação e mensuração de ativos e passivos relatada pelos gestores foi uma das principais deficiências que os mesmos observavam. Importante ressaltar que as normas internacionais de contabilidade consideradas “base” para elaboração das demonstrações contábeis, CPC 00 e CPC26, conforme Pereira e Niyama (2011) estão entre as normas que não obtiveram nenhuma avaliação insuficiente.

Ao se analisar pelo ponto de vista das normas IFRS mais bem avaliados pelos gestores destacam-se os 10 normas IFRS que constam no Gráfico 2. Foram considerados as normas IFRS que obtiveram mais de 70% das respostas como suficiente.



Gráfico 2 – Normas IFRS que obtiveram mais de 70% das observações como suficiente



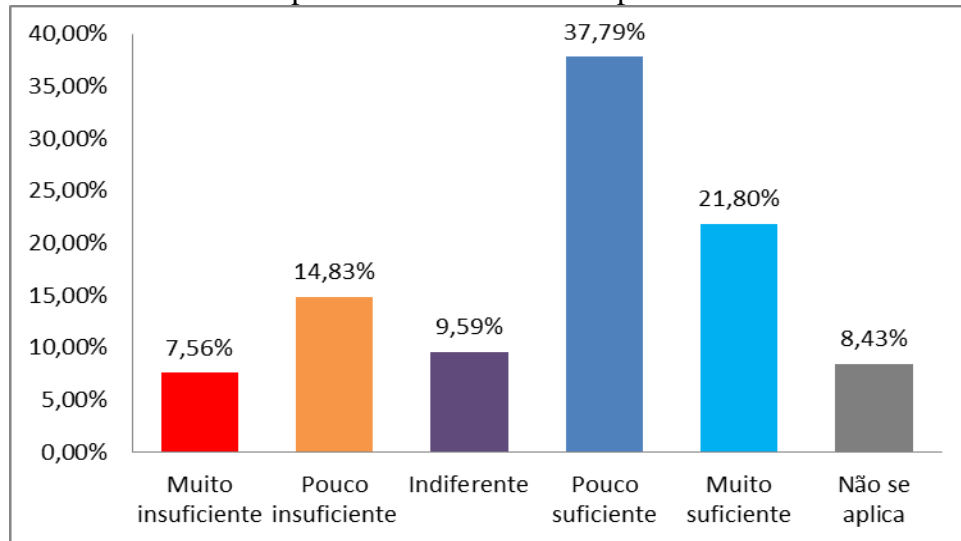
Fonte: O autor, 2016.

Destacam-se, no Gráfico 2, as normas internacionais que tratam sobre redução ao valor recuperável de ativos e também sobre ativo imobilizado. Essas duas normas obtiveram 100% das respostas dos gestores como suficiente de alguma forma. Em uma companhia de multinacional e com subsidiárias como a empresa estudada, normas internacionais como investimento em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlado em conjunto e a norma de propriedade para investimento terem sido bem avaliadas pode estar relacionado com o seu uso no trabalho pela diversidade de negócios que a companhia estudada possui.

Os resultados seguem a mesma tendência dos encontrados por Pereira e Niyama (2011) e Medeiros (2014). Os mesmos autores avaliam que explicam que o bom desempenho de algumas normas IFRS/CPCs pode ser resultado da antiguidade se comparados a outras normas, além de fazerem parte do arcabouço teórico.

No Gráfico 3 pode ser visto quanto percentualmente cada opção foi escolhida pelos gestores ao avaliar o conhecimento do das novas normas contábeis pelos contadores recém-contratados.

Gráfico 3 - Percentual total da avaliação dos gestores acerca do conhecimento teórico-prático das normas IFRS por contadores recém-contratados



Fonte: O autor, 2016.

De uma maneira geral, os contadores recém-contratados foram bem avaliados em seus conhecimentos sobre as normas internacionais de contabilidade, em 60% (156) dos casos sendo avaliados seus conhecimentos por seus gerentes como suficiente. Esses números se mostram um pouco acima dos observados por Caramori e Ramos (2011) onde apenas 12% maioria dos profissionais de Santa Catarina consideram seus conhecimentos avançados.

### 3.2.3 Avaliação do gestor sobre o conhecimento teórico-prático do contador recém-contratado através do Ranking Médio

Posteriormente a análise descritiva, realizou-se a análise através do ranking médio de cinco pontos para mensurar o conhecimento teórico-prático de cada uma das normas IFRS/CPCs. Foi atribuída uma nota cinco para as respostas classificadas como muito suficiente, quatro para respostas do tipo pouco suficiente, três para respostas rotuladas indiferente, dois para respostas qualificadas como pouco insuficiente e nota 1 para respostas do tipo muito insuficiente. As respostas classificadas como, não se aplica, foram excluídas do cálculo. Dessa forma, foi elaborada uma média aritmética simples com as respostas obtidas. O Resultado pode ser acompanhado no Quadro 14.

Quadro 14 - Ranking médio por CPC e assunto abordado

CPC	Assunto abordado	Ranking Médio
CPC 27	Ativo Imobilizado	4,5
CPC 00	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro	4,25
CPC 25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	4,25
CPC 16	Estoques	4,14
CPC 01	Redução ao Valor Recuperável de Ativos	4,13
CPC 02	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	4
CPC 13	Adoção Inicial da Lei n°. 11.638/07 e da Medida Provisória n°. 449/08	4
CPC 23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	4
CPC 26	Apresentação das Demonstrações Contábeis	4
CPC 30	Receitas	4
CPC 37	Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	4
CPC 24	Evento Subsequente	3,88
CPC 11	Contratos de Seguro	3,86
CPC 18	Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	3,86
CPC 20	Custos de Empréstimos	3,86
CPC 28	Propriedade para Investimento	3,75
CPC 41	Resultado por Ação	3,71
CPC 17	Contratos de Construção	3,67
CPC 03	Demonstração dos Fluxos de Caixa	3,5
CPC 07	Subvenção e Assistência Governamentais	3,5
CPC 12	Ajuste a Valor Presente	3,5
CPC 35	Demonstrações Separadas	3,5
CPC 36	Demonstrações Consolidadas	3,43
CPC 09	Demonstração do Valor Adicionado (DVA)	3,38
CPC 31	Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada	3,38
CPC 32	Tributos sobre o Lucro	3,38
CPC 21	Demonstração Intermediária	3,33
CPC 10	Pagamento Baseado em Ações	3,29
CPC 45	Divulgação de Participações em outras Entidades	3,29
CPC 33	Benefícios a Empregados	3,25
CPC 44	Demonstrações Combinadas	3,2
CPC PME	Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas com Glossário de Termos	3,17
CPC 08	Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários	3,14
CPC 22	Informações por Segmento	3,14
CPC 04	Ativo Intangível	3,13
CPC 06	Operações de Arrendamento Mercantil	3,13
CPC 05	Divulgação sobre Partes Relacionadas	3
CPC 14, 38,39,40	Instrumentos Financeiros	3
CPC 15	Combinação de Negócios	3
CPC 19	Negócios em Conjunto	3
CPC 29	Ativo Biológico e Produto Agrícola	3
CPC 43	Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 15 a 41	3
CPC 46	Mensuração do Valor Justo	3

Fonte: O autor, 2016.

Pode-se observar que ao se analisar as normas internacionais por meio do ranking médio, nenhuma norma internacional obteve nota abaixo de três, que seria o ponto neutro, o que significa que, de forma geral, o conhecimento teórico-prático de todas as normas internacionais dos contadores recém-contratados não foram insuficiente segundo os gerentes.

Analisando-se dessa forma, o número de normas IFRS/CPCs que obtiveram 70% ou mais de respostas como suficientes aumenta de dez para 22, o que significa 51 % das normas IFRS/CPCs avaliados. As demais normas IFRS/CPCs, 49% (21) obtiveram entre 70% e 60% das respostas como suficientes. A média das notas obtidas foi de 3,55, o que corresponde a 71% suficiência. Esses resultados contrastam com os obtidos por Caramori e Ramos (2011) e Fischborn e Jung (2012).

De forma geral o ranking médio veio a corroborar os resultados de pesquisa encontrados após a análise descritiva dos dados.

Após o resultado do ranking médio, foi realizado, utilizando-se da técnica de triangulação, o cruzamento dos 11 assuntos de das normas internacionais abordados nas provas para ingresso na companhia com a média das notas dadas pelos gerentes sobre o conhecimento teórico-prático dos contadores recém-ingressados na companhia desses assuntos, conforme Quadro 15.

Quadro 15 - Posição no ranking médio das normas IFRS/CPCs abordados na prova para ingresso na companhia

<b>Posição no ranking médio</b>	<b>CPC e assunto abordado</b>	<b>Nota de ranking médio</b>
2°	CPC 00 – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro	4,25
5°	CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos	4,13
6°	CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis	4,00
12°	CPC 24 – Evento subsequente	3,88
13°	CPC 18 – Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto	3,86
19°	CPC 03 – Demonstração dos fluxos de caixa	3,5
19°	CPC 12 – Ajuste a valor presente	3,5
24°	CPC 09 – Demonstração do valor adicionado	3,38
33°	CPC 04 – Ativo intangível	3,13
33°	CPC 06 – Operações de arrendamento mercantil	3,13
35°	CPC 05 – Divulgação de partes relacionadas	3,00

Fonte: O autor, 2016.

Nota-se que dos 11 temas abordados nas provas para ingresso na companhia, em sete o grau de satisfação dos gerentes com o conhecimento teórico-prático dos contadores recém-ingressados na companhia foi de 70% ou mais. Outros quatro temas encontram-se entre os últimos no ranking. Destaca-se negativamente o 33° colocado, CPC 06 – operações de arrendamento mercantil e CPC 05 – Divulgação de partes relacionadas, por estes também figurarem entre as cinco normas IFRS/CPCs com 50% de insatisfação dos gerentes com o conhecimento teórico-prático dos contadores recém-ingressados, conforme foi visto no Gráfico 1.

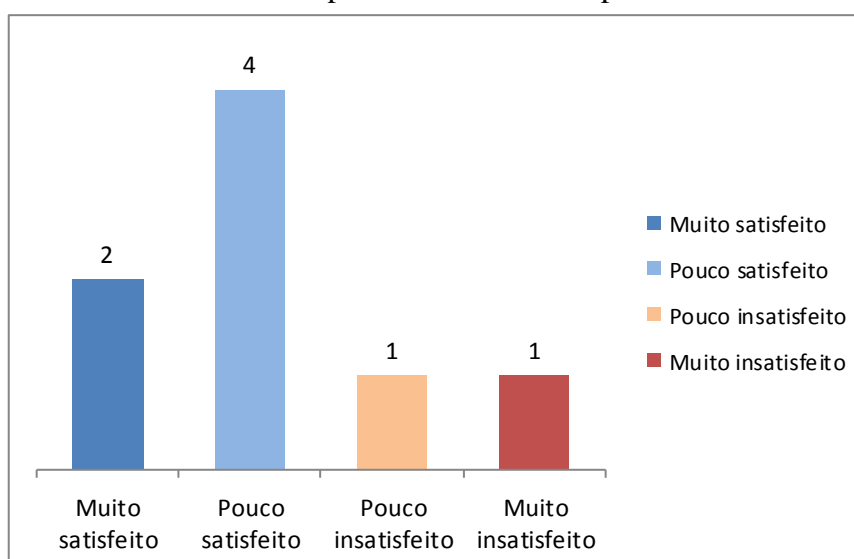
Pode ser observado com essa análise que como a prova de contabilidade para ingresso na companhia aborda um conteúdo extenso, conforme conteúdo programático sobre matéria de contabilidade para prova de admissão da companhia, vide anexo C, alguns temas que são cobrados não necessariamente as pessoas que ingressam dominaram todos os temas cobrados.

### 3.2.4 Avaliação do gestor sobre o a universidade corporativa

Em seguida, analisando a importância que a universidade corporativa da empresa tem para empresa, capacitando seus profissionais, complementando possíveis deficiências e desenvolvendo habilidades voltadas ao negócio da companhia, observou-se que, em 100% dos casos, os gestores recomendaram cursos para os contadores recém-contratados. Resultado que corrobora o estudo de Júnior, Éboli e Martins (2008) sobre a importância que os funcionários enxergam a universidade corporativa para sua capacitação. O motivo para se recomendar os cursos oferecidos pela universidade corporativa da companhia se deve segundo quatro gestores para aprimoramento, para dois gestores por motivo de atualização e para dois gestores por deficiências observadas.

Visto o motivo pelo qual os gestores recomendam cursos da universidade corporativa, buscou-se medir o grau de satisfação sobre os cursos oferecidos pela universidade corporativa da companhia, conforme Gráfico 4.

Gráfico 4 - Grau de satisfação com a quantidade de cursos e treinamentos oferecidos pela universidade corporativa

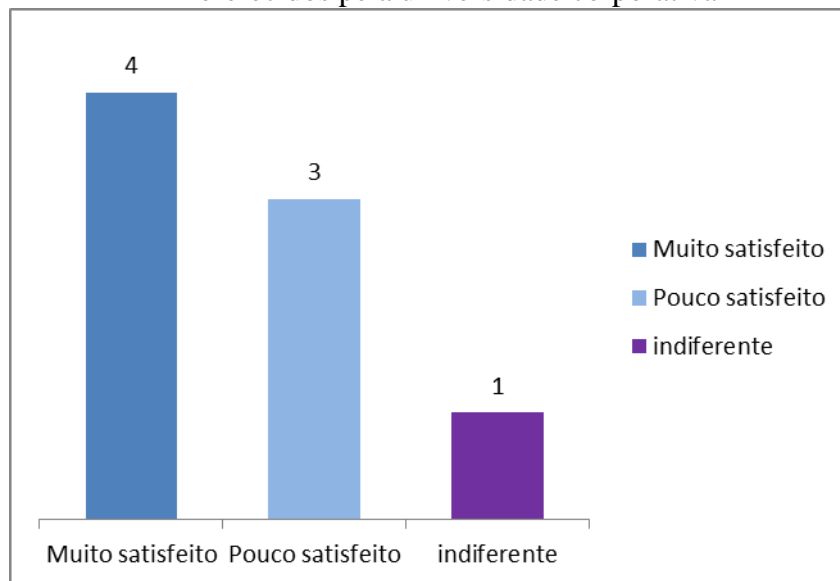


Fonte: O autor, 2016.

Para seis dos oito gestores a quantidade de cursos oferecidos está de alguma forma satisfatória, sendo dois gestores avaliaram de forma muito satisfatória e quatro de forma pouco satisfatória.

Em seguida, observou-se o grau de satisfação com relação a quantidade de cursos, conforme Gráfico 5.

Gráfico 5 - Grau de satisfação com a qualidade de cursos e treinamentos oferecidos pela universidade corporativa

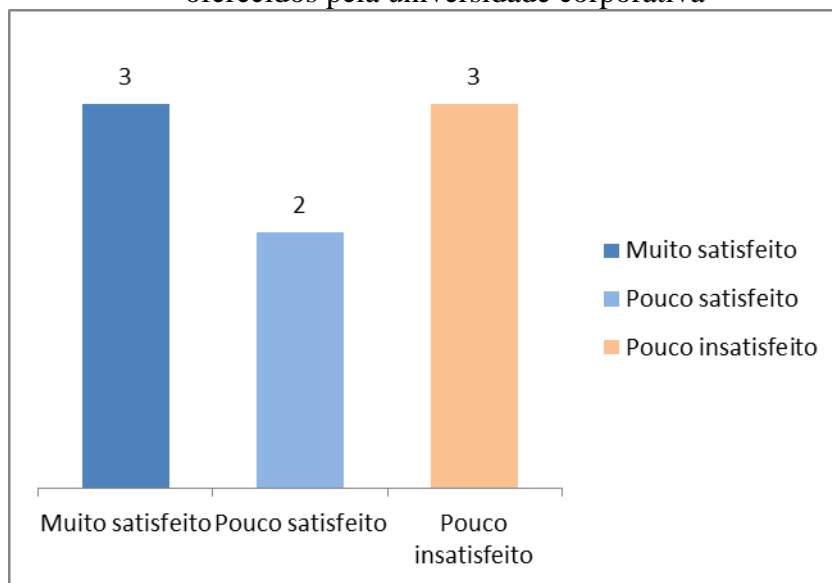


Fonte: O autor, 2016.

Quanto ao conteúdo, conforme Gráfico 5, nenhum gestor avaliou de forma insatisfatória em relação a qualidade dos cursos oferecidos pela universidade corporativa da companhia, sendo que quatro gestores avaliaram de forma muito satisfatória e três de forma pouco satisfatória totalizando sete de oito gestores de satisfeitos.

O grau de satisfação com relação a programação de cursos e treinamentos foi observado no Gráfico 6.

Gráfico 6 - Grau de satisfação com a programação de cursos e treinamentos oferecidos pela universidade corporativa



Fonte: O autor, 2016.

Por fim, a respeito da programação dos cursos oferecidos, conforme visto no Gráfico 6, existe algum grau de insatisfação. Porém a maioria, cinco gestores, a programação foi considerada satisfatória, três dos gestores muito satisfeitos com a programação dos cursos e dois pouco satisfeitos.

### 3.2.5 Avaliação do gestor sobre o a universidade corporativa através do Ranking Médio

Nessa etapa, foi utilizada a análise através do ranking médio de cinco pontos para mensurar o grau de satisfação dos gestores com a universidade corporativa, assim como foi feito para se avaliar o grau de satisfação dos gestores a respeito do conhecimento teórico-prático dos contadores recém-contratados. Foi atribuído uma nota cinco para as respostas classificadas como muito suficiente, quatro para respostas do tipo pouco suficiente, três para respostas rotuladas indiferente, dois para respostas qualificadas como pouco insuficiente e nota 1 para respostas do tipo muito insuficiente. O resultado pode ser observado no Quadro 16.

Quadro 16 - Ranking médio com a satisfação da quantidade, qualidade e programação dos cursos e treinamentos oferecidos pela universidade corporativa

Satisfação com os cursos e treinamentos oferecidos pela universidade corporativa com relação a	Ranking Médio
Qualidade	4,38
Quantidade	3,63
Programação	3,63
Média Geral	3,88

Fonte: O autor, 2016.

Observa-se que a quantidade, qualidade e programação, todos eles obtiveram nota superior a três. Destaque para a qualidade dos cursos oferecidos pela universidade corporativa da companhia que na visão dos gestores teve nota 4,38, o que representa 88% de grau de satisfação, resultado que corrobora o identificado no gráfico 5 apresentado.

A quantidade e programação dos cursos oferecidos obtiveram nota 3,63, que representa uma satisfação dos gestores a respeito desses quesitos de 73%. O resultado a respeito da satisfação quanto a quantidade dos cursos oferecidos pela universidade corporativa da companhia é corroborada o resultado encontrado no gráfico 4, enquanto a respeito da programação o resultado não é tão próximo quanto ao obtido no gráfico 6. De forma geral a satisfação dos gestores com os cursos oferecidos pela universidade corporativa da companhia obteve uma média de 3,88, o que representa 78% de satisfação.

Dessa forma, a análise através do ranking médio corroborou a análise descritiva dos dados. A satisfação dos gestores com os cursos e treinamentos oferecidos pela universidade corporativa da companhia indicam que a carteira de projetos educacionais corporativos oferecidos atende as demandas educacionais identificadas e seu comitês técnico-educacionais está alinhada às necessidades apresentadas pelas gerências executivas.

### **3.3 Triangulação entre avaliação do gestor sobre o a universidade corporativa e os cursos oferecidos**

Outra triangulação realizada, foi a observação das respostas dos gestores a pergunta 10 do questionário, “Em sua opinião, quais as principais deficiências observadas em contadores recém-contratados acerca das normas IFRS” e as cinco normas IFRS/CPCs mal avaliadas pelo método do ranking médio, que foram as que obtiveram nota 3. Com isso, buscou-se nos



cursos ministrados pela universidade corporativa da empresa se determinado tema foi abordado e quando o curso foi ministrado, o que resultou no Quadro 17.

Quadro 17 - Deficiências detectadas e cursos oferecidos pela universidade corporativa

<b>Principais deficiências detectadas</b>	<b>Qual curso foi oferecido pela universidade corporativa abordou essa deficiência?</b>	<b>Quando foi ministrado</b>
Falta de conhecimento da aplicação da essência sobre a forma	Curso de aperfeiçoamento para contabilistas	2014
Principais aspectos interpretativos sobre: Reconhecimento das receitas	Curso de aperfeiçoamento para contabilistas	2014
Principais aspectos interpretativos sobre: avaliação dos ativos	Curso de aperfeiçoamento para contabilistas	2014
Principais aspectos interpretativos sobre: avaliação de passivos,	Curso de aperfeiçoamento para contabilistas	2014
Principais aspectos interpretativos sobre: avaliação de valor justo	Adoção de práticas contábeis internacionais - avançado	2014 e 2015
Ativos contingentes	Adoção de práticas contábeis internacionais - IFRS	2014 e 2015
Divulgação de informações em relatórios	Assunto não abordado nos cursos	-
Divulgação sobre partes relacionadas	Assunto não abordado nos cursos	-
Operações de arrendamento mercantil	Adoção de práticas contábeis internacionais – IFRS e Adoção de práticas contábeis internacionais - avançado	2014 e 2015
Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, mensuração e evidenciação	Adoção de práticas contábeis internacionais – IFRS e adoção de práticas contábeis internacionais - avançado	2014 e 2015
Combinação de negócios	Adoção de práticas contábeis internacionais - avançado	2014 e 2015
Adoção inicial dos pronunciamentos técnicos CPCs 15 a 41	Assunto não abordado nos cursos	-
Ativo biológico e produto agrícola	Adoção de práticas contábeis internacionais - avançado	2014 e 2015

Fonte: O autor, 2016.

Dentre as respostas dos gestores sobre as principais deficiências encontradas no contador recém contratado e os assuntos relacionados as normas internacionais de contabilidade que obtiveram pior desempenho ao se medir o grau de satisfação foram listadas um total de 13 assuntos. Desse total apenas três temas não foram abordados por algum curso oferecido pela universidade corporativa durante os últimos dois anos.

Esse resultado indica que o sistema educacional da companhia e os comitês técnico-educacionais estão atentos necessidades dos funcionários da companhia, propondo cursos que vão ao encontro as principais deficiências detectadas nos contadores recém ingressados na companhia.

### 3.4 Análise das entrevistas

No dia 25/03/2016 foram realizadas entrevistas com três contadores da companhia e no dia 31/03/2016 com mais três. Os anos de formação na graduação, a época em que foram admitidos na companhia e a gerência que estão subordinados foram as primeiras perguntas da entrevista. As respostas podem ser encontradas em Quadro 18.

Quadro 18 – Respostas das três primeiras perguntas da entrevista

Entrevistado	Ano de formação na graduação	Ano de admissão	Gerência subordinada
Entrevistado 1	2008	2010	Orientações Contábeis
Entrevistado 2	2013	2014	Auditoria Interna
Entrevistado 3	2012	2014	Contabilidade Regional do Rio de Janeiro
Entrevistado 4	2008	2010	Análise e Controle Contábil
Entrevistado 5	2013	2014	Gerencial e de Negócios
Entrevistado 6	2011	2012	Contabilidade da Controladora

Fonte: O autor, 2016

Observa-se que os seis contadores entrevistados levaram tempo bem parecidos entre a formação na graduação e a aprovação no processo de admissão na companhia que levou 2 anos para os entrevistados 1, 3 e 4 e apenas 1 ano para os entrevistados 2, 5 e 6. Esse intervalo entre a formação e admissão está dentro da média dos contadores recém-contratados que é de 3,3 anos, sendo a média dos entrevistados um ano e meio.

Em seguida foi questionado como os contadores avaliam o próprio conhecimento a respeito das normas IFRS. Dentre os entrevistados apenas o entrevistado 1 e 6 afirmam ter um bom conhecimento, enquanto os demais entrevistados afirmam ter conhecimento razoável por diferentes motivos. Esse resultado corrobora os resultados encontrados por Pereira (2011) que observou nenhum respondente de sua pesquisa afirmou ter conhecimento excelente sobre as normas internacionais de contabilidade devido ao pouco tempo de preparação da academia e adaptação.

Prosseguindo a análise, o Quadro 19 mostra as respostas referente a auto avaliação sobre o conhecimento teórico-prático a respeito das normas IFRS/CPCs específicas.

Quadro 19 – Auto avaliação do conhecimento das normas IFRS/CPCs pelos contadores.

Assuntos CPCs	Entrevistado 1	Entrevistado 2	Entrevistado 3	Entrevistado 4	Entrevistado 5	Entrevistado 6
CPC 27	Muito bom	Bom	Muito bom	Razoável	Bom	Bom
CPC 00	Muito bom	Bom	Muito bom	Bom	Bom	Bom
CPC 25	Muito bom	Ruim	Insuficiente	Razoável	Básico	Bom
CPC 16	Razoável	Razoável	Muito bom	Razoável	Básico	Bom
CPC 01	Muito bom	Bom	Muito bom	Razoável	Básico	Média
CPC 15	Fraco	Ruim	Bom	Ruim	Baixo	Fraco
CPC 19	Razoável	Ruim	Insuficiente	Ruim	Básico	Fraco
CPC 29	Fraco	Muito ruim	Insuficiente	Muito Ruim	Nada	Nenhum
CPC 43	Razoável	Muito ruim	Bom	Ruim	Nada	Fraco
CPC 46	Razoável	Ruim	Muito bom	Razoável	Básico	Fraco

Fonte: O autor, 2016

Nota-se que apenas a norma CPC 00, que trata sobre a estrutura conceitual básica para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro avaliada com conhecimento bom ou muito bom. Em seguida, como boas avaliações, encontram-se as normas sobre Ativo Imobilizado e Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A única norma que não corroborou a avaliação dos gestores foi a norma CPC 16 sobre Estoques. As demais normas, que já tinham tido avaliações mais fracas pelos gestores. De modo geral, também foram auto avaliadas de maneira fraca pelos contadores, com apenas uma exceção que foi o entrevistado 3. Resultados que corroboram as observações encontradas por Pereira e Niyama (2011).

A pergunta sobre as normas internacionais que mais utiliza no trabalho, foi lembrada por 5 contadores como as normas CPC 00 e o CPC 26, que tratam sobre a Estrutura Conceitual Básica para Elaboração e Divulgação de Relatórios Contábil-Financeiro e Apresentação das Demonstrações Contábeis. Além dessas também foram lembradas normas sobre Ativo Imobilizado, Receitas, Demonstrações Consolidadas, Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado. Realizando a técnica de triangulação, observa-se que das normas internacionais mencionadas, apenas as que abordam o Ativo Imobilizado e Receitas não foram cobradas nenhuma vez nas provas de admissão da companhia.

Sobre a importância das normas internacionais no trabalho que desempenham, apenas o entrevistado 2 não desempenha atividades onde as normas internacionais não são importantes, sendo assim, o mesmo foi desconsiderado da análise dessa resposta.

No Quadro 20 é apresentada a importância de cada norma IFRS/CPC no trabalho dos contadores dentro da empresa.

Quadro 20 – Importância das normas IFRS/CPC para o trabalho executado pelos contadores

Assunto CPCs	Entrevistado 1	Entrevistado 2	Entrevistado 3	Entrevistado 4	Entrevistado 5	Entrevistado 6
CPC 27	Muito importante	Nenhum	Grande	Pouca	Alta	Alta
CPC 00	Muito importante	Nenhum	Grande	Importante	Bastante importante	Altíssima
CPC 25	Muito importante	Nenhum	Grande	Pouca	Importante	Alta
CPC 16	Muito importante	Nenhum	Pequena	Importante	Importante	Alta
CPC 01	Muito importante	Nenhum	Média	Pouca	Sem importância	Baixa
CPC 15	Importante	Nenhum	Média	Pouca	Sem importância	Baixa
CPC 19	Importante	Nenhum	Pequena	Pouca	Pouca	Baixa
CPC 29	Não muito relevante	Nenhum	Pequena	Sem importância	Sem importância	Nenhuma
CPC 43	Não muito relevante	Nenhum	Média	Sem importância	Sem importância	Nenhuma
CPC 46	Importante	Nenhum	Média	Pouca	Sem importância	Média

Fonte: O autor, 2016.

O Quadro 20, ao ser analisado de forma conjunta com Quadro 19, dá a percepção que de maneira geral, as normas IFRS/CPCs mais importantes para o trabalho desenvolvido possuem maior conhecimento por parte dos contadores do que outros.

Ao serem perguntados sobre sentiam preparados sobre as normas IFRS/CPC ao terminar a faculdade e enfrentar isso no mercado de trabalho, nenhum dos seis entrevistados se sentia preparado. O entrevistado 3 afirma que apesar de não se sentir preparado acreditava ter condições de aplicar as normas na prática. Esse resultado vai ao encontro ao observado por Diniz (2014). Enquanto isso, os entrevistados 1 e 2 afirmam que no período em que estavam na graduação o assunto ainda era novo e os professores ainda estavam se preparando, corroborando o apontamento de Pereira (2011).

Todos os entrevistados concordam que a IES deve formar contadores com conhecimento teórico e prático das normas internacionais de contabilidade. Nem que para isso seja necessário um foco específico em alguns CPC considerados mais importantes e necessários as várias atribuições do contador como mencionado pelo entrevistado 3, além da apresentação de estudos de casos pelos professores e palestras com profissionais do mercado.

Nota-se uma evolução na transmissão do conhecimento do IFRS aos contadores pelas IES. Enquanto o entrevistado 1 e 4, que se formaram em 2008 afirmaram que não tiveram conteúdo passado, pois como lembrado pelo mesmo as normas IFRS estavam começando no Brasil e os professores se atualizando os demais já tiveram mais conteúdo na faculdade. Os

demais lembraram que tiveram contato dentro de algumas matérias, porém, nada muito aprofundado. Esse resultado vai ao encontro aos observados por Niyama, Botelho e Correa (2008) que notaram que a Resolução CNE/CES nº 10/2004 não trata da obrigatoriedade de disciplina de contabilidade internacional e a sugestão de Paris (2012) que sugere a adoção de disciplinas específicas para estudar as normas internacionais com carga horária de 80 horas, superior a proposta do CFC de 60 horas.

A forma como o ensino da prática das normas internacionais de contabilidade sugerida pelos entrevistados envolveu estudos de casos com materiais disponíveis e simulação de cenários que ocorrem na profissão.

Sobre a realização do estágio supervisionado, apenas três realizaram estágio. E apenas um teve contato com as normas IFRS no estágio de forma bem básica. Isso corrobora a constatação de Rezende (2007), Torres, Silva e Falk (2011) e a sugestão de Diniz (2014) de que as IES devem se adequar suas disciplinas aos estudantes que não realizam estágio supervisionado, para que esses também possam adquirir experiência.

Em relação à universidade corporativa, apenas um dos contadores realizou algum curso oferecido sobre as normas IFRS, resultado que contrasta com o apontado pelos gestores, que indicava que todos os gestores já ofereceram cursos sobre as normas IFRS a contadores recém-contratados. Contudo, todos os contadores destacam a importância da universidade corporativa para seu desenvolvimento, principalmente para se manterem atualizados sobre as mudanças que possam ocorrer o que corrobora Pierrezan (2005) e Júnior, Éboli e Martins (2008).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar a percepção dos gestores sobre o conhecimento teórico-prático acerca das normas IFRS por contadores recém-contratados de uma empresa petrolífera brasileira. E teve como objetivos específicos investigar, na visão dos gestores, o grau de conhecimento teórico-prático, dos contadores recém-contratados de uma empresa petrolífera brasileira, sobre as normas internacionais de contabilidade; e comparar a percepção dos gestores em relação ao conhecimento teórico-prático das normas internacionais de contabilidade dos contadores recém-contratados com o conteúdo dos cursos oferecidos pela universidade corporativa de uma empresa petrolífera brasileira. Para atingir os objetivos de pesquisa foi adotado o estudo de caso e a coleta de dados ocorreu de diversas formas.

Para a consecução do primeiro objetivo específico foi analisado o questionário formulado em escala likert e enviado aos gestores, através de e-mail disponibilizado pelo gerente executivo da contabilidade da companhia, durante o período de 23/10/2015 até 23/12/2015, sendo obtidas oito respostas de um total de 18. As respostas foram analisadas pelo método do cálculo percentual e do ranking médio de cinco pontos para mensurar o grau de satisfação. As evidências obtidas apontam que em relação a maioria das normas internacionais de contabilidades os gestores estão satisfeitos com o grau de conhecimento dos contadores recém-contratados.

Observou-se que os gerentes possuem idade média de 47 anos, enquanto os contadores recém-ingressados possuem média de 27 anos. Em média os contadores ingressam após 3,3 anos do término da graduação. Dessa forma, como o último processo de admissão na companhia se deu em 2014, os contadores de maneira geral se formaram antes de 2011, período em que os professores e IES ainda estavam em fase de adaptação e atualização as novas normas internacionais de contabilidade. Dessa forma, ressalva-se que conforme abordado nas entrevistas, os contadores durante sua jornada na faculdade a adoção das normas IFRS estavam em sua fase de transição e os professores e IES se atualizando ainda conforme estudos de Silva e Souza (2008), Amaral, Costa e Campos (2010), Bin, Nogueira e Reis (2010) e Fernandes et al. (2010). O lado positivo do conhecimento das normas internacionais encontra-se principalmente nos CPCs que tratam sobre Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro, ativo imobilizado e apresentação das demonstrações contábeis. Conhecimentos estes, que de acordo com a auto avaliação dos contadores entrevistados, possuem bom conhecimento teórico-prático. Este resultado

corroborar apontamento feito por Pereira e Niyama (2011) que explica que esses são o arcabouço teórico e base para todos os pronunciamentos, além de normas que não trazem grande novidade, além de segundo Medeiros (2014) serem algumas das normas mais antigas, por isso maior familiaridade.

Observou-se que os gerentes possuem idade média de 47 anos, enquanto os contadores recém-ingressados possuem média de 27 anos. Em média os contadores ingressam após 3,3 anos do término da graduação. Dessa forma, como o último processo de admissão na companhia se deu em 2014, os contadores de maneira geral se formaram antes de 2011, período em que os professores e IES ainda estavam em fase de adaptação e atualização as novas normas internacionais de contabilidade. Dessa forma, ressalva-se que conforme abordado nas entrevistas, os contadores durante sua jornada na faculdade a adoção das normas IFRS estavam em sua fase de transição e os professores e IES se atualizando ainda conforme estudos de Silva e Souza (2008), Amaral, Costa e Campos (2010), Bin, Nogueira e Reis (2010) e Fernandes et al. (2010).

A média observada das normas internacionais de contabilidade foi de 71% de conhecimento o que corrobora o estudo de Caramori e Ramos (2011) que afirmou que a maioria (83%) dos profissionais de contabilidade possuem conhecimento intermediário. O resultado revela que mesmo durante o período de transição as universidades conseguiram transmitir conhecimento das normas internacionais de contabilidade.

Os destaques negativos foram as normas internacionais sobre instrumentos financeiros, adoção inicial dos pronunciamentos técnicos CPCs 15 a 41, divulgação sobre partes relacionadas, combinação de negócios e operações de arrendamento mercantil que foram avaliadas por 50% dos gestores como de alguma forma insuficiente, que foram os CPCs apontados por Kuhn (2013) com baixo nível de conhecimento também por docentes de Goiânia.

Constatou-se que apesar de poucas serem as normas internacionais que os contadores recém-contratados da empresa obtiveram uma avaliação com grau de conhecimento insatisfatório, a grande maioria foi avaliada como satisfatória pelos seus superiores. Isso apesar do fato de os contadores recém-contratados terem cursado a graduação em um período de adaptação das IES e dos professores. Tal resultado contrasta com o obtido por Martins, Carmo e Júrioro (2013) em que os profissionais de contabilidade em grande parte ainda precisa de treinamento técnico sobre as normas IFRS. Esse resultado pode ser consequência do próprio processo seletivo para entrada na empresa, o que força os futuros contadores da

companhia a se prepararem e estarem mais capacitados sobre normas internacionais devido a cursos para realização da prova.

Como forma de complementar a pesquisa, foi realizada triangulação entre as normas internacionais cobradas no processo de admissão da companhia e a percepção dos gestores sobre o conhecimento teórico-prático dos contadores recém-contratados sobre essas normas. O resultado obtido foi de que a prova abordou normas IFRS/CPCs bem avaliadas, como também conteve normas IFRS/CPCs dentre os piores avaliados. Este fato indica que os conteúdos exigidos na prova de admissão por serem extensos e abrangentes alguns temas que são cobrados na prova não necessariamente são dominados pelos contadores aprovados.

Por outro lado, analisando-se as normas internacionais de contabilidade que os contadores afirmam mais utilizarem em seu trabalho e as normas IFRS/CPCs contidas nas provas de admissão, observou-se que todas as normas lembradas pelos contadores como as mais utilizadas em seu ambiente de trabalho estiveram presente nas provas de admissão da companhia. As evidências obtidas apontam que o conhecimento a respeito de determinada norma está relacionado com a frequência e necessidade do uso das mesmas por parte do contador

Para a consecução do segundo objetivo específico, comparar a percepção dos gestores em relação ao conhecimento teórico-prático das normas internacionais de contabilidade dos contadores recém-contratados com o conteúdo dos cursos oferecidos pela universidade corporativa de uma empresa petrolífera brasileira, utilizou-se a técnica de triangulação, apropriando-se dos resultados obtidos da análise do questionário e as informações sobre o conteúdo programático dos cursos sobre as normas IFRS oferecidos pela universidade corporativa. Foi notado que grande parte das deficiências relativas às normas IFRS foram abordadas pelos cursos oferecidos pela universidade corporativa da companhia. Esse resultado mostra que a universidade corporativa se mostra como um complemento oferecendo cursos para as necessidades das empresas e desenvolvimento dos funcionários, o que corrobora a afirmação de Éboli (2004).

Ainda utilizando-se da técnica de triangulação, e analisando em conjunto os resultados obtidos pela análise acima junto com a percepção dos gestores e a entrevista realizada com os contadores da empresa, observa-se a satisfação dos gestores com a quantidade, qualidade e programação dos cursos oferecidos pela companhia e o motivo que leva os gestores a recomendarem os cursos oferecidos pela universidade corporativa da empresa para os contadores recém-contratados é para aprimoramento, e os contadores recém-contratados, enxergam a universidade corporativa como importante para a companhia e seu



desenvolvimento o que corrobora a afirmação de Júnior, Éboli e Martins (2008), e como fonte de atualização para as normas IFRS, confirmando Pierrezan (2005).

Estes aspectos indicam a importância da universidade corporativa em atualizar os conhecimentos foi lembrado pelos contadores entrevistados. Esse resultado vai ao encontro ao que afirmam Meister (1999) e Silva (2005) que a universidade corporativa complementa a formação dos empregados.

Dessa forma conclui-se que a análise da percepção dos gestores sobre o conhecimento teórico prático acerca das normas IFRS foi realizada e que os objetivos desta pesquisa foram então atingidos.

Conforme mencionado em entrevista com os contadores, como forma de melhorar o ensino do IFRS é sugerida a aplicação de mais estudos de casos, palestra com profissionais do mercado e situações de simulação. Também foi lembrado mais disciplinas sobre o tema contabilidade internacional, o que pela Resolução CNE/CES nº 2004 não é obrigatório, conforme analisou Niyama, Botelho e Correa (2008). Sugestão para inclusão já foi sugerido por Paris (2012). A adoção do currículo mundial ONU/UNCTAD/ISAR para padronizar os currículos das IES dos países que adotam IFRS pode ser uma solução, assim como a proposta do CFC de 2009.

Além disso, observou-se que o estágio supervisionado, que é um componente curricular teórico-prático, só foi realizado por metade dos contadores entrevistados. O que corrobora o achado de pesquisa de Resende (2007) e motiva sugestão de adaptação a grade curricular do estudante que optar não fazer estágio por parte de Diniz (2014)

As limitações da pesquisa se dão pelo fato de ter sido aplicado o questionário a apenas uma empresa e poucos gestores. As conclusões e os achados desta pesquisa podem ser complementados por estudos futuros em companhias que não exigem prova como parte do processo seletivo para entrada na companhia, com profissionais que cursaram a graduação após o período de adaptação e capacitação dos docentes a respeito das normas internacionais e em companhias de diferentes setores.

## REFERÊNCIAS

- ALLEN, Mark. *The corporate university handbook: designing, managing, and growing a successful program*. New York: Amacon, 2002.
- ALMEIDA, S. R. V.; COSTA, T. A.; SILVA, A. H. C. E. Uma Análise dos Impactos da Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade No Brasil: Um Estudo de Empresas de Capital Aberto no Setor de Bebidas, Alimentos e Comércio. *Pensar Contábil*, v. 15, p. 4-13, 2013.
- ALPERSTEDT, C.. Universidades corporativas: discussão e proposta de uma definição. *Revista de Administração Contemporânea - RAC*, Curitiba - PR, v. 5, n.3, p. 149-165, 2001.
- ANDERE, Maira A.; ARAÚJO, A. M. P. Aspectos da formação do professor de ensino superior de ciências contábeis: uma análise dos programas de pós-graduação. *Revista Contabilidade & Finanças (Online)*, v. 48, p. 91-102, 2008.
- ANTUNES, J.; ANTUNES, G. M. B.; PENTEADO, I. M. A Convergência Contábil Brasileira e a Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade: O IFRS-1. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 10., 2007, São Paulo. *Anais...* São Paulo. SEMEAD ; FEA-USP, 2007.
- ANTUNES, Maria Thereza Pompa ; GRECCO, Marta C. Pelucio; FORMIGONI, H. ; MENDONÇA NETO, O. R. . A adoção no Brasil das normas internacionais de contabilidade: o processo e seus impactos na qualidade da informação contábil. *Revista de Economia & Relações Internacionais*, v. 10, p. 5-19, 2012.
- AVELINO, B.C. Análise do perfil dos estudantes em Ciências Contábeis e sua relação com o processo de convergência das normas contábeis. *Revista Brasileira de Contabilidade - RBC*, n. 182, p. 63 – 77, mar./abr. 2010.
- AZEVEDO, C. E. F. et al. A Estratégia de triangulação: objetivos, possibilidades, limitações e proximidades com o pragmatismo. In: *Encontro de ensino e pesquisa em administração e contabilidade*, 4. 2013, Brasília. *Anais...* Brasília: EnEPQ, 2013.
- BANCO MUNDIAL. *Relatório sobre a observância de normas e códigos (ROSC): contabilidade e auditoria*. 11 de junho de 2013.
- BIGATÃO, I. R. *Qualidade no ensino em universidade corporativa*. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP. São Paulo. 2001.
- BIM, E. A.; NOGUEIRA, D. R.; REIS, L. G. Convergência às normas internacionais de contabilidade: uma análise sob a perspectiva docente e discente. In.: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 34., 2010, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ENANPAD, 2010.

BONICI, R.M.C.; ARAUJO JR., C. F. . Medindo a satisfação dos estudantes em relação a disciplina online de Probabilidade e Estatística. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO A DISTANCIA, 17., 2011, Manaus. *Anais...* São Paulo: ABED, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. *Resolução n. 10*, de 16 de dezembro de 2004. Institui as diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras Providências

BUESA, N. Y.. A Evolução Histórica da Contabilidade como Ramo do Conhecimento. *Revista Eletrônica Gestão e Negócios*. São Roque, 2010.

CAIRES, Neiva A. *Análise das normas contábeis para contratos de parcerias público-privadas no Brasil*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG. 2010.

CALIXTO, L. Análise das Pesquisas com Foco nos Impactos da Adoção do IFRS em Países Europeus. *Contabilidade Vista & Revista*, v. 21, p. 157-187, 2010.

CAMPANHOLO, Tarcisio.; SIMIONI, M. . Universidades Corporativas: Vantagem Competitiva com a Gestão do Conhecimento. *Revista da Católica*, v. 03, p. 01-15, 2011.

CARAMORI, R.; RAMOS, F. M. A visão dos profissionais contábeis de Santa Catarina sobre as novas normas contábeis. *Ágora: R. Divulg. Cient.*, v. 18, p. 202-211, 2011.

CARNEVALLI, J. A.; MIGUEL, P. A. C.. Desenvolvimento da Pesquisa de Campo, Amostra e Questionário para Realização de um Estudo Tipo Survey Sobre a Aplicação do QFD no Brasil. In: ENEGEP - ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 21., 2001, Salvador. *Anais...* Rio de Janeiro: ENEGEP; ABREPO, 2001

CHACON, M. J. M.; SILVA, M. C.; PEDERNEIRAS, M. M. M.; LOPES, J. E. G.. Uma abordagem prospectiva sobre o neopatrimonialismo no Brasil.. In: SEMINÁRIO ACADÊMICO DE CONTABILIDADE., 10., 2005, Petrolina. *Anais...* Petrolina: SEACON, 2005

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. *Resolução n° 1.159 de 04 de março de 2009*. Aprova o Comunicado Técnico CT 01 que aborda como os ajustes das novas práticas contábeis adotadas no Brasil trazidas pela Lei n°. 11.638/07 e MP n°. 449/08 devem ser tratados. Brasília, DF: CFC, 2009. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>. Data de acesso: 20/05/2015.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. *Proposta nacional de conteúdo para o curso de Graduação em Ciências Contábeis – 2. Ed. rev. e atual.*, 2009 (colaboração de: RODRIGUES, Ana Tércia Lopes; FRANÇA, José Antonio de; BOARIN, José Joaquim; COELHO, José Martonio Alves; CARNEIRO, Juarez Domingues; BUGARIM, Maria Clara Cavalcante; MORAIS, Marisa Luciana Schwabe de.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. *Pesquisa perfil do profissional da contabilidade 2012/13*. Brasília: CFC, 2013. 86 p.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. S. *Métodos de pesquisa em administração*. Tradução

de Luciana Oliveira da Rocha. 7. ed. Porto Alegre: Brookman, 2003.

COTRIN, A. M.; SANTOS, A. L.; ZOTTE JR, L.. A Evolução da Contabilidade e o Mercado de Trabalho para o Contabilista. *Revista Conteúdo* (Capivari. Online), v. 2, n.1, p. 44-62, jan./jul. 2012.

DEMO, Pedro. *Pesquisa e construção de conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

EBOLI, Marisa. *Desenvolvimento e alinhamento dos talentos humanos às estratégias empresariais: o surgimento das universidades corporativas*. São Paulo: Schmukles Editores, 1999.

EBOLI, Marisa. *Educação corporativa no Brasil: mitos e verdades*. São Paulo: Editora Gente, 2004.

ECHTERNACHT, Tiago Henrique de Souza. *O ensino da contabilidade internacional nos cursos de graduação em ciências contábeis do Brasil*. Dissertação (Mestrado, Programa Multiinstitucional e Inter-Regional em Ciências Contábeis) Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal de Pernambuco e Universidade Federal do Rio Grande do Norte. João Pessoa: UnB/Ufpb/Ufrn/Ufpe, 2006.

ERFURTH, A. E. ; DOMINGUES, Maria José Carvalho de Souza . Currículo Mundial e o Ensino de Contabilidade: Estudo dos Cursos de Graduação em Ciências Contábeis em Instituições de Ensino Superior Brasileiras e Argentinas. In: ENCONTRO DA ANPAD, 35., 2011, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ENANPAD, 2011. v. 1. p. 1-15.

FAHL, Alessandra Cristina; MANHANI, Lourdes P. de Souza. As Perspectivas do profissional contábil e o ensino de Contabilidade. *Revista de Ciências Gerenciais*, FUNADESP, v.10, n. 12, 2006.

FARIA, Vinicius Alves. *Percepção dos contadores goianos em relação ao processo de convergência*. Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas. 2013

FERNÁNDEZ MARCH, Amparo. Metodologias ativas para treinamento de habilidades. *Educatio Siglo XXI*, [S.l.], v. 24, dic. 2006. ISSN 1989-466X. Disponível em: <<http://revistas.um.es/educatio/article/view/152/135>>. Data de acesso: 22 de maio de 2015.

FERREIRA, T. B et al. Processo de Convergência Contábil: Perspectivas e Desafios Enfrentados pelos Profissionais de Contabilidade no Estado de Pernambuco. *Registro Contábil - RECONT*, v. 4, p. 90-107, 2013.

FERRONATTO, S. P. A universidade corporativa e a universidade de educação superior. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Maria/UFSM. Santa Maria, RS. 2005

FISCHBORN, N. H. ; JUNG, C. F. . Perfil e Expectativas de Alunos de Ciências Contábeis e a Relação com as Demandas do Mercado. *Revista Eletrônica do Curso de Ciências Contábeis*, v. 1, p. 2-8, 2012

FREIRE, Mac Daves de Moraes; MICHELE Rilany; MACHADO, Lucio Souza; SOUZA, Emerson Santana; Oliveira, Johnny Jorge. Aderencia as Normas Internacionais de Contabilidade pelas Empresas Brasileiras. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 6, p. 3, 2012.

FROSI, Miriam. *Um estudo sobre o alinhamento dos currículos dos cursos de ciências contábeis de IES da região sul do Brasil com as propostas de currículo da ONU/UNCTAD/ISAR e do Conselho Federal de Contabilidade*. Dissertação (mestrado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, São Leopoldo, RS, 2013.

GONÇALVES, G. F. G. *História, evolução da contabilidade no Brasil e sua importância no mundo dos negócios*. Monografia de conclusão do curso de ciências contábeis. Instituto de ensino superior de João Monlevade. Minas Gerais. 2004.

GONÇALVES, João Constantino et al. Analysis of the impact of the convergence process to the international accounting standards in brazil: a study based on the value relevance of accounting information. *Revista Universo Contábil*, v. 10, p. 25-43, 2014.

IUDÍCIBUS, S. Teoria da Contabilidade: Evolução e Tendências. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (Online)*, v. 17, p. 5-13, 2012.

IUDÍCIBUS, S.; GELBCKE, E. R.; SANTOS, A. *Manual de Contabilidade Societária*. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010. v. 1. 792p .

JÚNIOR, F. Hournaux; ÉBOLI, M.P.; MARTINS, E.C. Educação corporativa e o papel do chief learning officer. *Revista brasileira de gestão de negócios, RBGN*. São Paulo. v. 10 n. 27. p.105-117. Abr/jun. 2008

KAUARK, Fabiana; MANHÃES, F. C.; MEDEIROS, C. H. *Metodologia da pesquisa: guia prático*. Itabuna: Via Litterarum, 2010. 88p.

KHUN, J; MACHADO, L. de S.; MACHADO, M. R. R. Conhecimento dos docentes de contabilidade sobre as normas internacionais. RC&C. *Revista de Contabilidade e Controladoria*, v. 6, p. 28-42, 2014

KLANN, Roberto Carlos ; BEUREN, Ilse Maria . *Efeitos da Convergência Contábil às IFRS no Gerenciamento de Resultados de Empresas Europeias*. In: Congresso ANPCONT, 5., 2011, Vitória. Anais... Vitória: ANPCONT, 2011. v.1.

KUHN, J. *Nível de conhecimento dos docentes de contabilidade sobre as normas internacionais*. 2013. 69 f. Monografia (Ciências Contábeis)—. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

KUTIANSKI, Sandi. *Processo de mudança da contabilidade aplicada ao setor público sob a ótica dos órgãos executores e fiscalizadores do estado do Paraná*. Dissertação (Mestrado)—. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015

LEMES, Sirlei; SILVA, Miriã Gonçalves e. A experiência de empresas brasileiras na adoção das IFRS. *Contabilidade Vista & Revista*, Belo Horizonte, v. 18, n. 3, p. 37-58,

julho/setembro 2007. Disponível em:

<<http://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/332/325>>.

Acesso em: 3 abr. 2016.

LOPES, A.R.P; LOPES, E.C.P; FERREIRA, M. M. *Padrão contábil internacional no ensino de contabilidade em universidades públicas estaduais paranaenses*. IX EPCT – Encontro de produção científica e tecnológica campo mourão, Campo Mourão – PR, 2014.

MACHADO, Angelo J. P. *Universidades corporativas: oportunidade ou ameaça ao ensino superior tradicional?* 2007. Dissertação (Mestrado)— Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF, 2007.

MADEIRA, G. J. ; ALMEIDA, F. L. ; SILVA, C. B. A. . Harmonização de Normas Contábeis: um estudo sobre as divergências entre normas contábeis internacionais e seus reflexos na Contabilidade brasileira. *Revista Mineira de Contabilidade*, v. 5, p. 6-14, 2004.

MAPURUNGA, P. V. R.; MENESES, A.F.; PETER, M.G.A. O processo de convergência das normas internacionais de contabilidade: uma realidade nos setores privado e público brasileiros.. *Revista Controle*, v. 9, p. 87-107, 2011.

MARÇAL, F. A. *O ensino médio integrado no IFRS enfrentando a dualidade*. 2015. Tese (Doutorado)— Faculdade de educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2015

MARION, José Carlos. *Contabilidade básica*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MARRONI, Carlos Henrique; RODRIGUES, A. F. ; PANOSSO, Alceu . Panorama histórico do ensino superior de graduação em contabilidade no Brasil - sob a égide normativa. *Enfoque: Reflexão Contábil* (Impresso), v. 32, p. 1, 2013

MARTIN, Nilton Cano. Da contabilidade à controladoria: a evolução necessária. *Rev. contab. finanç.* [online]. 2002, v.13, n.28, p. 7-28. ISSN 1808-057X.

MARTINS, Vinícius Gomes; DIENG, Mamadou; DINIZ, Josedilton Alves. Percepção de alunos e professores de ciências contábeis: um estudo empírico nas ies da cidade de João Pessoa PB sobre harmonização contábil internacional. *Qualit@s* (UEPB), v. 10, p. 1-14, 2010.

MARTINS, Vidigal Fernandes; CARMO, Carlos R. S.; JÚNIORO, Vicente B.. Demandas e necessidades de conhecimentos relacionados às normas IFRS, pelos contadores do estado de Minas Gerais – Brasil. *Linkania*, ed. 7, v. 1. Setembro/Dezembro. 2013.

MARTINS, Eliseu; LOPES, Alexsandro Broidel. *Teoria da Contabilidade: nova abordagem*. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2005

MAUSS, C. Volnei et al. A Evolução da Contabilidade e seus Objetivos. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 4., 2007, Resende. *Anais...Resende: SEGET; Faculdade Dom Bosco*, 2007. v.1.

MEDEIROS, Marcelly N. *Convergência das normas contábeis: um estudo sobre a percepção dos alunos do curso de ciências contábeis das instituições públicas UEPB e UFCG*. 2014. Monografia (Ciências Contábeis)— Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, PB, 2014

MEIRELLES JUNIOR, J. C.. Harmonização das normas internacionais de contabilidade. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 6., 2009, Resende/RJ. *Anais...* Resende: SEGET, 2009.

MEISTER, Jeanne C. *Educação corporativa: a gestão do capital intelectual através das universidades corporativas*. São Paulo: Makron Books, 1999.

MINISTÉRIOS DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. 2013. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/noticia.php?area=3&noticia=5506> Data de acesso: 20 de Março de 2016.

MIRANDA, Vanessa Lopes. *Impacto da adoção das IFRS (International Financial Reporting Standards) em indicadores econômico-financeiros de bancos de alguns países da União Européia*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MIRANDA, C. S.; PROCÓPIO, A.M. ; MIRANDA, R.A.M. . Percepções dos Estudantes do Ensino Médio Sobre o Curso de Ciências Contábeis e as Atividades do Profissional Contador. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, v. 3, p. 17-35, 2013

MOREIRA, J. A. P. Entre a teoria, prática e a tecnologia: relação entre o saber teórico e o saber prático no contexto da formação contábil. Dissertação (Mestrado profissional em gestão em organizações Aprendentes)— Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2013.

MULATINHO, Caio E. S. *Educação contábil: Um Estudo Comparativo das Grades Curriculares e da Percepção dos Docentes dos Cursos de Graduação das Universidades Federais da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, Referentes ao Programa Mundial de Estudos em Contabilidade Proposto pelo ISAR/UNCTAD/ONU*. 2007. Dissertação (Mestrado) Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis UnB/UFPE/UFRN/UFPB), Recife, 2007.

NASCIMENTO, A. S.; SILVA, A. H. C.. *Adoção do IFRS no Brasil: Uma análise dos efeitos na comparabilidade e na relevância das demonstrações contábeis de empresas de capital aberto*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 19., 2012, Belém, PA. *Anais...*Belém: CBC, 2012.

NASCIMENTO, M. S. P.; SILVA, A. C. R. . Universidade Corporativa: uma breve elucidação acerca das experiências profissionais inovadoras que a sustenta. *Cairu em Revista*, v. 2, p. 143-157, 2013.

NIYAMA, Jorge Katsumi; BOTELHO, D. R. ; CORREA,,Bruno Marra ;SANTANA, Moreira, Cláudio . Conhecimento de Contabilidade Internacional nos cursos de graduação em Ciências Contábeis :estudo da oferta nas instituições de ensino superior das captais brasileiras. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 2, p. 101-116, 2008.

- NÓBREGA, Rodrigo de Queiroz. *Análise do Grau de Conhecimento das Normas Internacionais de Contabilidade: um estudo perceptivo entre os discentes dos cursos de ciências contábeis das instituições de ensino superior privado de João Pessoa*. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Contábeis) - Centro Universitário de João Pessoa, 2013.
- NOSSA, V. A necessidade de professores qualificados e atualizados para o ensino da contabilidade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 6., 1999, São Paulo. *Anais...* São Paulo: CBC, 1999. v. 1. p. 1-11.
- OLIVEIRA, L. H.. *Exemplo de cálculo de Ranking Médio para Likert*. Notas de Aula. Metodologia Científica e Técnicas de Pesquisa em Administração. Mestrado em Adm. e Desenvolvimento Organizacional. PPGA CNEC/FACECA: Varginha, 2005.
- OLIVEIRA, Valdiney Alves; LEMES, Sirlei. Nível de convergência dos princípios contábeis brasileiros e norte-americanos às normas do IASB: uma contribuição para a adoção das IFRS por empresas brasileiras. *Rev. contab. finanç*, São Paulo, v. 22, n. 56, p. 155-173, Agosto. 2011.
- OLIVEIRA, C.; JACONE, D. B. B.; MOURA-ALMEIDA, F. M. A Percepção dos Estudantes de Contabilidade sobre o Impacto do IFRS no Brasil. *Anais do Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia*, 2012.
- OLIVEIRA, K. G.; SILVA, V. R.; MIRANDA, G. J.; TAVARES, M. Análise Comparativa entre os Currículos das IFES Brasileiras e a Proposta Curricular do Conselho Federal de Contabilidade. In: ICONGRESSO ANPCONT, 9., 2015, Curitiba - PR. *Anais...* Curitiba: ANPCONT, 2015.
- OLIVEIRA, C. R.; VARELLA, P. S. Normas Internacionais de contabilidade, currículo universitário e capacitação docente: um estudo em instituições de ensino da região metropolitana de Londrina-PR. *Revista do CRC PR*, Curitiba, ano 36, n. 160, p. 5, 2011.
- ORTIZ, H. C.. *O uso de recursos não convencionais como estratégia de ensino de contabilidade*. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica). Centro Universitário Álvares Penteado. São Paulo, 2005
- OTRANTO, Celia Regina.. Universidades Corporativas: o que são e para que servem?. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 30., 2007, Caxambu. *Anais...*Caxambu: ANPED, 2007.
- OTRANTO, Celia Regina. Universidades Corporativas: subsídios para o debate. *Universidade e Sociedade* (Brasília), v. 41, p. 33-41, 2008.
- PATTON, Michael. Q. *Qualitative research and evaluation methods*. California: Sage, 2002.
- PARIS, Sérgio da Rocha. *Os Impactos Das Normas Internacionais De Contabilidade No Ensino Superior De Ciências Contábeis No Município De São Paulo Em 2012*. 101F. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis e Atuariais)— Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.



PEDROZA, Jane Kelly Batista Ramalho. *IFRS para PMES: uma investigação quanto ao nível de compreensão de contadores amparada na Teoria de Resposta ao Item*. Dissertação (Mestrado) – UnB-UFPB-UFRN. João Pessoa, 2013. 116f.

PÊGAS, Paulo Henrique Barbosa. *Manual de contabilidade tributária: análise dos impactos tributários das leis nº 11.638/07, 11.941/09 e dos pronunciamentos emitidos pelo CPC*. 7. ed.. Rio de Janeiro. 2011.

PELEIAS, I. R.; BACCI, J. Pequena cronologia do desenvolvimento contábil no Brasil: Os primeiros pensadores, a padronização contábil e os congressos brasileiros de contabilidade. *Revista de Administração on-line*, FECAP, v. 5, n.3, p. 39-54, 2004.

PELEIAS, Ivam Ricardo; SILVA, Glauco Peres da; SEGRETI, João Bosco; CHIOROTTO, Amanda Russo. Evolução do ensino da contabilidade no Brasil: uma análise histórica. *Revista Contabilidade & Finanças*, Edição 30 anos de Doutorado, Junho 2007, vol.18. p. 19-32.

PELUCIO GRECCO, Marta Cristina; GERON, Cecília Moraes Santostaso ; FORMIGONI, Henrique ; SEGURA, Liliane Cristina . Percepção dos Profissionais Brasileiros com relação ao Processo de Convergência Contábil às Normas Internacionais. In: ENCONTRO ANPAD, 35., 2011, Rio de Janeiro. *Anais... Rio de Janeiro*> ANAPD, 2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Enfoque/article/view/17587/12013>>. Acesso em: 3 abr. 2016.

PEREIRA, E. M.; NIYAMA, J. K. . Avaliação do nível de conhecimentos dos discentes em Ciências Contábeis do Distrito Federal sobre normas internacionais face ao processo de convergência do IASB. In: ENCONTRO DE ENSINO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE, 3., 2011, João Pessoa. *Anais... João Pessoa: EnEPQ*, 2011.

PEREIRA, Ednei Moraes. *Avaliação do nível de conhecimento dos discentes sobre normas contábeis internacionais face ao processo de convergência do IASB – uma análise nas Instituições de Ensino do Distrito Federal*. Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Brasília, 2011.

PEREIRA, Bartolomeu Miranda. *Gestão de estoque em uma multinacional na Amazônia Ocidental: avaliação dos custos, processos relacionados e SIC conforme CPC 16R1*. 2014. Dissertação (Mestrado)— Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

PIEREZAN, F. de Oliveira. *Universidade corporativa*. 2005. (Pós-graduação em gestão de recursos humanos)— Universidade Candido Mendes. Rio de Janeiro. 2005.

PIRES, C. O.; DECOURT, R. F. ; CAMARGO, C. U. O. ; SIEBEL, V. Os Impactos da Fase Final de Transição para o IFRS no Brasil. In: CONGRESSO VIRTUAL BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO, 9., 2012, São Paulo, SP. *Anais eletrônicos...* São Paulo, SP: CONVIBRA, 2012.

PIRES, C.B.; OTT, E. Estrutura curricular do curso de Ciências Contábeis no Brasil versus Estruturas curriculares propostas por organismos internacionais. In:

CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 8., 2008, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2008.

PRETTO, Anelise. *O perfil do profissional contábil do século XXI e sua adaptação às IFRS*. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientador: Leticia Medeiros da Silva.

RAMOS FERNANDES, Bruno Vinicius; LIMA, Diogo Henrique Silva de; VIEIRA, Eduardo T.; NIYAMA, Jorge K. Análise da percepção dos docentes dos cursos de graduação em ciências contábeis do Brasil quanto ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade aplicadas no Brasil. *Revista de Contabilidade e Controladoria*, ISSN 1984-6266 Universidade Federal do Paraná, Curitiba, v. 3, n.3, p 24-50, set./dez. 2011.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: Ilse Maria Beuren. (Org.). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. 1ed. São Paulo: Atlas, 2003, v. 1, p. 76-97.

REIS, L. G.; SHIMAMOTO, L.S. Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade: uma análise sob a perspectiva dos profissionais contabilistas. *Revista de Estudos Contábeis*, v. 1, p. 90-105, 2010.

REVISTA DO CRC /PR . ano 36 nº160. 3º quadrimestre. 2011. Disponível em: <http://www.crcpr.org.br/new/content/publicacao/revista/online.php?numero=160>. Data de acesso: 9 de Março de 2016

REZENDE, I. A. C.; OLIVEIRA, M. D.. A Importância do estágio supervisionado no processo de ensino aprendido dos cursos de ciências contábeis do estado do espírito santo. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 4., 2007, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2007.

RIBEIRO, Irina R. P. Impacto das normas contabilísticas e de relato financeiro nas empresas portuguesas, de acordo com a percepção dos TOC`s. 2010. Dissertação (Mestrado em Contabilidade)— Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2010.

RIBEIRO, Antônio de Cístolo. *Provisões, contingências e normas contábeis: um estudo de gerenciamento de resultados com contencioso legal no Brasil*. 2012. Dissertação (Mestrado)—, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2012.

RICCIO, E. L.; SAKATA, Marici Cristine Gramacho. Evidências da Globalização na Educação Contábil: Estudo das Grades Curriculares dos Cursos de Graduação em Universidades Brasileiras e Portuguesas. *Revista Contabilidade & Finanças* (Impresso), São Paulo, v. 35, p. 35-44, 2004.

RUFATTO, Caroline. *Contribuições da Análise das Demonstrações Contábeis para tomada de decisões na empresa Tenda S.A*. 2010. 63 f. Monografia (Ciências Contábeis)— Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2010.

- SARQUIS, R. W.; LUCCAS, R. G.; LOURENÇO, I. M. E. C. *Classificação dos Sistemas Contábeis na era IFRS: uma análise dos países da América Latina*. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 14., 2014, São Paulo. Anais eletrônicos... São Paulo: USP, 2014. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos142014/340.pdf>>. Acesso em: 3 abr. 2016.
- SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, E. M.. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*/Edna Lúcia da Silva. – 4. ed. rev. atual. – Florianópolis: UFSC, 2005. 138p.
- SILVA, F. V. G.; SILVA, M. D. O. P.; VASCONCELOS, A. F. *Uma avaliação da estrutura curricular dos cursos de Ciências Contábeis nas IES da cidade de Caruaru/PE diante da proposta da ONU/UNCTAD/ISAR..* In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 2011, Resende/RJ. *Anais...* Resende/RJ: SEGET, 2011.
- SILVA, Marco Wandercil. *Universidade Corporativa: uma avaliação no contexto do Ensino Superior no Brasil*. 2005. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação)— Pontífice Universidade Católica, Campinas, 2005.
- SILVA, Raiana Simões da; RODRIGUES, José Carlos. O Ensino de Contabilidade no Brasil: Características e Tendências. In: ENCONTRO CIENTÍFICO SUL MINEIRO DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E ECONOMIA, 2013, Itajubá. *Anais...* Itajubá, ECOSUL, 2013.
- SOUZA, M.A.; CARDOSO, Jorge Luiz; ALMEIDA, L. B. Perfil do contador na atualidade: um estudo exploratório. *Base (UNISINOS)*, v. 3, p. 275-284, 2006.
- SOUZA, M. A.; VERGILINO, Caroline. Um Perfil do Profissional Contábil na Atualidade: Estudo Comparativo Entre Conteúdo de Ensino e Exigências de Mercado. *Revista ANGRAD*, v. 13, p. 183-225, 2012.
- SOUZA, Audrey Jones de. *Normas internacionais de contabilidade: percepções dos peritos criminais federais sobre os impactos de sua adoção na atividade de perícia oficial realizada em fraudes contábeis no Brasil*. 2012. Dissertação (mestrado)— Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa, 2012
- THOMAZ, João Luis Peruchena; KRONBAUER, C. A.; LISZBINSKI, B. B. As práticas contábeis relativas à mensuração e evidenciação dos estoques em empresas industriais do MERCOSUL e Comunidade Andina estão convergentes com a norma do IASB?. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, v. 10, p. 51-70, 2013.
- THOMAZ, João Luis Peruchena; KRONBAUER, C. A.; ROJAS, J. M. Tratamento Contábil no MERCOSUL e na Comunidade Andina: um estudo sobre as propriedades para investimento em empresas industriais. *Revista Congrega Urcamp* (CD-Rom), v. 9, p. 30-46, 2013.
- THOMAZ, João Luis Peruchena; SOUZA, J. C.; ALBERTON, J. R.; ROJAS, J. M. *Processo de convergência contábil nos países do mercosul e comunidade andina*. in: CONVENÇÃO DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 14., 2013, Bento Gonçalves. Anais...Rio Grande do Sul: CCRS, 2013.

TINOCO, Paulo Paganoto. *A Adoção do CPC 27: Ativo Imobilizado e seus Impactos Financeiros: Estudo de Caso da BR Distribuidora*. 2013. 2013. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

TORRES, F. B. S; SILVA, A. P. F.; FALK, J. A. Competências Profissionais Demandadas aos Contadores: Adequação das Atividades Desenvolvida Através do Estágio". *ConTexto*, Porto Alegre, v. 11, n. 20, p. 31-44, 2º semestre 2011.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT – UNCTAD. Model accounting curriculum (Revised). TD/B/COM.2/ISAR/5 .2011. Disponível em: < [http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/diaemisc2011d1\\_en.pdf](http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/diaemisc2011d1_en.pdf)> Acesso em: 15/03/2016.

VÁZQUEZ, Adolfo Sanchez. *Filosofía de La praxis*. Mexico City: Grijalbo, 1967.

VELOSO, Carlos Augusto Barcellos; QUELHAS, Osvaldo Luiz Gonçalves . Universidade corporativa versus universidade tradicional: ameaça ou nova possibilidade. In: XXV Encontro Nacional de Engenharia de Produção, 2005, Porto Alegre, 2005.

YASSUDA, Ricardo Y. . *Estudo da história da contabilidade do paleolítico superior à doutrina neopatrimonialista: a evolução do pensamento científico e filosófico da contabilidade*. 2004. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Presidente Prudente, Presidente Prudente, São Paulo, 2004.

ANEXO A – Dados dos cursos abordando IFRS oferecido em 2015 pela companhia

## **CURSO 1 - ADOÇÃO DE PRÁTICAS CONTÁBEIS INTERNACIONAIS - AVANÇADO**

Ao final do curso, o participante será capaz de identificar os fundamentos e as diferenças dos padrões de contabilidade e reporte financeiro sob o regime normativo BRGAAP e IFRS, mediante um processo didático de reciclagem e atualização nas modernas técnicas referentes.

- **Carga Horária:** 40
- **Comitê:** CONTABILIDADE
- **Área de Conhecimento:** Financeira
- **Sub-área de Conhecimento:** Contabilidade
- **Meio de Ensino:** Sala de Aula
- **Público-alvo:** Empregados que atuam na área contábil e que desejam se aprofundar nas práticas contábeis internacionais.
- **Pré-requisito:** Bacharelado em Ciências Contábeis ou conhecer as práticas contábeis.
- **Abrangência:** SISTEMA

Conteúdo programático

1. Contextualização. 1.1 O IFRS- Estrutura. 1.2 A Convergência das Práticas Contábeis no Brasil. Principais aspectos. 1.3 O Comitê de Pronunciamentos Contábeis . CPC, a Lei 11.638/07, a lei 11.941/09 e pronunciamentos, orientações e interpretações da Comissão de Valores Mobiliários. Aplicações. 1.4 Estrutura Conceitual . (Framework/CPC 00 (r1)). 2. Elaboração de Demonstrações Contábeis em IFRS. 2.1 Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1/ CPC 26 (r1)). 2.2 demonstrações Contábeis Consolidadas, em separado e intermediárias (IFRS 10, IAS 27 e 34/ CPCs 35(r2),36(r3), 21(r1) e CPC 09 (r1)) 2.3 Investimentos societários (IAS 28 e IFRS 12/ CPC 18(r2) e CPC 45). 2.4 Empreendimentos controlados em conjunto e operações em conjunto (IFRS 11/ CPC 19(r2)). 2.5 Informações por segmento (IFRS 8/ CPC 22). 2.6 Políticas Contábeis, mudanças de estimativas, erros e eventos subsequentes (IAS 8 e 10/ CPC 23 e 24). 3. Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações Contábeis (IAS 21/ CPC 02(r2)). 3.1 Determinação de moeda funcional. 3.2 Investimento líquido em entidade no exterior. 3.3 Conversão de transações em moeda estrangeira. 3.4 Conversão de investimentos no exterior. 3.5 Registro de variações cambiais. 4. Critérios de avaliação. 4.1 Valor de mercado e valor justo (IFRS 13/ CPC 45). 4.2 Redução ao valor recuperável de ativos (IAS 36 / CPC 01 (r1)). 5. Provisões, contingências passivas e ativas 5.1 Provisões e outros passivos. 5.2 Contingências ativas e passivas. 5.3 Reestruturação. 6. Imposto de renda (rt/fcont). 7. Arrendamento Mercantil (IAS17/ CPC 06 (r1)) (IFRIC 4, SIC 15 e 27/ e ICPC 03) 7.1 Leasing Financeiro. 7.2 Leasing Operacional. 7.3 Sale and Lease Back. 7.4 Exposure Draft (atualmente, em audiência pelo IASB). 8. Benefícios de empregados (IAS 19/ CPC 33(r1)). 8.1 Benefícios de curto prazo. 8.2 Benefícios pós-emprego. 8.3 Benefícios de demissão. 8.4 Outros benefícios de longo prazo. 9. Combinação de negócios (IFRS 3 / CPC 15(r1)) 9.1 Fusão, incorporação e cisão. 9.2 Aquisição de companhias sob controle comum. 9.3 Participação minoritária em investimento adquirido. 9.4 Alocação de preço (valor justo, intangíveis, ágio, contingências e minoritários). 10 Instrumentos financeiros (IAS 32, IAS 39 e IFRS 7 / CPCs 38, 39 e 40 (r1)) 10.1 Ativos e Passivos financeiros. 10.2 Derivativos e derivativos embutidos. 10.3 Critérios de avaliação. 10.4 Instrumentos de hedge. 10.5 Contabilização de hedge. 10.6 Requerimentos de divulgação. 11. Ativo imobilizado/intangível e capitalização de juros (IAS 16, 38 e 23, IFRIC 18, 1 e 5 / CPC 27, 04 e 20, ICPC 10,11, 12 e 13). 12. Estoques e ativos biológicos (IAS 2 / CPC 16 (r1) e IAS 41/ CPC 29). 13. Ativos disponíveis para venda e operações descontinuadas (IFRS 5/ CPC 31). 14. Receita (IAS 18 / CPC 30) 15. Tributos sobre lucro (IAS 12/ CPC 32). 16. Subvenção e assistência governamentais (IAS 20 / CPC 07 (r1)).

## CURSO 2 - adoção de práticas contábeis internacionais - ifrs

Ao final do curso, o participante será capaz de identificar os fundamentos e as diferenças dos padrões de contabilidade e reporte financeiro sob o regime normativo BRGAAP e IFRS, mediante um processo didático de reciclagem e atualização nas modernas técnicas referentes.

- **Carga Horária:** 16
- **Comitê:** CONTABILIDADE
- **Área de Conhecimento:** Financeira
- **Sub-área de Conhecimento:** Contabilidade
- **Meio de Ensino:** Sala de Aula
- **Público-alvo:** Empregados que atuam na área financeira e que desejam conhecer as práticas contábeis internacionais.
- **Pré-requisito:** Bacharelado em Ciências Contábeis ou conhecer as práticas contábeis.
- **Abrangência:** SISTEMA

### Conteúdo programático

1. A Convergência das Práticas Contábeis no Brasil. Principais aspectos. 1.1 As normas contábeis internacionais e o International Accounting Standards Board . IASB. 1.2 Comitê de Pronunciamentos Contábeis. CPC, a Lei 11.638/07, a Lei 11.941/09 e pronunciamentos, orientações e interpretações da Comissão de Valores Mobiliários. Aplicações. Primeira Adoção dos Padrões Internacionais (IFRS 1 /CPC 37).

2. As práticas contábeis internacionais. Provisões, Contingências passivas e ativas (IAS 37/CPC 25). 2.1 Provisões e outros passivos. 2.2 Contingências ativas e passivas. 2.3 Reestruturação Arrendamento Mercantil (leasing) (IAS 17/CPC 06 (r1)) (IFRIC 4, sic 15 e 27/ICPC 03) 2.3 Arrendamento Mercantil Financeiro. 2.5 Arrendamento Mercantil Operacional. 2.6 Sale and Lease Back. 2.7 Ed - exposure draft (atualmente, em audiência pelo IASB). Instrumentos Financeiros (IAS 32, IAS 39 e IFRS 7 / CPCs 38, 39 e 40(r1)). 2.8 Ativos e Passivos financeiros. 2.9 Derivativos e derivativos embutidos. 2.10 Critérios de avaliação. 2.11 Instrumentos de hedge. 2.12 Contabilização de hedge. 2.13 Requerimentos de divulgação e elaboração de Demonstrações Contábeis em IFRS. 2.14 Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1/ CPC 26(r1)). 2.15 Demonstrações Contábeis Consolidadas, em separado e intermediar IAS (IFRS 10, IAS 27 e 34 / CPCs 35 (r2), 36 (r3), 21 (r1) e ICPC 09 (r1)). 2.16 Investimentos Societários (IAS 28 e IFRS 12/ CPC 18(r2) e CPC 45). 2.17 Empreendimentos controlados em conjunto e operações em conjunto (IFRS 11/CPC 19(r2)).

## ANEXO B – Dados do curso de aperfeiçoamento para contabilistas

Ao final do curso, o participante será capaz de aplicar, de forma atualizada, e identificar as melhores práticas contábeis, bem como de outras áreas da gestão corporativa, como financeira, tributária, jurídica, dentre outras.

- **Carga Horária:** 260
- **Comitê:** CONTABILIDADE
- **Área de Conhecimento:** Financeira
- **Sub-área de Conhecimento:** Contabilidade
- **Meio de Ensino:** Sala de Aula
- **Público-alvo:** Contabilistas que identifiquem necessidade de atualização acadêmica em sua área e correlatas.
- **Abrangência:** SISTEMA

1. Gestão de custos e estoques: classificação dos custos.

1.1 Custo direto, indireto, fixo e variável; 1.2 Critérios de rateio dos custos indiretos; 1.2.1 Métodos de custeio por absorção e variável; 1.2.2 Critérios de rateio e taxas de aplicação dos custos indiretos; 1.3 Produção por ordem, contínua e conjunta; 1.4 Margem de contribuição; 1.5 Ponto de equilíbrio (contábil, econômico e financeiro); 1.6 Limitação do ponto de equilíbrio alavancagem operacional e margem de segurança; 1.7 Custo de oportunidade; 1.8 Custo de reposição;

2. A Convergência das práticas contábeis brasileiras: princípios contábeis: essência x forma.

2.1 Princípios Contábeis; Essência X Forma. Princípio da Entidade, Regime de Competência; 2.2 Conceitos de: Gasto e Desembolso, Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido, Receita, Ganho, Despesa e Perda; 2.3 Principais aspectos da contabilidade internacional; 2.4 Revisão geral das principais práticas contábeis brasileiras; 2.5 O Comitê de Pronunciamentos Contábeis. CPC; 2.6 A Lei 11.638/07, a Lei 11.941/09 e orientações da Comissão de Valores Mobiliários; 2.7 Aplicações;

3. Análise de Desempenho com uso de relatórios financeiros.

3.1 Tipos de relatórios que a área financeira deve gerar para usuários das áreas de negócios da empresa; 3.2 Relatórios financeiros. Definições e modelos; 3.3 Balanço patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração dos fluxos de caixa, Demonstração do valor adicionado. Resultados não realizados; 3.4 Avaliação de investimentos em outras companhias: método do custo e método da equivalência patrimonial: consolidação de demonstrativos contábeis; 3.5 Processo de elaboração; 3.6 Eliminação e ajustes; 3.7 Lucro nos estoques; 3.8 Análise das Demonstrações contábeis: análise vertical, análise horizontal e análise por indicadores; 3.9 Conceitos: EVA (Valor Econômico Adicionado). MVA (Valor de Mercado Adicionado). EBITDA (geração operacional de caixa); 3.10 Estrutura de capitais e endividamento, giro de estoques, giros de caixa. Ciclo operacional e financeiro. Prazos médios.

4. Noções de Contabilidade Tributária.

4.1 Direito Civil e Societário; 4.1.1 Direito Civil: obrigações. Contratos; responsabilidade civil; 4.1.2 Direito Societário. Livros comerciais. Sociedades empresariais. Consórcios; 4.2 Interpretação da legislação tributária (Constituição Federal e Código Tributário Nacional); 4.3 Planejamento tributário. Evasão e elisão; 4.4 Aplicação do lucro real. Tipos de incentivos fiscais; 4.5 Incorporação, cisão e fusão de sociedades; 4.6 Casos práticos; 4.7 Aspectos relacionados ao ICMS; 4.8 PIS e COFINS. Retenção de tributos estaduais e federais.

5. Matemática Financeira.

5.1 Valor do Dinheiro no Tempo; 5.2 Regime de Juros Simples; 5.3 Regime de Juros Compostos; 5.4 Descontos; 5.5 Séries Uniformes de Pagamentos; 5.6 Outras Séries de Pagamentos; 5.7 Sistemas de Amortização; 5.8 Introdução à Análise de Investimentos;

6. Gestão Estratégica de Pessoas;

6.1 Relacionamento Interpessoal e Inteligência Emocional; 6.2 Administração do Tempo; 6.3 Etiqueta; 6.4 Inovação; 6.5 Gestão do Conhecimento; 6.6 Ética; 6.7 Negociação.

7. Técnicas de Redação Empresarial.

8. Fundamentos de Exploração, Produção, Abastecimento e Gás e Energia.

## ANEXO C – Conteúdo programático de prova para admissão de contadores

**CONTABILIDADE SOCIETÁRIA:** O processo de convergência da contabilidade brasileira aos padrões internacionais de contabilidade. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Agenda conjunta CPC e CVM. Normas emitidas pelo CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM (até 31.12.2013). Estrutura conceitual para elaboração das demonstrações contábeis. Apresentação do Balanço Patrimonial. Demonstração do Resultado. Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Direto e Indireto). Demonstração do Valor Adicionado. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Critérios de Avaliação dos Ativos e Passivos. Ativos e passivos contingentes. Práticas contábeis, mudança nas estimativas e correção de erros. Eventos subsequentes. Ajuste a valor presente de direitos e obrigações. Redução ao valor recuperável de ativos. Ativo Imobilizado. Ativo Intangível. Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis. Registro e divulgação de operações com partes relacionadas. Subvenções para investimento e assistência governamental. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de instrumentos financeiros. Grandes manutenções (paradas programadas). Reconhecimento do Imposto de Renda corrente e diferido. Capitalização dos encargos financeiros. Custo dos empréstimos, inclusive custos de transação. Operações descontinuadas. Arrendamento mercantil. Consolidação de demonstrações contábeis. Análise econômico-financeira. Importações e exportações (noções básicas). Efeitos inflacionários sobre o patrimônio das empresas. Benefícios a empregados pós-emprego. Fusão, cisão e incorporação de empresas. Avaliação e contabilização de investimentos societários no país e no exterior. Reconhecimento de ágio e deságio em subscrição de capital. Destinação de resultado. Evidenciação contábil dos aspectos ambientais. Operações com joint-ventures.

**LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA:** Lei nº 6.404/1976, com as alterações das Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, e legislação complementar.

**NOÇÕES DE ORÇAMENTO EMPRESARIAL:** Princípios orçamentários. Orçamento econômico e financeiro. Planejamento e revisões orçamentárias. Considerações sobre índices e cenários macroeconômicos. Projeções de lucro e de fluxos de caixa. Orçamento integrado, orçamento operacional e de investimento. Controle orçamentário (por centro de responsabilidade e programa). Realização e variações orçamentárias.

**TRIBUTOS:** conhecimentos básicos. Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição social sobre o lucro. Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF. Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS. Participações governamentais. Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP. Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS. Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE. Regime Tributário de Transição (RTT) - Lei nº 11.941/2009. Legislação do ISS. Contribuição Previdenciária (legislação, alíquotas, base de cálculo e apuração).

**LEI SARBANES-OXLEY (SOX) E GOVERNANÇA CORPORATIVA.** Controles Internos e Responsabilidades. Comitê de Auditoria. Melhores Práticas de Governança Corporativa.

**SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL - SPED CONTÁBIL E FISCAL.** Legislação aplicável. Objetivos. Implicações. Pessoas jurídicas obrigadas. Usuários das Informações. Livros abrangidos. Plano de Contas Referencial. Prazos.

**CONTABILIDADE DE CUSTOS E GERENCIAL:** Terminologia em custos industriais. Custos para avaliação de estoques. Classificação de custos. Diferentes tipos de custeio (absorção, custeio direto e custeio baseado em atividades - ABC). Custeio por ordem e por processo. Custos conjuntos. Departamentalização. Margem de contribuição e limitações da capacidade de produção. Fixação do preço de venda e a decisão de comprar ou produzir. Custos controláveis e custos estimados. Custo padrão e análise das variações. Mensuração e avaliação de desempenho: EVA e ROI.

**ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA:** Matemática financeira. Análise de Investimentos (fluxo de caixa descontado, payback, VPL, TIR). Estrutura de capital. Custo de capital (taxa mínima de atratividade, custo médio ponderado de capital – WACC e modelo de precificação de ativos - CAPM). Captação de recursos próprios e de terceiros de longo prazo. Leasing financeiro. Risco, retorno e custo de oportunidade. Capital de giro (natureza e financiamento). Alavancagem financeira. Avaliação de Empresas e metodologia de avaliação (métodos de múltiplos de mercado, fluxo de caixa descontado, taxa de crescimento, perpetuidade e valor de mercado).



## APÊNDICE A – Questionário de pesquisa final

### PESQUISA SOBRE A PERCEPÇÃO SOBRE O CONHECIMENTO TEÓRICO-PRÁTICO A CERCA DO IFRS

Caros colegas,

Meu nome é Paulo Paganoto Tinoco, sou mestrando em Ciências Contábeis do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis - PPGCC/UERJ e orientando do Prof. Dr. Manoel Marcondes Machado Neto.

Estou realizando uma pesquisa sobre a percepção dos gestores de uma empresa petrolífera brasileira sobre o conhecimento teórico-prático do IFRS por contadores recém-contratados.

O processo é simples:

- a) Envio da pesquisa: 23/10/2015.
- b) Preenchimento da pesquisa: 23/10 até 23/12/2015. Você irá gastar apenas 10 minutos.
- c) Recebimento dos formulários via Google-docs.
- d) Tratamento e Análise dos Dados.

Após o preenchimento do questionário, clique em ENVIAR para confirmar o envio das respostas.

Agradeço antecipadamente o apoio de todos.

Paulo Paganoto Tinoco

Mestrando do PPGCC/UERJ

e-mail: pauloptrj@gmail.com

#### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

Prezado(a) Senhor(a): Você está sendo convidado(a) a responder às perguntas deste questionário de forma totalmente voluntária. Não existem respostas certas ou erradas. Trata-se apenas de uma busca de opinião. Antes de concordar em participar desta pesquisa e responder este questionário, é importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. O objetivo do estudo é analisar a percepção dos gestores sobre o conhecimento teórico-prático sobre o IFRS pelos contadores recém-contratados de uma empresa petrolífera brasileira. Os respondentes não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer forma. Sua participação nesta pesquisa consistirá apenas no preenchimento deste questionário, respondendo às perguntas formuladas que abordam a adoção das normas internacionais de contabilidade e a utilização das informações geradas com base nesse padrão contábil.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu aceito participar desta pesquisa. \*

- Concordo.
- Discordo.

#### PARTE I. PERFIL

**INSTRUÇÕES:** Marque a opção que corresponda à sua situação atual.

1. Gênero: ( ) Masculino ( ) Feminino

2. Idade:

3. Ano de formação na graduação:

4. Instituição em que se graduou: ( ) Pública ( ) Privada

5. Possui algum tipo de especialização?

( ) Sim, cursos de extensão ( ) Sim, mestrado ( ) Sim, doutorado ( ) Não

6. Qual gerência exercida quando recebeu um contador recém-contratado: \_\_\_\_\_

#### PARTE II. AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO DO CONTADOR RECÉM-CONTRATADO

**INSTRUÇÕES:** Marque a opção que melhor corresponda à maneira como você pensa.

7. Quais as atividades desempenhadas pelos contadores recém-contratados? \_\_\_\_\_

8. Em uma escala de 0 a 5, sendo 0 significa totalmente insatisfeito, 5 significa totalmente satisfeito, responda: Qual o seu grau de satisfação com o desempenho geral dos contadores recém-contratados?

0    1    2    3    4    5

9. Você verifica a existência de deficiências do contador recém-contratado que se devem ao desconhecimento das normas IFRS?       Sim  Não  As vezes

10. Em sua opinião, quais as principais deficiências observadas em contadores recém-contratados acerca das normas IFRS? \_\_\_\_\_

Nº da Questão	Sobre as normas IFRS abaixo, preencha as lacunas indicando a sua avaliação acerca do conhecimento teórico-prático por contadores recém-contratados.	Muito insuficiente	Pouco insuficiente	Indiferente	Pouco suficiente	Muito suficiente	Não se aplica
11.1	CPC 00 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro.						
11.2	CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.						
11.3	CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis.						
11.4	CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.						
11.5	CPC 04 – Ativo Intangível.						
11.6	CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas.						
11.7	CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil.						
11.8	CPC 07 – Subvenção e Assistência Governamentais.						
11.9	CPC 08 – Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.						
11.10	CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.						
11.11	CPC10 – Pagamento Baseado em Ações.						
11.12	CPC 11 – Contratos de Seguros.						
11.13	CPC 12 – Ajuste a Valor Presente.						
11.14	CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº11.638/07 e MP nº 449/08.						
11.15	CPC 14, 38, 39, 40 – Instrumentos Financeiros.						
11.16	CPC 15 – Combinação de Negócios.						
11.17	CPC 16 – Estoques.						
11.18	CPC 17 – Contratos de Construção.						
11.19	CPC 18 – Investimento em Coligadas, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.						
11.20	CPC 19 – Negócios em Conjuntos.						
11.21	CPC 20 – Custos de Empréstimos.						
11.22	CPC 21- Demonstração Intermediária.						
11.23	CPC 22 - Informações por Segmento.						
11.24	CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro.						
11.25	CPC 24 – Evento Subsequente.						
11.26	CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.						
11.27	CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis						
11.28	CPC 27 – Ativo Imobilizado						
11.29	CPC 28 – Propriedade para Investimento						
11.30	CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola						
11.31	CPC 30 – Receitas						
11.32	CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada						
11.33	CPC 32 – Tributo sobre o Lucro						
11.34	CPC 33 – Benefícios a Empregados						
11.35	CPC 35 - Demonstrações Separadas						

11.36	CPC 36 – Demonstrações Consolidadas						
11.37	CPC 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade						
11.38	CPC 41 – Resultado por Ação						
11.39	CPC 43 – Adoção Inicial dos Pronunciamentos CPCs 15 a 41						
11.40	CPC 44 – Demonstrações Combinadas						
11.41	CPC 45 – Divulgação de Participações em outras Entidades						
11.42	CPC 46 – Mensuração por Valor Justo						
11.43	CPC PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas com Glossário de Termos						

### PARTE III. AVALIAÇÃO DA UNIVERSIDADE CORPORATIVA

12. Você já recomendou a realização de cursos oferecidos pela Universidade Corporativa especificamente sobre IFRS/CPC a contadores recém-contratados? ( ) Sim ( ) Não

Nº da Questão	De uma maneira geral você está satisfeito com os cursos e treinamentos oferecidos (quantidade, conteúdo e programação) pela universidade corporativa com relação a:	Muito insatisfatório	Pouco insatisfatório	Indiferente	Pouco satisfatório	Muito satisfatório
13.1	Quantidade de cursos oferecidos					
13.2	Conteúdo dos cursos oferecidos					
13.3	Programação dos cursos oferecidos					

14. Quais as motivações para a recomendação de curso sobre IFRS oferecido pela Universidade Corporativa para contadores recém-contratados?

( ) Atualização ( ) Deficiência ( ) Aprimoramento ( ) Outros \_\_\_\_\_

## APÊNDICE B – Objetivos e fontes das questões da entrevista

Quadro 21 – Objetivos e fontes das questões da entrevista (continua)

Questão	Objetivo	Fonte
1. Idade	Traçar e identificar um perfil dos respondentes	O autor (2016)
2. Ano de formação na graduação	Verificar se o contador teve sua formação na graduação sobre IFRS e em que fase de implantação do IFRS	Niyama, Botelho e Correa, (2008), Bin, Nogueira e Reis (2010)
3. Ano de admissão na companhia	Traçar e identificar um perfil dos respondentes	O autor (2016)
4. A qual gerência está subordinada	Traçar e identificar um perfil dos respondentes	O autor (2016)
5. Como você avalia seu conhecimento teórico-prático a respeito das normas internacionais de contabilidade?	Verificar de forma geral como os contadores se auto avaliam em relação aos conhecimentos das normas internacionais de contabilidade	Pereira (2011), Caramori e Ramos (2011)
6. Quais as normas internacionais de contabilidade que você mais utiliza no seu trabalho	Verificar as normas internacionais de contabilidade mais utilizadas pelos contadores.	O autor (2016)
7. Como você avalia seu conhecimento teórico-prático a respeito das seguintes normas internacionais de contabilidade? - CPC 27 Ativo Imobilizado - CPC 00 Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro - CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - CPC 16 Estoques - CPC 01 Redução ao Valor Recuperável - CPC 15 Combinação de Negócios - CPC 19 Negócios em Conjunto - CPC 29 Ativo Biológico e Produto Agrícola - CPC 43 Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41 - CPC 46 Mensuração do Valor Justo	Confrontar a auto avaliação dos contadores com a percepção dos gestores.	Medeiros (2014)
8. Qual a importância no seu trabalho das normas internacionais de contabilidade	Verificar a hipótese dos IFRS terem importância diferente para cada contador levando-se em conta a necessidade de uso no trabalho.	O autor (2016)

Quadro 11 – Objetivos e fontes das questões da entrevista (conclusão)

Questão	Objetivo	Fonte
9.Qual a importância no seu trabalho das seguintes normas internacionais de contabilidade: - CPC 27 Ativo Imobilizado - CPC 00 Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro - CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - CPC 16 Estoques - CPC 01 Redução ao Valor Recuperável - CPC 15 Combinação de Negócios - CPC 19 Negócios em Conjunto - CPC 29 Ativo Biológico e Produto Agrícola - CPC 43 Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41 - CPC 46 Mensuração do Valor Justo	Analisar se há ligação entre a importância do IFRS no trabalho e seu conhecimento maior ou menor.	O autor (2016)
10.Ao terminar a graduação você se sentia com conhecimento suficiente sobre as normas internacionais de contabilidade para ingressar no mercado de trabalho	Verificar se os conhecimentos fornecidos pela instituição de ensino são os necessários para ingressar no mercado de trabalho	Nossa (1999), Oliveira, Jacone e Almeida (2012, Diniz (2014)
11.Ao seu ver, cabe a Instituição de Ensino Superior oferecer conhecimento teórico e prático sobre IFRS	Verificar se os cursos de contabilidade devem fornecer conhecimento teórico e prático sobre IFRS	Moreira (2013)
12.Em que medida a Instituição de Ensino Superior proporcionou conhecimento teórico-prático do IFRS que você precisa	Verificar se a instituição de ensino superior contemplou conteúdos que propiciaram conhecimento as normas internacionais de contabilidade	Resolução nº10 CNE/CES de 2004, ISAR/UNCTAD (2011)
13.Como acredita que as Instituições de Ensino Superior podem ensinar a prática das normas internacionais de contabilidade	Verificar se há necessidade de um aprimoramento do ensino para melhor preparar para as demandas do mercado e mudanças em normas e legislação	Pimentel e Souza (2012)
14.Durante a graduação realizou estágio supervisionado	Verificar se a disciplina de estágio supervisionado está sendo cumprida	Rezende (2007)
15.No seu estágio aprendeu ou lidou com as normas internacionais de contabilidade (IFRS)	Verificar se conhecimento sobre IFRS é adquirido por meio de estágio supervisionado.	Torres, Silva e Falk (2011)
16.Em que medida os cursos oferecidos pela universidade corporativa cooperou para melhoria do seu conhecimento teórico-prático sobre IFRS	Verificar se a universidade corporativa complementa a instituição de ensino tradicional	Meister (1999), Éboli (2004), Veloso e Quelhas (2005)
17.Qual a importância da universidade corporativa para o desenvolvimento e atualização acerca das normas internacionais de contabilidade	Verificar se os funcionários consideram importante os cursos oferecidos pela universidade corporativa para seu desenvolvimento e atualização.	Júnior, Éboli e Martins (2008)

Fonte: O autor, 2016

**APÊNDICE C – Entrevista Contador 1 – Em 25/03/2016 as 11h em Rio de Janeiro**

Entrevistador – Qual o ano de sua formação na graduação?

Entrevistado – Em 2008.

Entrevistador – Em que ano você foi admitido na companhia?

Entrevistado – 2010.

Entrevistador – A qual gerência está subordinada?

Entrevistado – Dentro da área da Contabilidade na gerência de Orientações Contábeis.

Entrevistador – Como você avalia seu conhecimento teórico-prático a respeito das normas internacionais de contabilidade?

Entrevistado – Bom. Acima da média do mercado de profissionais de contabilidade

Entrevistador – Porque se considera com conhecimento acima do mercado?

Entrevistado – Porque sempre dei continuidade aos meus estudos. Após a conclusão da graduação me dediquei para passar na prova daqui. Realizei dois cursos no CRC, fiz mestrado e hoje em dia estou dando aula o que me obriga a me manter o mais atualizado e preparado possível.

Entrevistador – Quais as normas internacionais de contabilidade que você mais utiliza no seu trabalho?

Entrevistado – CPC 00 e o 26 são quase que a base.

Entrevistador – Irei listar alguns CPCs e me diga como você avalia seu conhecimento teórico-prático a respeito das seguintes normas internacionais de contabilidade. Ok?

Entrevistado – OK

Entrevistador – CPC 27 Ativo Imobilizado

Entrevistado – Muito Bom

Entrevistador – CPC 00 Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro

Entrevistado – Muito Bom

Entrevistador – CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

Entrevistado – Muito Bom

Entrevistador – CPC 16 Estoques

Entrevistado – Razoável

Entrevistador – CPC 01 Redução ao Valor Recuperável

Entrevistado – Muito Bom

Entrevistador – CPC 15 Combinação de Negócios

Entrevistado – Fraco

Entrevistador – CPC 19 Negócios em Conjunto

Entrevistado – Razoável

Entrevistador – CPC 29 Ativo Biológico e Produto Agrícola

Entrevistado – Fraco

Entrevistador – CPC 43 Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41

Entrevistado – Razoável

Entrevistador – CPC 46 Mensuração do Valor Justo

Entrevistado – Razoável

Entrevistador – Qual a importância no seu trabalho das normas internacionais de contabilidade?

Fundamental.

Entrevistado – Por ser uma companhia com demonstrações divulgadas, os IFRS são imprescindíveis.

Entrevistador – Agora irei listar alguns CPCs e dessa vez me diga qual a importância no seu trabalho das seguintes normas internacionais de contabilidade. Ok?

Entrevistado – Ok

Entrevistador – CPC 27 Ativo Imobilizado

Entrevistado – Muito importante

Entrevistador – CPC 00 Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro

Entrevistado – Muito importante

Entrevistador – CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

Entrevistado – Muito importante

Entrevistador – CPC 16 Estoques

Entrevistado – Muito importante

Entrevistador – CPC 01 Redução ao Valor Recuperável

Entrevistado – Muito importante

Entrevistador – CPC 15 Combinação de Negócios

Entrevistado – Importante

Entrevistador – CPC 19 Negócios em Conjunto

Entrevistado – Importante

Entrevistador – CPC 29 Ativo Biológico e Produto Agrícola

Entrevistado – Não muito relevante

Entrevistador – CPC 43 Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41

Entrevistado – Não muito relevante

Entrevistador – CPC 46 Mensuração do Valor Justo

Entrevistado – Importante

Entrevistador – Ao terminar a graduação você se sentia com conhecimento suficiente sobre as normas internacionais de contabilidade para ingressar no mercado de trabalho?

Entrevistado – Não, pois no período de formação, os professores ainda estavam se atualizando.

Entrevistador – Ao seu ver, cabe a Instituição de Ensino Superior oferecer conhecimento teórico e prático sobre IFRS?

Entrevistado – Sem dúvida. Desta forma, o profissional sairá muito melhor preparado para atender às demandas de mercado

Entrevistador – Em que medida a Instituição de Ensino Superior proporcionou conhecimento teórico-prático do IFRS que você precisa?

Entrevistado – O conteúdo passado foi muito insuficiente, devido ao período de transição em que se encontrava a contabilidade no país.

Entrevistador – Como acredita que as Instituições de Ensino Superior podem ensinar a prática das normas internacionais de contabilidade?

Entrevistado – Abordando as situações teóricas e práticas, simulando os cenários que os profissionais irão se deparar no dia-a-dia da profissão.

Entrevistador – Durante a graduação realizou estágio supervisionado?

Entrevistado – Sim.

Entrevistador – No seu estágio aprendeu ou lidou com as normas internacionais de contabilidade (IFRS)?

Entrevistado – Não.

Entrevistador – Em que medida os cursos oferecidos pela universidade corporativa cooperou para melhoria do seu conhecimento teórico-prático sobre IFRS?

Entrevistado – Não tomei nenhuma ciência de curso por iniciativa da universidade corporativa. São iniciativas isoladas, das áreas e seus respectivos orçamentos, que permitem a atualização dos profissionais.

Entrevistador – Qual a importância da universidade corporativa para o desenvolvimento e atualização acerca das normas internacionais de contabilidade?

Entrevistado – A importância é muito grande, e deveria crescer ainda mais. Há muita margem para ampliação dessa atuação da Universidade Corporativa.



**APÊNDICE D** – Entrevista Contador 2 – Em 25/03/2016 as 13h em Rio de Janeiro

Entrevistador – Ano de formação na graduação?

Entrevistado – Em janeiro de 2013.

Entrevistador – Ano de admissão na companhia?

Entrevistado – Início de 2014.

Entrevistador – A qual gerência está subordinada?

Entrevistado – Trabalho na Auditoria Interna, subordinada apenas ao Conselho de Administração da empresa.

Entrevistador – Como você avalia seu conhecimento teórico-prático a respeito das normas internacionais de contabilidade?

Entrevistado – Minha função está relacionada à auditoria de contratações de serviço, terceirização. Na minha função não é necessário o domínio das normas internacionais de contabilidade. Contudo, considero o conhecimento teórico razoável, o qual foi adquirido durante a graduação e durante os estudos para concursos públicos.

Entrevistador – Quais as normas internacionais de contabilidade que você mais utiliza no seu trabalho?

Entrevistado – Como eu falei nenhuma.

Entrevistador – Vou listar alguns CPCs pra você agora e me diga como você avalia seu conhecimento teórico-prático a respeito das seguintes normas internacionais de contabilidade. Ok?

Entrevistado – Ok, mas minha função está relacionada à auditoria de contratações de serviço, terceirização onde não é necessário o conhecimento das normas internacionais de contabilidade.

Entrevistador – Beleza. Vou listar. CPC 27 Ativo Imobilizado

Entrevistado – Bom

Entrevistador – CPC 00 Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro

Entrevistado – Bom. Estudei bastante ele enquanto estuda para concursos.

Entrevistador – CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

Entrevistado – Ruim

Entrevistador – CPC 16 Estoques

Entrevistado – Razoável

Entrevistador – CPC 01 Redução ao Valor Recuperável

Entrevistado – Foi tema da minha monografia na faculdade. Por isso considero bom.

Entrevistador – CPC 15 Combinação de Negócios

Entrevistado – Ruim

Entrevistador – CPC 19 Negócios em Conjunto  
Entrevistado – Ruim

Entrevistador – CPC 29 Ativo Biológico e Produto Agrícola  
Entrevistado – Muito ruim.

Entrevistador – CPC 43 Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41  
Entrevistado – Muito ruim.

Entrevistador – CPC 46 Mensuração do Valor Justo  
Entrevistado – Ruim.

Entrevistador – Qual a importância no seu trabalho das normas internacionais de contabilidade?

Entrevistado – Então, como eu falei na gerência de auditoria de contratos, onde trabalho, não há importância. No entanto, há dentro da Auditoria Interna, uma gerência chamada de auditoria financeira, contábil e tributária onde esse conhecimento é imprescindível.

Entrevistador – A próxima pergunta seria para você falar sua opinião sobre a importância dos CPCs que listei antes no seu trabalho. Mas como você falou que nos seu setor não tem contato com IFRS irei pular e ir para a próxima pergunta. Ok?

Entrevistado – Ok

Entrevistador – Ao terminar a graduação você se sentia com conhecimento suficiente sobre as normas internacionais de contabilidade para ingressar no mercado de trabalho?

Entrevistado – Não. Cursei a graduação entre 2008 e 2013. Nesse período, a convergência para o IFRS ainda estava muito recente e, na minha avaliação, os docentes ainda estavam se atualizando.

Entrevistador – A seu ver, cabe a Instituição de Ensino Superior oferecer conhecimento teórico e prático sobre IFRS?

Entrevistado – De fato. Com certeza haveria um ganho qualitativo de conhecimento para o aluno.

Entrevistador – Em que medida a Instituição de Ensino Superior proporcionou conhecimento teórico-prático do IFRS que você precisa?

Entrevistado – Conhecimento teórico que partes dos docentes passaram. Conhecimento prático apenas alguns bem pouco.

Entrevistador – Como acredita que as Instituições de Ensino Superior podem ensinar a prática das normas internacionais de contabilidade?

Entrevistado – Realizando estudos de caso. Fazendo simulação também seria uma boa.

Entrevistador – Durante a graduação realizou estágio supervisionado?

Entrevistado – Não.

Entrevistador – Irei pular também a próxima questão que tratava do estágio e abordar a universidade corporativa da empresa. Ok?

Entrevistado – Ok

Entrevistador – Em que medida os cursos oferecidos pela universidade corporativa cooperaram para melhoria do seu conhecimento teórico-prático sobre IFRS?

Entrevistado – Não realizei nenhum curso na universidade corporativa focado em IFRS.

Entrevistador – Qual a importância da universidade corporativa para o desenvolvimento e atualização acerca das normas internacionais de contabilidade?

Entrevistado – Podem servir para atualizar os contadores que trabalham com elas.

**APÊNDICE E** – Entrevista Contador 3 – Em 25/03/2016 as 16h em Rio de Janeiro

Entrevistador – Ano de formação na graduação?

Entrevistado – Em 2012, mas o diploma só saiu em 2013.

Entrevistador – Ano de admissão na companhia?

Entrevistado – 2014.

Entrevistador – A qual gerência está subordinada?

Entrevistado – Contabilidade regional do Rio de Janeiro

Entrevistador – Como você avalia seu conhecimento teórico-prático a respeito das normas internacionais de contabilidade?

Entrevistado – Razoável, como trabalho em uma empresa multinacional em que a aplicação das normas internacionais é necessária, tenho a necessidade de me manter atualizado.

Entrevistador – Quais as normas internacionais de contabilidade que você mais utiliza no seu trabalho?

Entrevistado – As que falam sobre a elaboração das demonstrações, da DFC, DVA.

Entrevistador – Vou falar alguns CPCs específicos e você me responda como você avalia seu conhecimento teórico-prático deles, ok?

Entrevistado – Ok

Entrevistador – CPC 27 Ativo Imobilizado

Entrevistado – Muito bom

Entrevistador – CPC 00 Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro

Entrevistado – Muito bom

Entrevistador – CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

Entrevistado – Muito bom

Entrevistador – CPC 16 Estoques

Entrevistado – Insuficiente

Entrevistador – CPC 01 Redução ao Valor Recuperável

Entrevistado – Muito bom

Entrevistador – CPC 15 Combinação de Negócios

Entrevistado – Bom

Entrevistador – CPC 19 Negócios em Conjunto

Entrevistado – Insuficiente

Entrevistador – CPC 29 Ativo Biológico e Produto Agrícola

Entrevistado – Insuficiente

Entrevistador – CPC 43 Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41

Entrevistado – Bom

Entrevistador – CPC 46 Mensuração do Valor Justo

Entrevistado – Muito Bom

Entrevistador – Qual a importância no seu trabalho das normas internacionais de contabilidade?

Entrevistado – Alguns De maneira geral são importantes. Alguns CPCs uso com bastante frequência que outros. Mas de um modo geral tem sua importância. Uns mais outros menos.

Entrevistador – Igual na outra questão, vou listar alguns CPCs e você me diz qual a importância no seu trabalho das seguintes normas internacionais de contabilidade. CPC 27 Ativo Imobilizado

Entrevistado – Grande

Entrevistador – CPC 00 Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro

Entrevistado – Grande

Entrevistador – CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

Entrevistado – Grande

Entrevistador – CPC 16 Estoques

Entrevistado – Pequena

Entrevistador – CPC 01 Redução ao Valor Recuperável

Entrevistado – Média

Entrevistador – CPC 15 Combinação de Negócios

Entrevistado – Média

Entrevistador – CPC 19 Negócios em Conjunto

Entrevistado – Pequena

Entrevistador – CPC 29 Ativo Biológico e Produto Agrícola

Entrevistado – Pequena

Entrevistador – CPC 43 Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41

Entrevistado – Média

Entrevistador – CPC 46 Mensuração do Valor Justo

Entrevistado – Média

Entrevistador – Ao terminar a graduação você se sentia com conhecimento suficiente sobre as normas internacionais de contabilidade para ingressar no mercado de trabalho?

Entrevistado – Na verdade, comecei a trabalhar em um escritório de contabilidade antes de finalizar a graduação, o que me deu uma bagagem além da acadêmica para lidar com as normas internacionais. Não me sentia 100% preparado, mas acredito que já tinha condições de aplicar as normas.

Entrevistador – Ao seu ver, cabe a Instituição de Ensino Superior oferecer conhecimento teórico e prático sobre IFRS?

Entrevistado – Em partes, acredito que a parte teórica é uma obrigação da Instituição de Ensino Superior, a graduação deve preparar o profissional da melhor forma possível para o mercado e como esta é uma das demandas do mercado de trabalho, sim deve dar condições. Por outro lado, quando falamos sobre a prática, entendo que seja muito complicado inserir no programa da instituição de ensino, a prática de todos os CPCs, mas é importante mais ênfase nos CPCs mais importantes, como por exemplo o CPC 00.

Entrevistador – Em que medida a Instituição de Ensino Superior proporcionou conhecimento teórico-prático do IFRS que você precisa?

Entrevistado – Ao meu ver, tive poucas disciplinas que exploraram as normas internacionais. Como entrei na universidade em um período de adoção às normas, entendo que desde o primeiro período deveríamos ter tido o contato com essas mudanças, sobretudo em relação a estrutura conceitual básica. Acho que se fosse aplicado desde o início da graduação, os alunos teriam condições de assimilar de forma mais fácil.

Entrevistador – Como acredita que as Instituições de Ensino Superior podem ensinar a prática das normas internacionais de contabilidade?

Entrevistado – Utilizando estudos de casos em que a normas são aplicadas, temos um material muito rico disponível nas Demonstrações Financeiras disponibilizadas pela CVM e pelos outros órgão reguladores pelo mundo a fora. Não só demonstraria na prática o efeito da aplicação das normas, como a complexidade que vivemos no mercado de trabalho.

Entrevistador – Durante a graduação realizou estágio supervisionado?

Entrevistado – Como respondido anteriormente, eu ingressei no mercado de trabalho ainda na graduação, ai não me foi exigida esta matéria, mas entendo que todos os estudantes devem possuir um experiência fora da Universidade, já que grande parte das coisas que levo comigo como aprendizado da graduação, foi potencializado pela aplicação no trabalho, ou seja, na prática. O estágio supervisionado deve ser tratado como um complemento ao que aprendizado disponibilizado pelas Instituições de Ensino.

Entrevistador – No roteiro da entrevista a próxima pergunta seria se no seu estágio aprendeu ou lidou com as normas internacionais de contabilidade. Mas irei adaptar e perguntarei se no trabalho que tinha durante a faculdade você lidou com as normas internacionais de contabilidade?

Entrevistado – Então, apesar de não ter sido em um estágio, sim, quando ingressei ao mercado de trabalho ainda na graduação, na empresa que trabalhei tive muito contato com o IFRS pois era um escritório que trabalhava prestando serviço para outras empresas, algumas multinacionais.

Entrevistador – Em que medida os cursos oferecidos pela universidade corporativa cooperaram para melhoria do seu conhecimento teórico-prático sobre IFRS?

Entrevistado – Os cursos que realizei na universidade corporativa não eram sobre normas internacionais.

Entrevistador – Qual a importância da universidade corporativa para o desenvolvimento e atualização acerca das normas internacionais de contabilidade?

Entrevistado – Acredito que pode ser de grande valia. As normas internacionais é algo ainda recente e algumas normas já estão na primeira, segunda revisão. As mudanças ainda estão

ocorrendo, então se a companhia puder oferecer os cursos para a gente ficar atualizado das mudanças que podem vir a acontecer é sempre bom por não termos que sair do trabalho. Esse lado prático dela facilita bastante.

**APÊNDICE F – Entrevista Contador 4 – Em 31/03/2016 as 10h em Rio de Janeiro**

Entrevistador – Ano de formação na graduação?

Entrevistado – 2008

Entrevistador – Ano de admissão na companhia?

Entrevistado – 2010

Entrevistador – A qual gerência está subordinada?

Entrevistado – Análise e controle contábil

Entrevistador – Como você avalia seu conhecimento teórico-prático a respeito das normas internacionais de contabilidade?

Entrevistado – De maneira geral razoável. Estou necessitando de atualizações.

Entrevistador – Quais as normas internacionais de contabilidade que você mais utiliza no seu trabalho?

Entrevistado – Não tem um específico assim, mas acho que todo mundo usa indiretamente o 00.

Entrevistador – Agora vou falar algumas normas internacionais e você me fala como você avalia seu conhecimento teórico-prático a respeito delas tudo bem?

Entrevistado – Tudo

Entrevistador – CPC 27 Ativo Imobilizado

Entrevistado – Razoável pra bom

Entrevistador – CPC 00 Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro

Entrevistado – Bom

Entrevistador – CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

Entrevistado – Razoável

Entrevistador – CPC 16 Estoques

Entrevistado – Razoável

Entrevistador – CPC 01 Redução ao Valor Recuperável

Entrevistado – Razoável

Entrevistador – CPC 15 Combinação de Negócios

Entrevistado – Ruim

Entrevistador – CPC 19 Negócios em Conjunto

Entrevistado – Ruim

Entrevistador – CPC 29 Ativo Biológico e Produto Agrícola

Entrevistado – Zero. Muito Ruim



Entrevistador – CPC 43 Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41  
Entrevistado – Ruim

Entrevistador – CPC 46 Mensuração do Valor Justo  
Entrevistado – Razoável

Entrevistador – Qual a importância no seu trabalho das normas internacionais de contabilidade?

Entrevistado – Importante para avaliação e mapeamento de controles e riscos envolvidos nas transações realizadas pela companhia, uma vez que o reflexo contábil é parte integrante de qualquer processo.

Entrevistador – Da mesma forma da outra pergunta, vou falar as normas internacionais e você me diz agora qual a importância delas no seu trabalho. CPC 27 Ativo Imobilizado  
Entrevistado – Pouca importância

Entrevistador – CPC 00 Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro  
Entrevistado – Importante

Entrevistador – CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes  
Entrevistado – Pouca importância

Entrevistador – CPC 16 Estoques  
Entrevistado – Importante

Entrevistador – CPC 01 Redução ao Valor Recuperável  
Entrevistado – Pouca importância

Entrevistador – CPC 15 Combinação de Negócios  
Entrevistado – Pouca importância

Entrevistador – CPC 19 Negócios em Conjunto  
Entrevistado – Pouca importância

Entrevistador – CPC 29 Ativo Biológico e Produto Agrícola  
Entrevistado – Sem importância

Entrevistador – CPC 43 Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41  
Entrevistado – Sem importância

Entrevistador – CPC 46 Mensuração do Valor Justo  
Entrevistado – Pouca importância

Entrevistador – Ao terminar a graduação você se sentia com conhecimento suficiente sobre as normas internacionais de contabilidade para ingressar no mercado de trabalho?

Entrevistado – Não, adquirir conhecimento no mercado de trabalho e em curso feitos por iniciativa própria.

Entrevistador – A seu ver, cabe a Instituição de Ensino Superior oferecer conhecimento teórico e prático sobre IFRS?

Entrevistado – Sim.

Entrevistador – Em que medida a Instituição de Ensino Superior proporcionou conhecimento teórico-prático do IFRS que você precisa?

Entrevistado – No ano que me formei que começou CPC e IFRS, então na minha graduação não tive contato e matérias com abordagem sobre isso.

Entrevistador – Como acredita que as Instituições de Ensino Superior podem ensinar a prática das normas internacionais de contabilidade?

Entrevistado – Incluindo o conteúdo no programa das disciplinas de Contabilidade Introdutória, Intermediária, Avançada e Teoria da Contabilidade, demonstrando a aplicação nas companhias do mercado para o aluno período a período ir se familiarizando e dominando elas.

Entrevistador – Durante a graduação realizou estágio supervisionado?

Entrevistado – Na verdade fui trainee de auditoria externa.

Entrevistador – Então, enquanto foi trainee aprendeu ou lidou com as normas internacionais de contabilidade (IFRS)?

Entrevistado – Sim, mas era algo novo na época. Lidei bem pouco com IFRS lá, mas tive conhecimento sim lá.

Entrevistador – Em que medida os cursos oferecidos pela universidade corporativa cooperou para melhoria do seu conhecimento teórico-prático sobre IFRS?

Entrevistado – Não fiz nenhum curso sobre as normas internacionais de contabilidade na universidade corporativa. Os cursos que realizei foi no CRC por iniciativa própria logo quando entrei na companhia.

Entrevistador – Qual a importância da universidade corporativa para o desenvolvimento e atualização acerca das normas internacionais de contabilidade?

Entrevistado – Apesar de não ter feito curso, acho muito importante, uma vez que no curso seja dado uma abordagem prática voltada ao negócio da companhia.

**APÊNDICE G** – Entrevista Contador 5 – Em 31/03/2016 as 14h em Rio de Janeiro

Entrevistador – Ano de formação na graduação?

Entrevistado – Agosto de 2013.

Entrevistador – Ano de admissão na companhia?

Entrevistado – 2014

Entrevistador – Área de atuação na companhia?

Entrevistado – Gerencial e de negócios

Entrevistador – Como você avalia seu conhecimento teórico-prático a respeito das normas internacionais de contabilidade?

Entrevistado – Apesar de ter me formado em ciências contábeis sempre trabalhei em áreas de administrativas ou gerenciais. Aí assim, meu conhecimento quanto as normas internacionais são mais básicos.

Entrevistador – Quais as normas internacionais de contabilidade que você mais utiliza no seu trabalho?

Entrevistado – Por ser uma área gerencial e que o objetivo final é apresentar alguns relatórios, utilizamos bastante o CPC 00 e 26. Numa análise mais abrangente também utilizamos o CPC 27, 30 e 36.

Entrevistador – Vou listar alguns CPCs para você agora e tu me diz como você avalia seu conhecimento teórico-prático com relação a eles tá bom?

Entrevistado – Tá.

Entrevistador – CPC 27 Ativo Imobilizado

Entrevistado – Por ser uma ferramenta de análise, tenho um conhecimento bom sobre este CPC.

Entrevistador – CPC 00 Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro Entrevistado – Assim como o 27, por ser ferramenta em meu trabalho tenho bom conhecimento neste CPC.

Entrevistador – CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Entrevistado – Básico.

Entrevistador – CPC 16 Estoques

Entrevistado – Básico.

Entrevistador – CPC 01 Redução ao Valor Recuperável

Entrevistado – Básico.

Entrevistador – CPC 15 Combinação de Negócios

Entrevistado – Baixo conhecimento neste CPC.

Entrevistador – CPC 19 Negócios em Conjunto  
Entrevistado – Alguma coisa pontual. Diria básico.

Entrevistador – CPC 29 Ativo Biológico e Produto Agrícola  
Entrevistado – Não tenho conhecimento sobre este CPC.

Entrevistador – CPC 43 Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41  
Entrevistado – Também não tenho conhecimento sobre este CPC.

Entrevistador – CPC 46 Mensuração do Valor Justo  
Entrevistado – Básico

Entrevistador – Qual a importância no seu trabalho das normas internacionais de contabilidade?

Entrevistado – Como no meu trabalho recebemos e analisamos demonstrações contábeis, é de total importância esta padronização e normas para uma análise melhor e entendimento sobre os números.

Entrevistador – Igual aquela questão em que listei os CPC, vou listar eles de novo, mas dessa vez me diga qual a importância deles no seu trabalho:

Entrevistador – CPC 27 Ativo Imobilizado  
Entrevistado – Influência alta.

Entrevistador – CPC 00 Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro  
Entrevistado – Bastante importante, pois embasa todas as demonstrações apresentadas.

Entrevistador – CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes  
Entrevistado – Importante

Entrevistador – CPC 16 Estoques  
Entrevistado – Importante

Entrevistador – CPC 01 Redução ao Valor Recuperável  
Entrevistado – Não lembro de ser importante.

Entrevistador – CPC 15 Combinação de Negócios  
Entrevistado – Também não lembro de ser importante.

Entrevistador – CPC 19 Negócios em Conjunto  
Entrevistado – Pouco importante.

Entrevistador – CPC 29 Ativo Biológico e Produto Agrícola  
Entrevistado – Sem importância.

Entrevistador – CPC 43 Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41  
Entrevistado – Não tem importância.

Entrevistador – CPC 46 Mensuração do Valor Justo

Entrevistado – Sem importância.

Entrevistador – Ao terminar a graduação você se sentia com conhecimento suficiente sobre as normas internacionais de contabilidade para ingressar no mercado de trabalho?

Entrevistado – Não. Os conceitos foram passados no início da faculdade e a aplicação era bem básica em sua maioria. Somente no mercado de trabalho tomei mais conhecimento pelas normas.

Entrevistador – A seu ver, cabe a Instituição de Ensino Superior oferecer conhecimento teórico e prático sobre IFRS?

Entrevistado – Com certeza. Assim como mostrar as várias formas de aplicação das normas.

Entrevistador – Em que medida a Instituição de Ensino Superior proporcionou conhecimento teórico-prático do IFRS que você precisa?

Entrevistado – Lembro que no primeiro período houve um trabalho em grupo onde cada grupo ficava com um CPC e deveria apresentar sobre o mesmo na sala de aula. Nos períodos seguintes utilizamos como base essas apresentações para os entendimentos das matérias e análises de trabalhos.

Entrevistador – Como acredita que as Instituições de Ensino Superior podem ensinar a prática das normas internacionais de contabilidade?

Entrevistado – Abordando situações corriqueiras com casos diferentes nas companhias. Análises em cima de situações diversas aprofundando nos CPC's que influenciam esses casos.

Entrevistador – Durante a graduação realizou estágio supervisionado?

Entrevistado – Sim. Fui estagiário durante 3 anos e meio.

Entrevistador – No seu estágio aprendeu ou lidou com as normas internacionais de contabilidade?

Entrevistado – De uma forma bem básica, pois sempre tive meus estágios com viés gerencial.

Entrevistador – Em que medida os cursos oferecidos pela universidade corporativa cooperou para melhoria do seu conhecimento teórico-prático sobre as normas IFRS?

Entrevistado – Não fiz nenhum curso específico de IFRS pela universidade corporativa, fiz sobre outros temas.

Entrevistador – Qual a importância da universidade corporativa para o desenvolvimento e atualização acerca das normas internacionais de contabilidade?

Entrevistado – Não fiz nenhum curso sobre isso né, mas acho importante porque mantém os profissionais atualizados sobre o assunto.

**APÊNDICE H** – Entrevista Contador 6 – Em 31/03/2016 as 16h em Rio de Janeiro

Entrevistador – Ano de formação na graduação?

Entrevistado – 2011.

Entrevistador – Ano de admissão na companhia?

Entrevistado – 2012

Entrevistador – Área de atuação na companhia?

Entrevistado – Contabilidade da controladora

Entrevistador – Como você avalia seu conhecimento teórico-prático a respeito das normas internacionais de contabilidade?

Entrevistado – Avalio o meu conhecimento como bom apenas, tendo em vista na área específica em que estou no momento não tenho acesso as discussões mais abrangentes

Entrevistador – Quais as normas internacionais de contabilidade que você mais utiliza no seu trabalho?

Entrevistado – Com certeza estrutura conceitual e o que trata sobre elaboração das demonstrações.

Entrevistador – Agora vou falar alguns CPCs para você agora e tu me diz como você avalia seu conhecimento teórico-prático com relação a eles tudo bem?

Entrevistado – Ok.

Entrevistador – CPC 27 Ativo Imobilizado

Entrevistado – Bom.

Entrevistador – CPC 00 Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro Entrevistado – Bom.

Entrevistador – CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Entrevistado – Bom.

Entrevistador – CPC 16 Estoques

Entrevistado – Bom.

Entrevistador – CPC 01 Redução ao Valor Recuperável

Entrevistado – Mais ou menos.

Entrevistador – CPC 15 Combinação de Negócios

Entrevistado – Fraco

Entrevistador – CPC 19 Negócios em Conjunto

Entrevistado – Fraco.

Entrevistador – CPC 29 Ativo Biológico e Produto Agrícola

Entrevistado – Nenhum.

Entrevistador – CPC 43 Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41  
Entrevistado – Fraco.

Entrevistador – CPC 46 Mensuração do Valor Justo  
Entrevistado – Fraco

Entrevistador – Qual a importância no seu trabalho das normas internacionais de contabilidade?

Entrevistado – Acredito que são de suma importância. Somos uma empresa multinacional e precisaremos reportar os números de forma padronizada para a consolidação. Além disso, anualmente passamos por auditoria que checa os processos e normas utilizadas.

Entrevistador – Como naquela questão em que listei os CPC, vou listar eles de novo, mas dessa vez me diga qual a importância deles no seu trabalho.

Entrevistador – CPC 27 Ativo Imobilizado  
Entrevistado – Alta.

Entrevistador – CPC 00 Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro  
Entrevistado – Altíssima.

Entrevistador – CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes  
Entrevistado – Alta

Entrevistador – CPC 16 Estoques  
Entrevistado – Alta

Entrevistador – CPC 01 Redução ao Valor Recuperável  
Entrevistado – Baixa.

Entrevistador – CPC 15 Combinação de Negócios  
Entrevistado – Baixa.

Entrevistador – CPC 19 Negócios em Conjunto  
Entrevistado – Baixa.

Entrevistador – CPC 29 Ativo Biológico e Produto Agrícola  
Entrevistado – Nenhuma.

Entrevistador – CPC 43 Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41  
Entrevistado – Nenhuma.

Entrevistador – CPC 46 Mensuração do Valor Justo  
Entrevistado – Média.

Entrevistador – Ao terminar a graduação você se sentia com conhecimento suficiente sobre as normas internacionais de contabilidade para ingressar no mercado de trabalho?

Entrevistado – Não. Inclusive, saí com um sentimento de que a faculdade não me preparou 100% para o mercado de trabalho.

Entrevistador – A seu ver, cabe a Instituição de Ensino Superior oferecer conhecimento teórico e prático sobre as normas IFRS?

Entrevistado – Sim, com certeza. Nem que essa parte de IFRS seja específica para o tipo de ênfase a seguir. Na pior das hipóteses, essas matérias precisam estar eletivas e serem sugeridas para os alunos que queiram seguir um caminho empresarial.

Entrevistador – Em que medida a Instituição de Ensino Superior proporcionou conhecimento teórico-prático das normas IFRS que você precisa?

Entrevistado – Acredito que de forma muito básica. Se não me engano tive uma ou outra matéria que envolveu as normas internacionais, mas nada muito profundo.

Entrevistador – Como acredita que as Instituições de Ensino Superior podem ensinar a prática das normas internacionais de contabilidade?

Entrevistado – Apresentando Estudos de caso nas matérias e convidando professores de mercado, que trabalham com isso diariamente para palestrar trazendo um pouco do mundo real para as universidades.

Entrevistador – Durante a graduação realizou estágio supervisionado?

Entrevistado – Sim. Primeiramente no INSS e depois na Repsol.

Entrevistador – No seu estágio aprendeu ou lidou com as normas internacionais de contabilidade?

Entrevistado – Não.

Entrevistador – Em que medida os cursos oferecidos pela universidade corporativa cooperou para melhoria do seu conhecimento teórico-prático sobre as normas IFRS?

Entrevistado – Realizei apenas um curso sobre isso aqui já tem uns 3 ou 4 anos. Serviu para reforçar alguns conceitos e ver como eles são tratados na companhia, como algumas normas e conceitos se enquadram dentro dos negócios e operações da companhia. Foi bem legal, pois na época tinha pouco tempo de empresa e pude ter uma ideia de como iria trabalhar na empresa aquela teoria que tinha estudado antes.

Entrevistador – Qual a importância da universidade corporativa para seu desenvolvimento e atualização acerca das normas internacionais de contabilidade?

Entrevistado – Acho ótimo para nos manter atualizados sobre grandes mudanças ou novidades que aconteçam. Além disso, é muito bom porque os cursos tratam sobre assuntos que você vai estar envolvido.